



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 18 de outubro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se imediatamente para a Agenda da Reunião da qual constava as seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de DLR n.º 15/X – “Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio”**,

apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

No debate, usaram da palavra o/as Sr/as. Deputado/as Paulo Estêvão (*PPM*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Cláudia Cardoso (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Lúcio Rodrigues (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Para proferir um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*). Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

- **Projeto de Resolução n.º 27/X – “Recomenda ao Governo Regional que promova o estudo, de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação, dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grotta do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), seguiu-se uma intervenção por parte do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), prosseguindo o debate com a participação do/as Sr/as. Deputado/as Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Borges (*PS*).

Aquando da votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 10/X – “Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro”**, apresentado pelo Governo Regional;

Justificada a urgência e a dispensa de exame em comissão pelo Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), passou-se imediatamente à votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Anteproposta de Lei n.º 10/X – “Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro”**, apresentada pelo Governo Regional;

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), usando posteriormente da palavra os Sr/as. Deputado/as Luís Rendeiro (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Submetida à votação, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 44/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia**

Legislativa da Região Autónoma dos Açores" contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

O pedido de urgência e a dispensa de exame em Comissão foram aprovados por unanimidade, após justificação feita pelo Sr. Deputado Rogério Veiros (*PS*).

- [Projeto de Resolução n.º 44/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores" contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Rogério Veiros, iniciou-se o debate que contou com a participação do/as Sr/as. Deputado/as José Ávila (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Benilde Oliveira (*PS*), Arlinda Nunes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Iasalde Nunes (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

O Sr. Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*) aproveitou a oportunidade de estar no uso da palavra para dirigir umas breves palavras sobre o seu percurso de cinco anos como Deputado, disponibilizando-se nas novas funções de Presidente da Câmara das Velas para trabalhar, com a ALRAA e o Governo Regional, em prol dos Açores.

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores"**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE;

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), passou-se para votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 45/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores"](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE;

Usaram da palavra para participar no debate o/as Sr/as. Deputado/as Zuraída Soares (*BE*), José Andrade (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Moura (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Antes de se passar para a aprovação, por unanimidade, da Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de outubro, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*) para agradecer a oportunidade de, durante cinco anos, poder trabalhar em prol dos Açores; reiterar a mesma disponibilidade para trabalhar pelos açorianos que residem e que visitem o Nordeste e agradecer a todos os Deputados o trabalho desenvolvido em prol de uns Açores melhor, apelando para que vivam e sintam a palavra AÇORES como nunca.

Por fim usou da palavra Sua Excelência, a Sra. Presidente da ALRAA, para saudar todas as Sras. e Srs. Deputados que irão assumir funções autárquicas.

Os trabalhos terminaram às 20:00 horas.

Presidente: Bom dia a todos.

Peço ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**
António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sr./as Deputado/as. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar na Agenda da Reunião com o ponto 14: **Projeto de DLR n.º 15/X – “Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo**

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os seguintes:

Proponente, PS e Governo – 25 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS-PP – 13 minutos;

BE e PCP – 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o PPM hoje apresenta neste plenário é uma proposta fraturante, tenho consciência disso.

Tenho consciência que é uma proposta com que muitos professores concordam e muitos outros não concordam.

Tenho consciência que esta iniciativa demonstra o quão é falso quem fala em populismo e em demagogia e quem fala na tarefa fácil da oposição que é fazer toda a gente feliz.

Eu tenho consciência que muitos professores não concordam, afeto os interesses de um grupo de pessoas, mas estou a apresentar aquilo que acho que é justo e que beneficia mais o sistema educativo e em particular aqueles que são para mim os mais importantes deste processo.

Os mais importantes deste processo são os alunos. É para eles e para o sistema educativo em geral que apresento esta proposta.

Podia, como dizem os adeptos do Sporting, ficar em casa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Pois podia!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em futebol não se fala!

O Orador: Mas não fiquei. Estou aqui, com frontalidade, a apresentar uma proposta que eu sei que incomoda interesses corporativos, mas estou aqui em nome da coerência e da coragem que é necessária ter na política quando se assumem posições que não são posições de conforto.

Por isso, meus senhores, de populismo e de demagogia não se fale aqui nesta casa.

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Deputado Berto Messias (PS): Ficou afetado, Sr. Deputado!

O Orador: Quero começar por referenciar os três aspetos que considero fundamentais desta proposta.

O primeiro já foi aqui discutido, ontem, por proposta da Sra. Deputada Zuraida Soares, o regresso aos concursos anuais. Esta necessidade é uma necessidade evidente do sistema.

É fácil de fazer e é barato.

Meus senhores, o sistema está afunilado.

Por que é que as pessoas, mesmo os professores que estão na primeira prioridade, têm grandes dificuldades e estão a acumular-se? Porque estão, pela primeira vez, a não ser colocados e é exatamente consequência objetiva do facto de termos terminado com os concursos anuais.

Os concursos anuais absorviam todos os anos para os quadros um conjunto significativo de professores.

Tem razão, parcialmente, o Sr. Secretário da Educação quando diz: bem, mas uma parte dessas necessidades não são necessidades estruturantes do sistema. Dependem, dizia ele, por exemplo, da substituição, da minha própria substituição. Neste momento tenho um professor que me está a substituir porque estou a desempenhar funções na Assembleia.

A mesma coisa se passa com um professor que está a substituir a Sra. Deputada Catarina Furtado, com um professor que está a substituir o Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado José Ávila (PS): E o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já chega!

O Orador: ... com um professor que está a substituir a Sra. Deputada Benilde, com um professor que está a substituir a Sra. Deputada Judite Parreira ou um professor que está a substituir o Sr. Deputado Joaquim Machado, etc., etc.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tanta gente!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o senhor próprio!

O Orador: Há vários deputados que pertencem aos diversos quadros de escola. Mas, meus senhores, não somamos 600 docentes que estão a exercer essas funções. Há outros que estão no governo, outros que estão como assessores, mas existe um número muito significativo de vagas que são preenchidas por contratados. São vagas que surgem todos os anos e não são vagas de substituição de docentes que estejam a efetuar outros serviços ou que estejam destacados noutros serviços. São necessidades permanentes.

Existe uma parte significativa das necessidades que as escolas apresentam todos os anos que não são desse tipo. Essas vagas deveriam ser colocadas a concurso anualmente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é uma declaração política ou é a apresentação da sua proposta?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): As nossas são colocadas normalmente!

O Orador: Devo dizer que o PPM também apresenta uma nova forma de cálculo, um novo rácio, para calcular a criação de vagas nas escolas. Isso significa que o PPM, quer na primeira proposta do concurso anual, quer na segunda proposta de criar um rácio mais benéfico para o sistema e que criará mais vagas do quadro no sistema educativo açoriano, preocupa-se com aqueles que estão na situação de contratados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a falar das prioridades?

O Orador: Estamos a preocupar-nos em que o sistema dê uma resposta e permita que esses professores possam entrar nos quadros de escola.

Estas duas propostas, de que pouca gente fala, vão sobretudo direcionadas para aquelas que são as dificuldades e aquelas que são as preocupações dos professores contratados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E...?

O Orador: Por fim, temos a terceira vertente da nossa proposta, que é a questão das prioridades.

O PPM defende o fim das prioridades no concurso de docentes na Região Autónoma dos Açores.

Em relação a esta matéria não é justo que eu possa assumir a paternidade desta preocupação e desta proposta.

Desde logo, devo dizer o seguinte:

O próprio Governo Regional, em 2011, também considerou que algo não funcionava nos nossos concursos e apresentou aos sindicatos, por volta de 28-06-2011, uma proposta (o Governo Regional, há dois anos) que também retirava as prioridades.

Tenho aqui cópia e posso fazer chegar à Mesa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem era o secretário?

O Orador: No artigo 9º eram retiradas, por parte da proposta inicial que o Governo Regional apresentou aos sindicatos, as prioridades.

Portanto, aquela que é a proposta do PPM, atualmente, também foi a proposta inicial do Governo Regional em relação a esta matéria.

Mas se a minha proposta contempla um período de transição e de proteção destes docentes que se encontram na primeira prioridade, com um período de proteção de quatro anos, esta proposta do Governo, em 2011, não previa nenhum período de transição e de proteção aos docentes.

Meus senhores, o que vos devo dizer é que as conclusões a que eu chego agora em 2013 são da análise que foi feita em 2011 pelo Governo Regional. O que é certo é que depois da primeira negociação com os sindicatos retirou esta proposta.

É evidente que a Direção Regional da Educação, os seus técnicos e os políticos responsáveis, na altura, também consideraram que de alguma forma este sistema de prioridades estava a afetar a qualidade do recrutamento do concurso docente. Não tenho nenhuma dúvida e temos aqui esta prova factual.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Onde é que o senhor viu isso?

O Orador: Também vos devo dizer que não estou sozinho nesta matéria em relação àquelas que são as posições dos sindicatos em relação a estas propostas. Eu lembro aqui o que é que dizia o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores em 2003:

“Da análise dos presentes artigos ressalta, desde logo, que os requisitos de qualificações exigidos deixam de ter relação com as valias profissionais intrínsecas no concorrente (único critério aceitável tendo em conta o fim do concurso – a docência), mas sim com elementos externos e alheios à competência e méritos profissionais.

As regras que devem presidir à seleção no âmbito dos concursos públicos não podem deixar de ter em conta o fim para o qual o concurso é aberto. No caso em concreto, o concurso visa a docência. Por isso, os únicos critérios razoáveis e proporcionais (em sentido jurídico) ao seu fim são a competência e o mérito dos candidatos. Ou seja, o concurso visa escolher os melhores preparados para a docência”, dizia o Sindicato Democrático dos Professores em 2003.

E continuo:

“Também é falacioso dizer-se, como se diz no preâmbulo, que as regras propostas visam a estabilização dos quadros docentes dos Açores. Não menos falacioso também é dizer-se que os “candidatos residentes na Região Autónoma dos Açores... podem assim dar maior garantia de continuidade e de estabilidade ao sistema educativo regional”.

Para concluírem, meus senhores:

“Na verdade, a estabilidade que se diz pretender alcançar [dizia o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores] resulta tão só [vejam bem esta frase] da obrigatoriedade da permanência por três anos, prazo a que fica vinculado qualquer candidato que a ele se sujeite, independentemente de ser ou não bolseiro, ou residente, ou profissionalizado pela Região”.

Este sindicato mudou de opinião.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah!

Deputadas Zuraída Soares (BE) e Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Aníbal Pires (PCP): “Mudasti”!

O Orador: Diz agora, o Sindicato Democrático dos Professores:

“Ainda que se constate na maioria dos grupos de recrutamento, a Região está a colocar preferencialmente docentes portadores de menor graduação profissional.

Considera o Sindicato Democrático dos Professores que não se pode, por essa condição, subsumir que esta prioridade prejudica o sistema educativo regional”, exatamente o contrário que se dizia em 2003.

Mas há um sindicato que dizia em 2003 uma coisa e em 2013 diz a mesma coisa.

Esse sindicato é o Sindicato dos Professores da Região Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o senhor copiou!

O Orador: Diz o seguinte:

“Quando à questão das “prioridade regionais”, o Sindicato dos Professores da Região Açores sempre considerou que este mecanismo de seriação de candidatos pervertia a graduação profissional, porque introduzia no sistema candidatos com baixa graduação profissional em detrimento de outros com maior classificação profissional e mais experientes. Consideramos, no entanto, que deveria ser objeto de um período transitório antes da sua extinção, uma vez que existem candidatos que investiram no percurso profissional na Região em função do quadro legal vigente...”

Isto é a posição de princípio deste sindicato, que foi a mesma em 2003 e é agora em 2013.

Já agora por uma questão de justiça devo referenciar que o Partido Comunista Português, nesta matéria, manteve a mesma posição...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Declaração de amor, afinal!

O Orador: ... quando a lei foi proposta e votada pela primeira vez e também é a posição que o PCP mantém atualmente em relação a esta questão. Nesse sentido também reconheço coerência total ao Partido Comunista Português.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já fizeram as pazes!

Deputada Zuraida Soares (BE): É amor!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O que é que se passou esta noite?

O Orador: Devo dizer-vos o seguinte nesta matéria:

Esta questão muitas vezes é confundida com uma prioridade para os açorianos e uma defesa dos professores dos Açores e dos açorianos em geral.

Devo dizer-vos que esta acessão é falsa. Todos os docentes que tiram os seus cursos noutras universidades do país, que não na Universidade dos Açores, e aqui não conseguem fazer estágio (e é a esmagadora maioria destes docentes), não têm prioridade. São os docentes que tiraram os cursos em Coimbra, em Lisboa ou no Porto, nascidos e criados na Região Autónoma dos Açores. Estes professores açorianos não têm prioridade. Ficam atrás de outros professores não açorianos que tiraram o curso aqui na Universidade dos Açores, mas que têm essa prioridade.

Por isso, meus senhores, não me venham com essa conversa que se protege os professores dos Açores. Só se protege os professores que tiraram o curso numa determinada universidade. Não se protege todos os professores dos Açores.

Muitos professores dos Açores, com carreiras académicas brilhantes, com anos de experiência... Dou-vos um exemplo:

Um docente brilhante do ponto de vista académico, nascido em Rabo de Peixe, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, ninguém nasce em Rabo de Peixe! Nascem no hospital!

O Orador: ... que teve média (vou ser generoso) de 20...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Está ser muito generoso!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Isso é impossível!

O Orador: ... na Universidade de Coimbra (só por história é que refiro a Universidade de Coimbra) ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): O pessoal de cá é muito forreta! Não dá 20 a ninguém!

O Orador: ... e que já dá aulas também há 20 anos no território continental (a servir o país), esse professor está atrás de um professor de naturalidade algarvia, por exemplo (podia ser minhota), que tirou média de 10, que tem zero anos de serviço, mas concorre nos concursos docentes à frente daquele professor que tem 20 anos de serviço e que tem 20 valores na sua média académica.

Digam-me: isto é justiça, Srs. Deputados?

Isto é a proteção dos açorianos? É a proteção dos professores dos Açores?

Digam-me! Respondam-me a esta questão.

Gostava de perguntar, para terminar a primeira intervenção:

E os que estão nesta casa e tiraram o curso de direito, por exemplo, ou o curso de medicina (vejo aqui tantos que tiraram os seus cursos noutras universidades do país), o que é que diriam quando, nas suas áreas profissionais, lhe dissessem: meus senhores, os senhores estão atrás de toda a gente, porque quem vai ficar com os primeiros lugares na área da medicina, com as necessidades que vierem a ser criadas, serão os alunos/médicos que tiraram os primeiros três anos do curso de medicina na Universidade dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os preparatórios!

O Orador: Esses médicos ficariam açorianos. Os que tiraram os cursos noutra universidades do país ficariam atrás de quem aqui tirou o curso na Universidade dos Açores, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade sim, senhor!

O Orador: ... mesmo que não sejam, como não são em muitos casos, açorianos.

Eu gostava de saber o que é que os Srs. Deputados que têm outras funções na Administração Pública pensariam.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é que é populismo e demagogia!

O Orador: É justo?

É uma proteção regional justa?

Deputado Berto Messias (PS): E diz o senhor que não é demagógico!

O Orador: É justo que isto suceda?

Meus senhores, eu penso que em relação a esta matéria estamos profundamente enganados e que isto é uma enorme injustiça.

Na segunda intervenção...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não tens tempo!

O Orador: ... vou pormenorizar mais alguns aspetos que são importantes no âmbito desta argumentação.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Cenas de próximos capítulos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM propôs, a meu ver e no ver do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, três alterações ao documento que está aqui a ser discutido, mas achamos que o fim das prioridades regionais será a alteração nuclear a este documento.

Efetivamente gostava de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que no início da sua intervenção, e muito bem, afirmou que não vinha cá numa lógica de populismo e de demagogia. Eu achei muito interessante, mas esqueceu-se disso durante a sua intervenção, porque acabou com um populismo e com uma demagogia ao mais alto nível, comparando profissões e esquecendo-se do historial da profissão dos professores na Região Autónoma dos Açores.

Efetivamente as prioridades regionais beneficiam os alunos, as escolas e os docentes.

As prioridades regionais são as responsáveis por manter, ano após ano, os mesmos professores, nas mesmas escolas, com os mesmos alunos e com o mesmo projeto educativo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os mesmos médicos, nos mesmos hospitais...

O Orador: Com a proposta de pôr fim a estas prioridades, isto fará com que os professores percam o seu lugar ou posição na lista de ordenação, o que seria um

revés na vida daqueles que optaram por constituir família na Região. O corpo docente perderia estabilidade, voltando à constante rotatividade de professores, rotatividade esta que seria um prejuízo para o sistema educativo da Região.

O Governo Regional ao longo dos anos fez e continua a fazer um investimento na formação contínua dos seus professores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acabaram com os centros de formação!

O Orador: Por que razão este investimento agora deve ser descartado?

Por que razão quer o PPM penalizar quem escolheu a Região para trabalhar e para viver, quem melhor conhece as especificidades curriculares desta Região?

As prioridades regionais são um património do PS. Nós não nos envergonhamos disso. Aliás, não nos envergonhamos das nossas políticas educativas, sendo as prioridades regionais um concurso legal de acordo com o Estatuto da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: A fundamentação da abolição do regime de prioridade e o seu total desmantelamento, segundo o Sr. Deputado, deve-se aos maus resultados escolares obtidos no ensino básico e no secundário que, no seu entender resolve-se através do modelo de recrutamento e seleção dos docentes.

O senhor veio hoje, aqui, a esta casa, alegar que os professores, aqueles que escolheram os Açores para viver, para trabalhar e constituir família, aqueles que abdicaram muitas vezes de projetos familiares e pessoais em prol de projetos profissionais e em prol do projeto educativo, que esses professores que lecionam nesta região, são maus profissionais.

Eu respondo-lhe, Sr. Deputado: não, não são!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: São tão profissionais como os que lecionam em outros lugares do nosso país.

O profissionalismo destes docentes nos Açores está comprovado através do seu percurso académico e certificado pelas instituições competentes para o efeito.

Colocar os resultados e as causas do insucesso escolar apenas nos docentes é claramente falta de bom senso. Aliás, o senhor sabe tão bem como eu que os

Açores fizeram progressos muito significativos desde a década de 90, diminuindo a taxa de insucesso escolar e de abandono escolar.

É justo dizê-lo, aqui, nesta casa, que as políticas educativas foram e são importantes, mas no centro do projeto educativo estão os alunos e também aqueles que colocam em ação as políticas educativas e para eles o nosso reconhecimento, que são os professores.

Para finalizar gostava apenas de lembrar que esta proposta não é nova. O PCP já a colocou, aqui, no passado e também a aprovou.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, este espírito de quem está a descobrir a pólvora pela primeira vez, não lhe fica bem. Ficava-lhe bem, sim, era incluir-se naquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende que é um pacto de estabilidade para o sistema educativo dos Açores.

Para finalizar esta primeira intervenção, gostava de, antecipadamente, e fazendo jus às palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, pedir desculpas ao Sr. Deputado Paulo Estêvão por alguma coisa que eu tenha dito que depois não tenha tempo de pedir desculpa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não contava entrar nesta discussão, mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez uma referência que gostaria de clarificar, não querendo entrar na discussão das prioridades. Muito sucintamente para lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Aquele facto que referiu relativamente a 2011 e que trouxe aqui como um grande achado, é um facto muito natural de um processo negocial que decorreu com os sindicatos de professores e a quem o Governo apresentou uma proposta. Dessa proposta, efetivamente, constavam várias alterações. Umas prosseguiram, outras não.

A questão das prioridades regionais foi, na altura, equacionada como podendo acabar por parte do Governo Regional.

E por que é que o Governo Regional equacionou isso na altura?

Por uma razão muito simples, Sr. Deputado: as prioridades regionais terão necessariamente, um dia, um fim.

Como sabe, a questão dos concursos de professores é uma discussão que se inicia a partir de 1975 e que dura até ao dia de hoje. Sempre foi uma questão discutida.

Os professores já têm uma regalia, uma vantagem, que é terem um concurso autónomo, separado da função pública, à parte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Os professores têm outras especificidades, chamemos-lhes assim, que é o facto de terem, para além da graduação profissional, outros critérios que contam como a própria passagem do tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São uns privilegiados!

A Oradora: Portanto, as prioridades regionais introduzem, como todos sabemos, um fator de distorção, um fator extra a esta questão, que foi absolutamente essencial para se disciplinar e para se estabilizar os quadros docentes dos Açores.

Se não fossem as prioridades regionais nós não teríamos, como temos hoje, quadros estabilizados nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é assim tão linear!

A Oradora: Eu julgo que não é correto, nem é sequer necessário diabolizar uma questão que foi absolutamente necessária e que nem sequer é inédita.

Os Governos do PSD, como se sabe, tinham tentado, por inúmeras vezes, criar incentivos à fixação que estavam nos antípodas daquilo que são as prioridades regionais.

Parece-me errado e distorcido que se veja a questão desse ponto de vista.

O que o Governo tentou, e apresentou aos sindicatos, foi uma proposta no sentido de se negociar e ponderar o fim das prioridades regionais.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E muito bem!

A Oradora: Obviamente terão que ter um fim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

A Oradora: O que é que acontece?

Acontece que nesta altura, hoje em dia, as prioridades regionais não são tão necessárias como foram, quando foram criadas. Não são!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Será por isso que estamos no fim da tabela educativa?

A Oradora: Mas, através destas negociações, e é para isso que serve a negociação, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Governo percebeu os argumentos dos sindicatos.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: Não. Dos dois sindicatos. Vai dar-me a parte da razão, eu é que estava presente nos dois sindicatos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele sabe!

A Oradora: Apesar dos dois terem sido, na sua criação, contra as prioridades regionais, quando essa proposta lhes foi apresentada, assustaram-se e justificaram, o que foi acolhido pelo Governo, que não era ainda o tempo, que seria necessário ponderar, mas que não era o tempo nem a altura.

Foi isso. Foi no âmbito dessa negociação que o Governo acedeu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou seja, o Paulo Estêvão tem razão!

A Oradora: E porquê, Sr. Deputado Paulo Estêvão?

Porque efetivamente neste momento, e sobretudo no tempo em que estamos a viver, que não é exatamente o tempo de 2011, acabar com as prioridades regionais seria criar sérios constrangimentos aos professores que delas beneficiam nos Açores.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós não podemos, não devemos adensar a nuvem negra que paira sobre todos os funcionários públicos e também muito especificamente sobre os professores dos Açores.

O PS não quer neste momento contribuir para isso.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, está certo. É possível e é desejável até que um dia terminem. Este não é o momento de o fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Relativamente à questão que estamos a discutir e a apreciar, apenas duas ou três considerações.

A primeira é que registo que o Deputado Paulo Estêvão, e a Representação Parlamentar do PPM, inspiraram-se não só num processo negocial decorrido há algum tempo entre o Governo e os sindicatos, inspiraram-se na posição que é de sempre, e é de princípio, de um dos sindicatos de professores da Região, e inspiraram-se numa proposta do PCP, feita aqui, em sede de discussão do regulamento dos concursos, o ano passado.

Esta proposta do PPM é, em tudo, semelhante à proposta que o PCP...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... (é em tudo semelhante!) aqui trouxe.

Portanto, o PCP vai votar favoravelmente esta iniciativa do PPM, embora considere que o Deputado Paulo Estêvão, na argumentação para defender a proposta, para além de ter feito uma grande divagação, enfim, um percurso onde, digamos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem mau perder!

O Orador: Não tenho mau perder. Isto não é perder, Sr. Deputado. Isto não tem nada a ver com mau perder.

A argumentação que foi utilizada, e tem sido utilizada, pelo Deputado Paulo Estêvão, o PCP não concorda com ela.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Está bem! Já estou como o Deputado Lúcio, peço desculpas antecipadas!

O Orador: O problema aqui é apenas uma questão de direito.

As chamadas prioridades regionais pervertem os concursos públicos, as regras dos concursos públicos. A questão é essa.

Há ainda aqui um outro princípio que eu até não coloco só relativamente ao nosso país, mas coloco relativamente ao espaço europeu.

Um dos pilares da construção europeia é a livre circulação de cidadãos.

Portanto, quando se estabelecem medidas administrativas como esta que perverte o princípio dos concursos públicos e limita de algum modo a mobilidade dos cidadãos, parece-me que isto é um mau princípio. Aliás, como todos nós muito bem sabemos, já houve tentativas por parte do Ministério da Educação de colocar barreiras à mobilidade dos professores, que trabalham nos Açores, para o território continental. Estes aqui, sim, são os principais argumentos, e não os argumentos que o Deputado Paulo Estêvão tem vindo a utilizar.

Para finalizar, apenas um esclarecimento para que não restem dúvidas, até porque eu fui, durante muitos anos, dirigente do SPRA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Quem diria!

O Orador: Há alturas em que estas prioridades regionais foram impostas pelo Governo do Partido Socialista.

O SPRA opôs-se a elas e tem mantido sempre esta posição de princípio, num processo negocial que foi aqui referido pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso e, como em qualquer processo negocial, o Sindicato dos Professores da Região Açores não fez questão que a proposta apresentada pelo Governo Regional mantivesse lá o fim das prioridades regionais.

Com certeza que no processo negocial chegou-se entretanto a outros acordos e a questão das prioridades regionais ficou para posterior apreciação, aliás como aconteceu o ano passado, por proposta minha aqui, quando discutimos o regulamento dos concursos, e agora com esta iniciativa do PPM.

Para terminar, o PCP não tem dúvidas nenhuma que isto é uma perversão dos contratos dos concursos públicos.

O PCP não tem dúvidas nenhuma que isto é uma barreira à livre mobilidade dos cidadãos.

O PCP também entende, aliás fê-lo o ano passado, que estes professores que têm beneficiado e que têm servido a Região devem ser protegidos. Portanto, há que encontrar-se aqui um período em que elas vigorem.

Mais. Se isto for devidamente articulado, ao fim do tempo proposto, esses professores deveriam já estar no quadro. Portanto, essa questão das prioridades deixava de fazer qualquer sentido e ninguém saía aqui prejudicado.

A questão é esta: nem com a proposta que o PCP fez o ano passado, nem com a proposta que o PPM está a fazer agora, apesar de eu discordar profundamente dos argumentos que o Deputado Paulo Estêvão tem vindo a utilizar, ninguém é prejudicado porque passa tempo suficiente. Os próximos 4 anos dão para absorver. O sistema absorve todos os professores que estão a beneficiar das prioridades regionais até à data.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito daquilo que se poderia dizer hoje, aqui, sobre esta matéria, já foi dito ontem sobre a iniciativa do Bloco de Esquerda e eu não queria repetir.

No entanto, relativamente àqueles aspetos que são mais estruturantes da proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostaria de referir alguns aspetos e explicar qual a posição do Governo na matéria.

A proposta apresentada pretende introduzir três ou quatro alterações fundamentais.

A primeira, a diminuição do número de alunos para a fixação dos lugares docentes dos quadros das unidades orgânicas do nosso sistema regional;

A segunda proposta de alteração é, na prática, reprimatinar o regulamento anterior tal como propunha o Bloco de Esquerda, passando a incorporar as alterações entretanto feitas, só que isso não seria uma reprimatinação, seria uma alteração ao Decreto anterior e não uma reprimatinação. Reprimatinação, assume-se que é o diploma no seu conjunto.

A terceira proposta, e talvez a mais importante, do Sr. Deputado Paulo Estêvão, é revogar as chamadas prioridades regionais. Também mereceu muita atenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Relativamente à questão da determinação do número de lugares dos quadros das unidades orgânicas. Sr. Deputado suponho que não é por engano, mas talvez há aqui alguma coisa que seja preciso rever na sua posição.

O Sr. Deputado propõe que se defina os quadros das escolas, das unidades orgânicas, através de uma fórmula, tendo em conta o número de alunos e vai ao ponto de dizer no ponto 5 do artigo 4º:

“O quadro docente relativamente aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, resulta do somatório dos lugares correspondentes a horários completos existentes no início do ano escolar que antecede o procedimento concursal...”

Ou seja, na proposta do Sr. Deputado, teríamos todos os anos alteração do quadro das escolas porque, como sabe, há uma variação do número de alunos.

Não podemos dizer que para o ano vamos ter 10 alunos numa determinada escola no 10º ano, vamos fixar este quadro. No ano seguinte, por acaso, há 30 alunos. Então, aí vamos mudar o quadro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a interpretar mal, Sr. Secretário!

O Orador: É aquilo que está aqui, Sr. Deputado.

Portanto, não pode ser. O parâmetro não pode ser rácio aluno por turma, mas um outro, que é aquele que está a funcionar e que está a funcionar bem.

As escolas têm os seus quadros.

O Sr. Deputado sabe muito bem qual é a nossa realidade demográfica. São Miguel não é a mesma coisa que a Terceira, o Corvo ou o Faial.

Há situações em que pode haver professores excedentários numa escola que está num determinado concelho (por exemplo, São Jorge) e faltar professores na escola do concelho ao lado. Seria normalíssimo movimentá-los de uma escola para a outra, onde eles faziam falta, mas isso não pode ser, a não ser que eles aceitem, porque trata-se de professores colocados em concelhos diferentes.

Temos a realidade ilha, nesse aspeto temos a realidade concelho e temos a realidade Região.

Seria completamente falsificante usarmos o critério do rácio aluno por turma para definir os lugares do quadro.

A norma que o Sr. Deputado propõe, aquilo que fixa, são as regras para a definição dos lugares dos quadros das unidades orgânicas do sistema educativo, lugares estes (repite) que só podem ser criados tendo em conta as necessidades a médio e longo prazo, uma vez que o seu provimento é tendencialmente definitivo.

Nós colocamos um professor num quadro de uma escola e parte-se do princípio que ele fica por lá, mas se entretanto houver uma redução do número de alunos, como tem vindo a acontecer, iríamos chegar a uma situação em que teríamos os chamados horários zero por todo o lado.

O Sr. Deputado também toca, de passagem, na importância da redução do número de alunos por turma.

Sr. Deputado, já temos na Região um baixíssimo rácio de alunos por turma. É muito mais baixo do que no continente. Infelizmente isso não tem qualquer efeito nos resultados dos nossos alunos. Portanto, não é por aí que teremos que ir.

Poderia fornecer dados nessa matéria, mas o Sr. Deputado também os conhece.

Temos, sim, para ultrapassar o problema que o Sr. Deputado bem referiu do insucesso escolar, que avançar com medidas como aquelas que já estão no terreno e que já estão a produzir alguns resultados.

O Programa Fénix que foi lançado pelo Governo anterior e que nós estamos a aplicar cada vez mais às escolas, a revisão do Programa Oportunidade, as equipas de acompanhamento que estão a trabalhar no terreno junto dos professores do 1º ciclo, porque achamos que o problema do insucesso escolar não tem a ver com a relação número de alunos/professor, mas com a qualidade do trabalho que é do professor e também a qualidade da organização da escola. Relativamente à periodicidade da abertura dos concursos internos e externos, na prática iria repetir aquilo que já disse ontem, mas de qualquer maneira convinha recordar alguma coisa.

Na minha opinião, mantêm-se válidas as razões que foram na altura apresentadas para a defesa da quadrienalidade dos concursos interno e externo do provimento. A saber:

Promove, e temos provas disso, a estabilidade do corpo docente, uma vez que com a colocação quadrienal só há possibilidade de mudar de quadro, através de concurso interno, quatro anos depois. Ou seja, durante aqueles anos aqueles professores estão ali e os conselhos pedagógicos, os conselhos executivos e os órgãos das escolas sabem que podem contar com aqueles professores. Fazem a gestão interna conforme entendem.

Partimos do princípio que fazem a gestão melhor, mas sabem que podem contar com aqueles professores durante quatro anos.

Temos a garantia de continuidade pedagógica e da consequente qualidade do sistema educativo.

Ainda ontem se referiu o Corvo, que um Deputado desta casa denegriu, mas atenção:

O Corvo é uma realidade absoluta na nossa Região e a realidade é que todos os anos teríamos aquela situação que eu indiquei outro dia, que era todos os anos teríamos sucessivamente professores a serem colocados no Corvo e a não quererem aceitar.

Que isso aconteça de quatro em quatro anos, que isso aconteça anualmente (enfim, já acontece com os professores contratados)...

(Diálogo entre os Deputados Aníbal Pires, Paulo Estêvão e Zuraída Soares)

O Orador: Srs. Deputados, eu gosto muito do vosso arrufo, não digo amoroso, mas não me referia a nenhum dos Srs. Deputados.

Portanto, anualmente teríamos esta situação permanente de professores que não querem ir para o Topo, de professores que não querem ir para o Corvo, de professores que não querem ir para uma determinada ilha pelas mais variadas razões.

A questão dos concursos quadrienais, da parte do Governo, está arrumada e é assim que vamos fazer.

De resto, é uma iniciativa recente que só quando terminar a primeira fase da sua aplicação é que podemos fazer depois uma avaliação, mas estou convencido que é bom que assim seja.

Por outro lado, há cada vez menos justificação para proceder a um reajustamento anual da rede escolar e há conseqüente abertura de concursos interno e externo, atendendo à diminuição do número de vagas resultante da diminuição do número de alunos.

Ainda ontem se falava em redimensionar o sistema.

O Sr. Deputado Aníbal Pires luta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

O Orador: ... mas, Sr. Deputado, imagine quais seriam as conclusões que daí adviriam perante os dados que existem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Imagino! Faço contas!

O Orador: Os quadros de pessoal docente da Região têm vindo a estabilizar progressivamente, atendendo ao número de docentes devidamente habilitados e que estão disponíveis no mercado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é verdade! Não são as medidas que o Governo e o PS têm tomado!

O Orador: Depois, há um aspeto, Sras. e Srs. Deputados. É que se temos um professor que por livre opção, por concurso, está há três ou até há mais anos numa escola, numa escola que até não é muito desejada por determinado tipo de

professores, esse professor tem que ser premiado pelo facto de ter querido lá estar e de querer permanecer. Não vamos abrir a porta, mandá-lo embora.

Ele já está lá há três anos pelo menos, está a fazer o seu trabalho, e não vamos mandá-lo embora para dar lugar a um outro do continente ou doutro sítio qualquer que virá sabe-se lá muitas vezes, como todos sabem, como paraquedista ocupar o lugar e ir-se embora.

Relativamente às questões das prioridades específicas que são, digamos, o grande tema do Projeto do Sr. Deputado Paulo Estêvão, isto é de tal maneira discutível que até os próprios sindicatos dos professores têm posições diferentes.

O SPRA é contra, o Sindicato Democrático é a favor.

Por aí, estamos, digamos, empatados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é só porque há quem tenha princípios e quem não os tenha!

O Orador: Não! O Sindicato Democrático dos Professores foi sensato, na medida em que tomou primeiro uma determinada posição e depois evoluiu de acordo com os acontecimentos.

O SPRA tem a sua posição. Nós respeitamos, mas não é a nossa.

Gostava de recordar às Sras. e aos Srs. Deputados (eu não estava cá na altura, como provavelmente muitos dos Srs. Deputados aqui presentes), que esta matéria das prioridades, como a Sra. Deputada Cláudia Cardoso já referiu, foi amplamente discutida, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguns aqui presentes foram colocados em prioridades regionais, porque eram muito maus profissionais! Isso é que é preciso ser dito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que foi?

O Orador: ... foi muito negociada, foi objeto de negociações sindicais muito duras.

Houve processos de contencioso em tribunais nacionais e até no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Portanto, é uma matéria que não é simples.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão defende que um professor licenciado com nota 20 é forçosamente melhor do que um licenciado com nota de 14. Eu não concordo com isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: Não há uma correlação direta.

Não basta ser um aluno genial para ser um excelente professor. Pode ser um aluno médio e ser um excelente professor.

Portanto, a classificação académica é importante, mas não tem que ter esse peso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É ao contrário!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então altere os critérios de avaliação!

O Orador: Temos que ver que a Região, como todos nós sentimos na pele, tem as suas características específicas: a descontinuidade geográfica, a ultraperiferia, o desequilíbrio demográfico entre as ilhas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que isso tem a ver com as prioridades regionais?

O Orador: Esta casa, e bem, decidiu criar uma medida que até ao momento resultou, ou seja, dar prioridade àqueles que querem de facto cá estar.

Esses estão a ficar. Quando querem ir embora vão, mas enquanto cá estão, estão porque querem e é uma maneira de premiar a estabilidade, é dar-lhes uma prioridade nesse sentido.

Portanto, esta questão da prioridade específica, continuamos a achar que pode ser discutível, que se pode continuar a discutir, mas até ao momento, da avaliação que fazemos, temos uma ideia positiva dos seus resultados.

Por isso, Sr. Deputado, agradecemos muito a sua preocupação, o contributo que deu mais uma vez para esta discussão, mas não vamos mudar a nossa posição relativamente a essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda! Não vamos mudar ainda!

O Orador: Para já, Sra. Presidente, fico-me por aqui.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu tinha-me inscrito!

Presidente: Peço desculpa, não tinha reparado.

Deputado Berto Messias (PS): Tenha calma, Sra. Deputada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Credo, o senhor está muito sensível!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos critérios de seriação utilizados nos concursos de pessoal docente na Região, queremos reforçar que o CDS-PP sempre defendeu o mérito em todas as situações e que esse mérito deve ser premiado.

O mérito, nesta situação, é avaliado pela classificação dos professores que até à data reflete a nota académica e os anos de serviço. Obviamente que todos os sistemas de avaliação têm as suas falácias e, sistematicamente, continuamos a ouvir a argumentação de que a classificação não interessa para coisíssima nenhuma. Então altere-se os sistemas de classificação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Introduza-se, no sistema de avaliação dos professores, por exemplo, a nota do estágio pedagógico, que é uma das coisas que avalia, que afere de uma forma muito mais rigorosa a capacidade pedagógica de um docente.

A este respeito não podemos ficar indiferentes ao facto de que o mecanismo de seriação utilizado neste momento, na Região, permite deixar de fora professores com classificações muito superiores ao último dos colocados ao abrigo do protetorado atualmente em vigor na região.

Como o Sr. Deputado Aníbal Pires disse, e muito bem, isto é uma perversão do critério de seleção que, na nossa opinião, deveria ser o mérito.

Nós, CDS-PP, temos a plena convicção de que melhores professores irão contribuir para o melhor sistema educativo da Região e, conseqüentemente, para uma melhor formação e preparação das nossas crianças e jovens, futuros profissionais da Região.

Mas também, obviamente, não podemos ficar indiferentes ao facto de que, no passado, Álvaro Meneses introduz na Região este sistema de protetorado, através das chamadas prioridades regionais e que com isso criou expectativas e criou compromissos com pessoas que andaram durante anos a servir a região e que não nos cabe a nós defraudar.

Não nos cabe a nós e, segundo parece, a nenhum dos secretários regionais que, após Álvaro Meneses, tentaram rever este sistema de protetorado e até ao momento atual nada aconteceu.

Esteve em cima da mesa de negociação. Não sei quem é que decidiu voltar atrás. A verdade é que ninguém, até hoje, teve a coragem de mexer neste delegado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, neste momento aquilo que estamos aqui a discutir não é mais nem menos do que uma pesada e penosa herança deixada pela governança de Álvaro Meneses.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está entalado, Sra. Deputado! A derrota de Angra ainda não desceu! O CDS-PP elegeu alguém?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu engulo bem sapos! Corrijam-me se estou enganada! Sou muito jovem, posso não me lembrar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está no uso da palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Esta proposta de diploma apresentada pelo PPM podemos dividi-la em duas partes:

A primeira, relativamente à periodicidade do concurso, foi matéria que ontem já mobilizou uma grande parte do nosso debate, no qual foram apresentados os argumentos das várias bancadas. Portanto, salvo melhor opinião, julgo que podemos ultrapassar essa parte da proposta do PPM, porque os argumentos estão apresentados, as posições estão definidas e até já se fez a votação sobre esta matéria.

A outra matéria incluída neste Projeto de Decreto Legislativo do PPM tem a ver com a prioridade dos opositores ao concurso regional de professores e educadores de infância.

Trata-se de matéria que não é absolutamente consensual.

Objetivamente como já hoje aqui tivemos oportunidade de ouvir, até da parte da bancada do Partido Socialista e de uma antiga responsável pela Secretaria Regional da Educação, trata-se de algo que não é perfeito, que tem algumas imperfeições, que, tanto quando percebemos, na perspetiva do Governo Regional de 2011 já tinha expirado a sua utilidade.

Portanto, nessa data já essa matéria devia ter sido revogada e só não foi em resultado de um processo negocial, porque na convicção do Governo Regional e do Partido Socialista de então, estavam reunidas as condições para pôr fim a estes critérios de prioridade.

Mas como dizia, esta matéria não sendo consensual tem algumas imperfeições e entre essas imperfeições naturalmente estão aquelas que, na prática, acabam por não fazer a proteção integral dos candidatos açorianos à docência.

Como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão há efetivamente um conjunto, diria até vasto, de açorianos habilitados para a docência, com habilitação profissional, por vezes com uma nota muito mais elevada, que não conseguem entrar ao abrigo destas prioridades, preteridos por outros candidatos que, tendo a opção de fazer a sua vida profissional como professores ou educadores de infância nos Açores, se apresentam a concurso com uma nota mais baixa.

Portanto, há uma imperfeição que, julgamos, passados 10 anos sobre a aplicação destas regras, seria tempo de fazer a sua correção.

É sobre esta matéria que o PSD vem fazendo uma reflexão. Ponderaremos, futuramente, apresentar ou não uma iniciativa legislativa que, dentro da legalidade e fugindo àquilo que foram as normas que o PS, em 2003, fez incluir no Decreto Legislativo que depois foi objeto de rejeição por parte do Tribunal Constitucional, portanto, evitando esses riscos e normas semelhantes, possa fazer efetivamente um aperfeiçoamento dos mecanismos de prioridade, defendendo e aplicando uma maior amplitude aos candidatos açorianos, segundo o princípio da graduação académica e/ou profissional, mas sem abdicar de uma defesa dos candidatos açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por dizer que o Bloco de Esquerda vai abster-se na votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional do PPM que pretende alterar o Regulamento do Concurso de Pessoal na Região. E porquê? Por que é que se vai abster?

Pegando na exposição de motivos que é suficientemente clara e resume bem as propostas de alteração aqui apresentadas nesta iniciativa legislativa, desde logo, a primeira proposta de alteração, pretende eliminar os critérios de prioridade concursais, ou o fim das prioridades regionais ou prioridades específicas, conforme lhe queiram chamar. O Bloco de Esquerda não concorda e irá explicar porquê.

Outra proposta de alteração pretende repor a periodicidade anual do concurso docente, o que discutimos ontem aqui. O Bloco de Esquerda concorda e subscreve.

Outra proposta de alteração pretende a diminuição do rácio professor/alunos para efeitos da fixação do quadro de docentes nas escolas. O Bloco de Esquerda concorda.

Estabelecer um período de transição no que se refere ao desmantelamento do regime de prioridade, o Bloco de Esquerda não concorda, porque não concorda com a alteração do regime de prioridades. Porquê?

Ao longo deste debate houve quem lhe chamasse protetorado, houve quem lhe chamasse distorção e houve quem lhe chamasse perversão. Mas, Sras. e Srs. Deputados, não inquinando, nem negando que são levantados problemas com estas prioridades regionais, há uma questão que eu quero levantar:

Dizemos nesta casa vezes sem conta, em cada sessão plenária, que vivemos numa Região ultraperiférica, arquipelágica, dispersa, distante de todos os centros, de tudo e mais alguma coisa, e que por isso exigimos, de acordo e sob a tutela do nosso Estatuto Autónimo, um tratamento diferenciado.

Viver no meio do Atlântico, em nove “biscoitinhos” ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... não é pera doce.

Por isso, pedimos uma discriminação positiva – reparem bem, Sras. e Srs. Deputados – pedimos regulamentação e discriminação positiva, para o leite, para a carne, para as conservas, para o peixe, para as exportações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

A Oradora: Dito de outra maneira, nós exigimos regulação para que esta Região subsista face àquelas que têm maior poder, porque aquilo que chamamos “o mercado livre” só quer dizer uma coisa: é que os países que têm mais poder e mais dinheiro mandam naqueles que têm menos poder e menos dinheiro.

Portanto, aquilo que alguns chamam de perversão (com toda a legitimidade, estou apenas a dar a posição do Bloco de Esquerda com a mesma legitimidade democrática), distorção ou protetorado – neste caso concreto estamos a falar de recursos humanos – o Bloco de Esquerda chama regulação e chama proteção (não é protetorado!) legítima.

Sras. e Srs. Deputados, para perguntar também o seguinte:

Como é que é possível combatermos nesta casa, e bem, do nosso ponto de vista, a lógica neoliberal para bens transacionáveis (o peixe, a carne, o leite, e todos

os outros que possamos pensar), mas quando falamos em recursos humanos qualificados, que precisamos deles nesta Região, precisamos de os fixar, precisamos de os seduzir, precisamos de os ajudar a ficar aqui e não irem embora, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é surrealismo!

A Oradora: ... porque a sedução dos recursos humanos qualificados é uma das formas de exercício de poder no mundo que está a defraudar, a debilitar e a empobrecer muitos países e muitos povos, nomeadamente na Europa, quando vamos para os recursos humanos, a lógica neoliberal já é completamente pacífica e os recursos humanos são livres de andar de um lado para o outro? Claro que são! Mas temos a obrigação de fazer com os recursos humanos o mesmo que fazemos com as vacas, com o leite, com as conservas e com o peixe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas qual leite? Estamos a falar de educação!

A Oradora: Estamos a falar de pessoas, estamos a falar de recursos que esta Região precisa como de pão para a boca.

Precisamos de os seduzir, sim senhor, para eles ficarem aqui e darem o seu contributo, não emigrarem, não irem embora e não se deixarem seduzir por aqueles que têm mais dinheiro e mais poder.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já vejo o que o Partido Socialista sofre consigo!

A Oradora: Por estas razões, Sras. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda abster-se-á na votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que não faz sentido!

A Oradora: Eu expliquei porquê.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que votar contra!

A Oradora: Não tenho nada que votar contra.

Porque o Bloco de Esquerda concorda com duas das propostas desta alteração ao Regulamento dos Concursos e discorda profundamente de uma delas, razão pela qual, aliás, ainda ontem o proponente fez exatamente a mesma coisa com o nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma vinganczinha!

A Oradora: Disse que concordava com algumas partes, mas que discordava de outras.

Portanto, a lógica, evidentemente é a abstenção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o pagamento!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é o pagamento!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É a lógica!

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 31 minutos.

Presidente: Estava inscrita a Sra. Deputada Graça Silveira. Tem a palavra.

Eram 12 horas e 12 minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Queria, com esta intervenção apenas salvaguardar uma questão que tem sido sistematicamente repetida e que para mim não é tão linear quanto isso, que é o efeito que as prioridades regionais tiveram efetivamente na estabilização do corpo docente.

Digo isto porque um ano antes tinha sido aprovado o tal critério de prioridade de que quando os professores concorressem a uma escola por um período de três anos, automaticamente seriam colocados de preferência em relação a outros docentes que quisessem ir para a mesma escola apenas por um ano.

Passado um ano, introduziram-se as prioridades regionais. Portanto, ninguém me pode dizer seguramente à data, se a estabilização do corpo docente que se verificou a partir daí decorreu da medida dos concursos por três anos ou da introdução das prioridades.

Por outro lado, gostaria de dizer à Sra. Deputada Zuraida que compreendo a sua lógica de argumentação, mas quando estamos a falar das conservas, dos queijos,

do leite, etc., etc., aquilo que estamos a fazer é a proteger a Região em relação a lóbis económicos fortíssimos.

Neste caso, a questão das prioridades está a proteger contra outros professores, que até podem ser açorianos, que acabaram de fazer os seus cursos, que estão muitíssimo bem preparados, que têm excelentes notas e que tal e qual como se utilizou para a outra argumentação, que é válida, que têm família na Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E querem vir para a sua terra!

A Oradora: ... que têm a sua vida à espera na Região, querem voltar para a Região para fazer a sua vida e não podem concorrer.

Não quero entrar aqui numa discussão do que é mais justo, ou do que é menos justo, porque acho que ambas as situações são de injustiça.

Portanto, optar por um critério único, que não perverta a seleção das pessoas por mérito, independentemente das motivações que as fazem querer ficar na Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha ideias de voltar ao debate, até porque a posição do PCP está absolutamente clara sobre esta matéria, mas gostaria de deixar duas ou três notas que me parecem pertinentes.

O debate tem-se centrado na questão das prioridades regionais e no eventual prejuízo dos docentes que estão ao abrigo destas prioridades regionais, que conquistaram o direito de concorrer ao abrigo das prioridades regionais mas, quer a proposta hoje apresentada pelo PPM, quer a proposta apresentada pelo PCP, em sede de discussão da alteração do diploma que regulamenta os concursos do pessoal docente nos Açores, há uma salvaguarda, há um período temporal que salvaguarda os interesses desses docentes.

Portanto, é bom também que se tenha em consideração que esta proposta (esta e outras propostas que foram feitas anteriormente e que o parecer do SPRA

também dá essa indicação) salvaguarda os docentes que conquistaram o direito à prioridade regional. Isto para que fique claro.

Não podemos centrar o debate apenas no vamos acabar com as prioridades regionais. Não! Vamos acabar com as prioridades regionais, mas vamos salvaguardar os interesses dos docentes que conquistaram o direito a concorrer ao abrigo dessas prioridades.

Depois há aqui uma outra questão, que tem a ver com o facto de alguma proteção à Região e às especificidades que a Região tem.

Não me parece, ao contrário do que disse a Deputada Zuraída Soares, que isto tenha qualquer patamar de comparação.

Eu não quero de maneira nenhuma centrar a discussão, ou introduzir aqui a discussão, entre se protege açorianos, se não protege ou quem é que protege. Isso é de somenos importância, até porque todos nós temos conhecimento, por exemplo, que dentro do seio da mesma família, dois filhos, um que acabou por estudar numa universidade dos Açores e o outro que preferiu ir para o Continente porque entretanto não tinha a oferta disponível na Região, um beneficia da prioridade regional e o outro não.

Portanto, não deve ser aí centrada esta discussão.

Quanto ao argumento da estabilidade do corpo docente, também não me parece que isso seja assim.

A Deputada Graça Silveira referiu agora aqui um mecanismo que foi introduzido antes das prioridades regionais, que contribuiria ou não (eu tenho algumas dúvidas) para a questão da estabilidade do corpo docente na Região.

Não vou discutir a questão dos três anos, mas vou dizer uma outra coisa:

Já havia uma medida específica que contribuiria para a estabilidade do corpo docente na Região. Mas sobretudo aconteceu uma outra coisa, que todos nós percebemos. Por exemplo, no princípio da década de 90 era muito difícil encontrar professores profissionalizados na área da matemática ou na área da química, mas, a meados da década de 90, deixou de ser problema. O que é que quero dizer com isto? É que começou a haver oferta. Havia no mercado de trabalho muita disponibilidade, coisa que não se verificava até aí.

Naturalmente que tudo isto acabou por criar aqui alguma estabilidade no corpo docente da Região.

A instabilidade que eventualmente ainda se verifica tem a ver com outras questões e eu ontem referi aqui uma delas.

Por exemplo, a questão da afetação por prioridade, essa também provoca instabilidade.

Nós não podemos olhar para esta questão apenas como situações isoladas. Devemos olhar para esta situação de uma forma integrada. É assim que ela deve ser olhada.

Há aqui um conjunto de medidas que têm sido tomadas, umas que já vêm de antes da introdução das prioridades regionais; ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... outras que são posteriores e que introduziram aqui algumas perversões.

Para finalizar, Sra. Presidente, se me dá licença, dizer apenas o seguinte:

Não vamos centrar este debate apenas no fim das prioridades. O fim tem um período transitório suficientemente alargado para que os professores que conquistaram o direito a concorrer ao abrigo das prioridades regionais lhes sejam salvaguardados os seus direitos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou responder aqui a algumas referências que foram feitas. Desde logo quero penitenciar-me pelo facto de não ter mencionado, nos professores que aqui referenciei, o senhor Prof. Francisco Coelho, digníssimo Deputado desta Casa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ajoelhe-se!

O Orador: Devo dizer, em relação a esta matéria, que aliás provocou que a anterior titular da pasta da educação, pela primeira vez nesta legislatura, tenha

feito uma intervenção a respeito da área da educação, que o meu propósito não foi criar-lhe dificuldades políticas.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não criou nenhuma, Sr. Deputado!

O Orador: O meu propósito foi apenas demonstrar que o Governo do Partido Socialista apresentou há cerca de dois anos uma proposta semelhante à proposta que o PPM apresenta nesta casa.

Mas o que é muito importante é que há uma diferença muito significativa na proposta que o PPM agora apresenta e a proposta que foi apresentada aos sindicatos pelo Governo Regional há dois anos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Já disse isso!

O Orador: É que a proposta do PPM contempla um período de proteção de 4 anos e a proposta que o Governo Regional apresentou aos sindicatos, há dois anos, não contemplava nenhum período de transição.

Cai assim por terra o argumento que foi aduzido pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso que este não é o momento.

Claro que não é o momento e, por isso mesmo, criámos este período de quatro anos de transição que permitiria que estes professores pudessem continuar a progredir nas suas carreiras e que continuassem protegidos no âmbito da colocação de docentes na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, em relação a esta questão que fique bem claro que a única diferença entre estas duas propostas que aqui referenciei é que a do PPM contempla este período de 4 anos de transição.

Sr. Secretário Luiz Fagundes, em relação às dúvidas que foram colocadas no âmbito da graduação profissional, eu, aqui, estou como o Churchill.

Ele dizia que a Democracia terá as suas limitações, com certeza, mas eu não conheço nenhum sistema melhor. Por um lado tínhamos a Europa comunista e no outro lado tínhamos a Europa fascista. Olhava e não via melhor sistema do que o das democracias liberais de então.

Eu olho para o sistema de colocação de professores hoje em dia e não vejo mais nenhum sistema mais justo do que a graduação profissional.

Veja-se o que está a acontecer atualmente nas escolas do território continental em que se criaram preferências por escola e em que se criaram critérios absolutamente subjetivos. Eu tenho aqui um exemplo de uma escola que diz “nós damos prioridades a quem residir a 10 minutos da escola”.

Pelo que sei, e pelos comentários a que tive acesso, existia um professor nessa condição. Portanto, essa prioridade foi criada para aquele professor. Poderia ter sido para outro professor a 15 minutos ou a 17 minutos da escola.

No momento em que destruámos o critério da graduação profissional, que é o da média académica e o da antiguidade, que são os critérios vigentes também no âmbito da administração pública, pergunto-vos: o que é que resta? Qual é a alternativa?

Os professores do continente já têm uma resposta, é que o fim do critério da graduação profissional introduziu critérios de enorme subjetividade onde se misturam critérios partidários, onde se misturam amizades pessoais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está!

O Orador: ... onde se mistura tudo menos o mérito profissional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, meus senhores, o que eu quero aqui salvaguardar é a objetividade das colocações que são feitas tendo em conta a média académica e o tempo profissional.

Eu não vejo melhor critério do que este.

Eu pergunto-vos: qual é o critério que é melhor?

Posso perguntar-vos o seguinte:

Há agora a pretensão, por parte do Governo da República, de realizar uma prova que testa os conhecimentos numa hora. Esse critério é melhor comparativamente aos docentes que tiraram 5 anos de licenciatura e em que fizeram 60 ou 70 exames, ou 80 provas?

Esse critério é melhor? Sobrepõem-se?

Não acho que seja melhor.

Os docentes ainda vão olhar com saudade para este critério objetivo, que é o critério da graduação profissional.

Na nossa região, o que é que temos?

O Governo já anunciou que as escolas vão poder renovar 50 a 70% dos contratos.

Eu quero ver a barafunda que isto vai provocar e que está a provocar no território continental e provocará aqui. Depois, vou ver muitos docentes a dizer “vamos regressar a um critério objetivo e limpo, que é a graduação profissional”, meus senhores.

É isso que eu aqui estou a defender, é um critério objetivo e é este critério que atualmente está posto em causa no âmbito da legislação que está em vigor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nesta minha breve intervenção gostaria de fazer aqui apenas uma resenha da primeira intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que dizia o seguinte:

“Muitos professores irão concordar com esta medida, outros não irão concordar. Isso afeta um grupo de pessoas. O trabalho da oposição é fazer toda a gente feliz.”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não disse! Disse exatamente o contrário!

O Orador: Disse, disse. Disse o contrário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse precisamente ao contrário!

O Orador: Sr. Deputado, tenha calma. Ouça a minha intervenção até ao fim. Disse isso em tom de ironia.

E disse também que não ia fazer populismo, nem demagogia.

Depois, utilizou o historial das profissões, alegando e falando da classe médica e de outras.

Agora, nesta intervenção vem falar na posição do Governo e na posição dos sindicatos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é importante que nós, quando debatemos nesta casa, tenhamos uma posição séria. Digo isto, por quê?

Porque para umas matérias o Governo e os Deputados do Partido Socialista não ouvem os sindicatos, não ouvem as pessoas e tomam as medidas que acreditam. Para outras – aquelas que não interessa – o senhor esquece-se de referenciar que o que o Governo faz, e os Deputados do Partido Socialista, é ouvir os sindicatos e dar abertura às posições dos sindicatos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é surrealista! Isso é baseado em quê?

O Orador: Relativamente àquilo que já se ouviu também hoje nesta casa, dizia-se que os Deputados do Partido Socialista ignoravam a classificação profissional, no concurso dos professores.

Não é verdade. É claro que classificamos o profissionalismo dos professores.

Há também alguma demagogia da parte dos intervenientes no debate que falam na questão das prioridades regionais, mas nunca referenciaram que nessas prioridades regionais se inclui a Universidade dos Açores. Mas são os mesmos que vêm a esta casa, noutras situações, defender a Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eu não quero mediocridade para os Açores!

O Orador: Depois, alegou-se também o trabalho ao longo dos anos dos secretários dos Governos do Partido Socialista, nomeadamente do Sr. Professor Álamo Meneses que, por sinal – o Sr. Professor Álamo Meneses, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – tomou medidas, ao longo dos anos, marcantes para o projeto educativo regional.

Com certeza, ainda há alguns grupos parlamentares que ainda não digeriram a pesada derrota eleitoral nas últimas eleições.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso também referir, no que se refere às provocações que se fazem aos antigos e aos atuais Secretários Regionais da Educação do Governo Socialista (e é importante não esquecer), ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa é para mim!

O Orador: ... o papel fundamental, a atitude de coragem que tiveram ao longo das legislaturas do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teve bolsa?

O Orador: Diga, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teve bolsa?

O Orador: Não!

(Risos do Deputado Lúcio Rodrigues)

É preciso referir que na altura que foram implementadas as prioridades regionais estas medidas eram de extrema necessidade.

Agora, vêm aqui dizer que há um excesso, que agora já não é necessário.

Mas há um excesso pelo facto (e é preciso referi-lo nesta casa) das medidas que o Governo da República está a tomar atualmente, Sr. Deputado. Está a tratar os professores, literalmente, ao pontapé, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só faltava era essa!

O Orador: ... num enorme ataque ao Estado Social, propondo reformas antecipadas, mandando para casa os professores que dedicaram uma vida inteira ao sistema educativo. Mais: sem direitos válidos, nem justos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não acabou!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E as prioridades regionais?

O Orador: O que os Secretários dos Governos Socialistas, das últimas legislaturas, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PS!

O Orador: ... assumiram foi um ato de coragem, na defesa dos alunos desta Região, dos profissionais do sistema educativo desta Região.

Termino dizendo que “depois de comer, não faltam colheres”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

Eu julgo – posso ter interpretado mal – que a Sra. Deputada Graça Silveira gostaria que o critério do local de nascimento, seria um critério válido para a estabilização do corpo docente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não, não! Interpretou muito mal!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Quem? Eu? Não!

O Orador: De qualquer maneira já estive subjacente aqui em vários discursos.

Sr. Deputado, normalmente quando falam comigo eu ouço, portanto gostaria de ter o retorno.

Foi aflorado aqui por algumas pessoas a questão dos naturais dos Açores, que não tiraram o curso cá ou que não fizeram o estágio cá e que, apesar de serem açorianos não conseguem entrar cá, não têm esses tais requisitos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Podem ter 50 ou 60! A questão é essa!

O Orador: Para nós o critério do local de nascimento não é válido. É válido, sim, aquele critério que se baseia na decisão pessoal de professores que quiseram estar aqui a trabalhar e em escolas que muitas vezes são difíceis.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não conseguem vir! A questão é essa! Eles querem vir, mas não conseguem colocação! Pelo amor de Deus!

O Orador: A chamada prioridade especial reforça essa matéria.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, falou e bem. Temos, felizmente, por um lado, uma grande procura de professores do Continente, porque tendo em conta as políticas do Governo Central, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Vêm agora para cá com as vagas que o senhor abre!

O Orador: ... qualquer professor teria muito gosto em vir para os Açores.

Basta compararmos a nossa realidade com a realidade do resto do país, no que toca, mais não seja, à colocação de professores. Eu percebo muito bem aqueles 7.500 professores do continente que concorreram para contrato.

Agora, também temos que ver que há professores que estão aqui a dar o seu melhor há muito tempo.

Se fossemos retirar essa prioridade que beneficia essas pessoas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quatro anos de transição!

O Orador: ... o que é que teríamos?

Teríamos a nossa gente toda, vinda do continente, porque teriam as tais qualificações superiores, o que não quer dizer que tenham qualificações académicas que correspondam a boas qualificações pedagógica e atividade pedagógica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é então o critério? Mudem o critério! São quatro anos de transição!

O Orador: Então o que é que faríamos aos nossos professores?

Mandávamos embora os professores que estão aqui?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quatro anos de transição!

O Orador: Está bem, mas depois chegaríamos lá. Nós temos que pensar a médio prazo.

O que é que faríamos aos professores que estão, por opção própria, aqui, a trabalhar, a dar o seu melhor, só porque entretanto aparecia alguns que, infelizmente, são perseguidos no continente e vêm-se refugiar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Perseguidos?!

O Orador: ... no único sítio em Portugal onde os professores são respeitados?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário, a imaginação tem limites!

O Orador: Nós não temos nada contra o critério das classificações académicas. Não temos!

Eu sou professor universitário e tenho noção do que digo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então não tem?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se não é a qualificação, qual é o critério? É a cor dos olhos?

O Orador: Mas também como professor sei que não há uma correlação direta entre a classificação académica e a qualidade pedagógica do professor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho novamente ao debate só para tecer mais uma ou duas considerações, sobre, não que seja a principal matéria, mas a matéria mais polémica e que está a suscitar um maior debate do Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É sobre as vacas ou sobre o leite?

A Oradora: Tem algum problema com as vacas, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não tenho! Gosto muito!

A Oradora: Ah! Bom!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da carne e do leite!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, incentivos, benefícios, quotas, discriminação positiva, proteção, ajuda à fixação de médicos, por exemplo, nesta Região, é uma reivindicação de todas as oposições.

Pergunto se ajudar à fixação dos médicos também não é, de alguma forma, perverter a sua classificação profissional?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para todos!

A Oradora: Ficam cá, se calhar, com média de 13, e não vêm para cá outros que têm 18, porque aqueles já cá estão fixados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É diferente! Concorrem todos em pé de igualdade!

A Oradora: Voltando ao princípio.

Volto a repetir: incentivos, benefícios, quotas, discriminação positiva, proteção, ajuda à fixação.

Pergunto: para quê?

E a resposta é, como muito bem disse a Sra. Deputada Graça Silveira, para proteger a Região contra *lobbies* económicos poderosíssimos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Lobbies!*

A Oradora: Sem dúvida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais *lobbies*?!

A Oradora: Quando falamos do leite, quando falamos do queijo, quando falamos das conversas... Proteger a Região contra *lobbies* económicos fortíssimos.

Eu gostaria de acrescentar que esta discriminação positiva, chamemos-lhes assim – falta-me agora o termo – da Região, das prioridades regionais, também é uma forma, do nosso ponto de vista, de proteger a Região contra *lobbies* económicos fortíssimos, que são aqueles que compram a inteligência e a capacidade de crítica dos povos e dos países e que os empobrecem objetivamente por essa via.

Pensemos apenas na depauperação a que todo o mundo foi sujeito pelos Estados Unidos da América, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso, Sra. Deputada!

A Oradora: Estão todos lá.

Portanto, é uma forma de proteger a Região contra *lobbies* económicos que compram, não é leite, não é conservas, não é queijo, é inteligência e capacidade crítica.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, para dizer o seguinte:

Se alguém nesta casa tem qualquer tipo de prurido ou preconceito em defender a Universidade dos Açores, a nossa universidade, “com unhas e dentes”, que fique claro que o Bloco de Esquerda não tem nenhum preconceito sob esse ponto de vista.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: A dispersão da universidade, a tripolaridade da universidade, não chegam para conseguir colmatar a exígua escala de recrutamento que a nossa

universidade tem na Região, com tripolaridade ou sem tripolaridade, que é coisa que não acontece nas universidades do continente.

É preciso defender a nossa universidade? É sim senhor!

A essa chamada o Bloco de Esquerda dirá sempre presente, sem nenhum tipo de prurido e completamente consciente de que pode – e eventualmente será – ser objeto de todas as críticas, mas assumimos esta defesa.

Portanto, assumimos a defesa dos professores formados na nossa universidade, que devem ter uma discriminação positiva nesta Região para ficarem aqui e para que a universidade cada vez tenha mais razão de ser a nossa universidade, e não, neste momento, as do continente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para voltar a esta discussão, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É sempre bem-vinda!

A Oradora: ... porque acho que na generalidade praticamente tudo estava dito, mas não posso deixar de esclarecer um mau entendido.

Eu disse exatamente, referindo-me a um dos argumentos em que se diz (e é verdade!) que se criaram expetativas a pessoas dos Açores, ou não, para constituírem as suas famílias na Região, para darem o seu contributo à Região, e seria uma injustiça elas deixarem de o ter.

Como já foi muito bem explicado pelo Deputado Aníbal, não deixariam de ter se as coisas fossem bem-feitas (ponto 1).

Depois, dei como exemplo o facto do sistema de prioridades atual poder deixar de fora um açoriano que queira voltar à sua terra, onde já tem o seu agregado familiar e onde quer continuar a fazer a sua vida, mas nem sequer queria entrar nessa discussão do que é que era mais ou menos justo. Foi a única coisa que eu disse.

Em relação à defesa da Universidade dos Açores, não posso deixar também de reagir. Em relação à Universidade dos Açores eu estou completamente à vontade, pela simples razão de que, quando fui fazer o meu doutoramento, concorri a uma bolsa europeia, a nenhum abrigo de nenhum convénio com a Região, em igualdade de circunstâncias com outros investigadores. Tive a bolsa,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... fui para uma Universidade Holandesa, onde concorri em igualdade de circunstâncias com qualquer outra pessoa do mundo. Por acaso era açoriana e não tinha qualquer protetorado.

O meu contributo e a minha defesa da Universidade dos Açores foi ter decidido, em vez de ficar noutra universidade onde podia ter ficado com a minha graduação, vir para a Universidade dos Açores dar o meu contributo, onde me encontro até hoje.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quanto a esse assunto estamos completamente à vontade. Eu defendo a Universidade dos Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... estando lá e contribuindo todos os dias para que ela seja cada vez melhor.

Srs. Deputados, muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Tem pouco mais de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar dizer que voltarei a apresentar esta iniciativa sempre. É uma questão de justiça. Com toda a coragem política, com a toda a frontalidade.

O que eu defendo é uma sociedade livre.

Deputado Francisco César (PS): O senhor diz que não é da nobreza, nem nenhuma Miss Universo!

O Orador: Uma sociedade onde os açorianos possam escolher a universidade onde querem estudar. Se quiserem estudar em Coimbra, que estudem em Coimbra e que tenham colocação na sua terra.

Se quiserem estudar em Lisboa, que estudem em Lisboa, e que tenham colocação na sua terra.

Se quiserem estudar em Évora, que estudem em Évora, e tenham colocação na sua terra.

Era só o que faltava que para os alunos açorianos, os alunos açorianos que querem ser professores, tenham que estar circunscritos a um gueto e dizer-lhes: os senhores só podem tirar as vossas licenciaturas aqui.

Deputado Berto Messias (PS): A um gueto?

O Orador: Eu quero que tirem livremente as licenciaturas em qualquer outra zona do país, Sra. Deputada.

Quero dizer aqui também o seguinte:

A nossa sociedade, a sociedade açoriana, é uma sociedade aberta, é uma sociedade que tem uma diáspora por esse mundo fora, em que as pessoas querem ser tratadas de forma justa, em que as suas habilitações, os seus conhecimentos, sejam valorizados.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: E que não sejam relegados para o segundo plano porque não residem aqui ou não residem ali.

O que é absolutamente essencial é que aquilo que eu defendo para os Açores, o que defendo para Portugal e o que defendo para a nossa diáspora açoriana por esse mundo fora, é que se tenham as condições de acesso aos concursos de desempenho das suas profissões com total justiça.

O que posso aqui afirmar e volto a referenciar é o seguinte:

Um aluno nascido nesta ilha do Faial...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Sra. Presidente, eu termino já.

... que tira uma média de 20 numa qualquer outra universidade deste país...

Deputado Francisco César (PS): Não se esqueça da fome e da guerra!

O Orador: ... – diz o Sr. Secretário “bom, pode não ser melhor do que aluno que teve 10 – aquela universidade o que lhe diz é o seguinte: este aluno para dar aulas está habilitado com 20 e este aluno para dar aulas está habilitado com 10. Se isto não conta, não sei o que é que conta. A cor dos olhos é que é o argumento?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também é bom!

O Orador: Ou é o argumento da média académica e do tempo profissional?

O que eu quero dizer é que esse professor tem todo o direito do mundo em concorrer...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O orador: ... de forma justa.

Presidente: Sr. Deputado, já terminou o seu tempo em mais de um minuto.

O Orador: Que a sua média seja utilizada e que não seja relegado por uma segunda posição.

Terminei, Sra. Presidente, muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Esqueceu-se da paz do mundo e da guerra!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta breve intervenção para lamentar consideravelmente nesta casa, nessa sua intervenção final, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a forma como se dirigiu à questão das prioridades regionais e à forma como se dirigiu aos Açores, em si, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aos Açores?

O Orador: ... no sistema educativo onde considerou claramente, pelas suas palavras, os Açores como um gueto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O quê?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para protestar, porque foi evidente que me foi atribuída uma afirmação que não corresponde à realidade.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade sim, senhor!

Presidente: Sr. Deputado, vou dar-lhe a palavra.

Tem três minutos.

O Orador: Sr. Deputado, se o senhor não tem argumentos para vencer um debate não os invente.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor disse gueto!

O Orador: O que eu disse, Sr. Deputado, foi que, eu não quero que os alunos açorianos vivam num gueto, se são obrigados, para terem colocação no sistema educativo, a estudar numa única universidade.

Isso é muito diferente.

Eu não quero que os alunos açorianos, para poderem entrar no sistema educativo açoriano, tenham que tirar e estejam limitados a tirar um curso numa só universidade.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor disse que os Açores eram um gueto!

O Orador: Eu quero que os alunos tirem as suas licenciaturas onde muito bem entenderem, utilizando da sua liberdade, Sr. Deputado. Chama-se liberdade! Que esses alunos açorianos tenham todo o direito de tirar a sua licenciatura onde muito bem entenderem e não sejam relegados para um segundo plano.

Se o Sr. Deputado não tem argumentos não os invente, não ponha palavras na minha boca que não existiram. Não descontextualize e não dê outro significado àquilo que claramente é o contrário do que o senhor afirmou.

Portanto, mais uma vez o senhor demonstrou aqui uma falta de ética total em relação ao debate parlamentar, ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh!

O Orador: ... descontextualizando completamente aquilo que eu disse.

O que disse foi precisamente o contrário.

Não quero nenhum gueto para os professores que querem tirar licenciaturas via ensino.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, santa paciência! Depois do que este senhor fez ontem!

O Orador: Não quero que isso seja implementado.

Eu quero que o professor possa tirar a sua licenciatura com liberdade individual de escolha. Que escolha qualquer universidade deste país e que, por escolher uma universidade que não seja a Universidade dos Açores, possa concorrer em igualdade de circunstância com outro açoriano que tirou uma licenciatura na Universidade dos Açores.

Entendeu? Foi isto que eu disse.

Presidente: Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Tem dois minutos.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostava de lhe dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que não tenho problemas em debater consigo, nem com nenhum Deputado desta casa, seja que assunto for.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, gostava de dizer que o senhor reconfirmou que utilizou essa palavra.

Digo-lhe: eu, em assuntos de ética, posso dar-lhe lições, Sr. Deputado.

O senhor não precisa de se dirigir para mim com esse ar de que o senhor é que tem sempre razão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho sempre razão! O senhor mentiu!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: ... porque nós, Deputados do Partido Socialista, acreditamos naquilo que defendemos. Não fazemos demagogia, nem populismo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor abusou da figura regimental! Ficou registado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, habilidosamente, pôs a questão apenas no facto da prioridade especial se aplicar aos professores formados pela Universidade dos Açores. Não é assim!

Está (e posso referir) a prioridade na candidatura que tenha mais de 3 anos de serviço na Região...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois não! Tem aí uns protocolos com universidades privadas do continente para fazerem estágios! Veja lá Sr. Secretário!

O Orador: ...(e é esse o nosso grande argumento), no grupo de recrutamento em que se encontram profissionalizados, e só depois é que vem tenham sido bolseiros da Região ou perfizeram o estágio profissionalizante na Região.

Atenção!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem uns protocolos de uma entidade privada, nomeadamente da lusófona!

O Orador: O Sr. Deputado está a lançar um anátema de incompetência e de entrar pela “porta do cavalo”, sobre todos os professores que, ao abrigo desta norma, que eu considero positiva, estão a prestar um serviço à Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse!

O Orador: O Sr. Deputado salientou várias vezes aqui que os professores que foram formados pela Universidade dos Açores tinham prioridade sobre todos. Não é esse o cerne da questão. Eu gostaria que isso ficasse claro.

São aqueles que estão há mais de 3 anos, que optaram, por decisão própria, que concorreram, que apresentaram as suas habilitações académicas, obviamente alguns podem ter melhores classificações do que outros, mas atenção, Sr. Deputado, eu gostaria que ficasse claro que lançou um anátema de incompetência sobre os professores desta Região que entraram ao abrigo desta norma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas por que conclui isso?

O Orador: Eu gostaria que ficasse esclarecido.

Esta norma protege, é verdade, mas protege aqueles que já estão cá, que, por opção própria, por concurso, porque tinham os critérios necessários, entraram, foram admitidos e apesar de estarem em escolas que provavelmente não seria a escola dos seus sonhos, dão todo o seu melhor para dar estabilidade a essas escolas. Isso tem que ser louvado.

Naturalmente que isso foi um lapso da parte do Sr. Deputado, porque tem tido sempre uma posição de defesa dos professores. Neste momento foi extremamente injusto para com os professores que estão nessa situação.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora, sim, não há mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Considerando o nosso horário e para não interromper o ponto seguinte, vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos continuar com a Agenda da Reunião. Entramos agora no ponto 15: **Projeto de Resolução n.º 27/X – “Recomenda ao Governo Regional que promova o estudo, de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação, dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grota do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Foi distribuída, às Sras. e aos Srs. Deputados, uma proposta de substituição integral desta iniciativa, é sobre ela que iremos debruçar o nosso debate e será ela que também será votada.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, ao contrário da anterior que fechou o debate da manhã, penso que não traz grande polémica e grande complexidade.

A questão é simples e penso que pode ser tratada com racionalidade e com o espírito aberto em relação a estas questões.

A questão é também antiga. Há muito que têm sido encontrados vestígios de objetos que não correspondem ao período da descoberta e povoamento português, a partir do séc. XV.

Podia aqui referenciar, só por referenciar, a Ilha do Corvo neste debate. Foram encontradas, por exemplo, moedas fenícias do séc. XVIII na Ilha do Corvo.

É evidente que podemos encontrar muitas explicações em relação à proveniência destas moedas e de que forma é que elas foram transportadas para a ilha.

Eu não tenho, obviamente, a pretensão de ter nenhuma certeza sobre este assunto. No entanto, considero que factos deste tipo e aqueles que foram agora referenciados ultimamente, nomeadamente no que diz respeito à Grotta do Medo e às descobertas do Monte Brasil, causam-me, e a muitos açorianos, perplexidade.

Nesse sentido nada melhor do que descobrir a verdade e proceder a um trabalho científico no sentido de terminar com a polémica em relação a estas questões e de se poder verificar, de facto, se estamos a falar de achados arqueológicos com um valor cultural importante e com um conjunto de vestígios que possam ser devidamente tratados e datados. É essa a minha preocupação.

À partida, evidentemente como qualquer professor de História, eu diria que sou céptico a todas as explicações menos tradicionais que apontem para a presença de outros povos num período anterior.

Sou sempre céptico em relação a estas questões, mas considero que o conjunto de descobertas que foram feitas merecem ser estudadas e convenientemente datadas.

Por isso, a nossa proposta é simples. O PPM propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que “promova o estudo de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grotta do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo”.

É tão simples como isto e é esta a proposta que trago a este Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Deputado Paulo Estêvão por esta iniciativa. De resto, já o fiz quando fui à Comissão de Assuntos Sociais, quando esta iniciativa estava em apreciação.

Como o Sr. Deputado se deve lembrar, eu disse, e já tive oportunidade de o dizer nesta casa em outras ocasiões, que tudo aquilo que seja para favorecer e consolidar o conhecimento acerca da nossa história, do nosso património, estamos sempre disponíveis para o fazer e de outra maneira não podia ser, mesmo quando aparecem situações que, no mínimo, serão levadas a sério, mas com alguma reserva, como aquela hipotética pirâmide egípcia que apareceu no fundo do mar e que se comprovou logo que era um cone vulcânico e que, por erros de sondagem, tinha gerado uma pirâmide.

Eu tive imediatamente o cuidado de contatar a entidade marítima para se esclarecer a situação.

Acontece o mesmo com estes achados. Independentemente de serem ou não pré-históricos no que diz respeito à história dos Açores, ou seja, anteriores ao povoamento, sejam quais forem as suas características fisiológicas, estruturais, etc., entendo, independentemente da opinião que eu próprio possa ter sobre a matéria, porque não sou especialista, que se deve proceder de imediato ao estudo. E assim fiz.

Tal como disse na Comissão, iria ser constituída, de imediato, uma comissão interdisciplinar, constituída por personalidades que não são do meio, que foram indicadas por instituições, universidades, etc., incluindo a Universidade dos Açores e também foi acordado que essas áreas seriam três: a história, por razões óbvias; a arqueologia, porque são os arqueólogos que têm os instrumentos, quer científicos, quer instrumentais para proceder a estudos dessa natureza; e geólogos, uma vez que se trata de pedras, erradamente designadas, por serem pedras grandes, em termos de epistemologia das ciências históricas como

megalíticos. São pedras grandes, de facto, mas há outras pedras grandes e nem todas as pedras grandes são megalíticas.

Para evitar essas confusões foram convidados arqueólogos, historiadores e geólogos para determinar se aquelas pedras, no caso dos geólogos, são daquele local, se foram trazidas de outro local, se são o resultado de situações de cales como as nossas ilhas são cheias, em resultado da atividade sísmo-vulcânica.

Essa equipa está neste momento no terreno. Amanhã, às 11 horas, no salão nobre da minha secretaria, apresentarão ao público as primeiras impressões, que serão apenas impressões, elaborarão um relatório que depois será avaliado e sobre ele serão tomadas as medidas necessárias.

Se houver alguma suspeita, algum dado objetivo, consolidado, de que se trata de objetos da mão do homem anteriores ao povoamento, ou mesmo que sejam posteriores ao povoamento, mas suficientemente antigos, naturalmente serão tomadas todas as medidas para nos termos da Lei de Base do Património e da nossa própria legislação, serem feitos os estudos que forem necessários.

Aliás, Sr. Deputado, a segunda versão do seu Projeto – convém referir que há duas versões e eu tomei a decisão com base na primeira versão – é mais completa e eu saúdo-a também.

Sejam quais forem as hipóteses que justifiquem um estudo mais aprofundado, serão feitos todos os estudos que forem necessários e são envolvidas todas as pessoas que queiram e possam dar o seu contributo, sejam elas quais forem.

Neste momento, esta equipa, que é uma equipa de sondagem e de terreno, não vai fazer escavações, até porque não pode fazer escavações porque são zonas rochosas, portanto não há solo sedimental para fazer escavações, mas serão eles a decidir (eles é que serão os técnicos).

Na constituição deste equipa eu apenas pus uma condição, apenas indiquei um nome, o arqueólogo Cláudio Torres, Prémio Pessoa, uma figura incontestada, que, embora seja especialista no período islâmico, é uma pessoa respeitada universalmente. Portanto, vai coordenar os trabalhos da equipa.

Na segunda e na terça-feira acompanhei os trabalhos da equipa no terreno, durante algum tempo, não pôde ser todo o tempo. Nunca mais falei com eles.

Amanhã eles vão dizer aquilo que no seu entender acham que devem dizer.

Aliás como diz o Sr. Deputado nesta adenda à sua iniciativa (e vou citar): “neste âmbito, deverá assegurar-se, no caso de vir a ser decidido, realizar-se um estudo prolongado e de carácter sistemático”.

E muito bem que põe esta condicionante “no caso de...” porque, vamos supor, que aqueles objetos são artefactos do período romântico e que alguém, como acontece muitas vezes, os grandes proprietários românticos gostavam de embelezar as suas propriedade com ruínas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário já sabe!

O Orador: ... com imitações de ruínas. Eram traços de comportamento e culturais do período romântico e ultrarromântico mesmo.

Se for uma situação dessas, esses objetos terão o seu valor no seu quadro histórico, mas creio que não se justificará que a Região invista dinheiro – isto é caro – a estudar aquilo que se venha a provar cientificamente que são artefactos de uma personalidade rica do séc. XIX que resolveu embelezar, aproveitando acidentes da natureza, a sua propriedade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já tens aí a explicação!

O Orador: Se, pelo contrário, houver indícios científicos – e aqui estamos a falar em ciência, não estamos a falar de fé – de que vale a pena, de que há ali matéria para trabalhar, o Governo assume o compromisso de, na medida das suas possibilidades, quer financeiras, quer técnicas, fazer tudo aquilo que for necessário para se apurar a verdade.

Só mais uma palavra para justificar por que é que são aquelas pessoas e não outras.

Podíamos ter convidado todos os arqueólogos portugueses, todos os historiadores portugueses, e todos os geólogos portugueses de todas as universidades e centros de investigação.

Obviamente isso não seria prático.

Portanto, foi pedido às instituições que têm essas áreas – na área da história investigadores ligados, por exemplo, ao período fenício, porque se põe a hipótese de serem objetos com origem fenícia – gente da época fenícia e gente

da época medieval. Da geologia temos pessoas da Universidade dos Açores e também historiadores da Universidade dos Açores. Enfim, essas personalidades, exceto o arqueólogo Cláudio Torres, que foi uma opção direta minha, foram indicadas pelas respetivas instituições.

Quando as pessoas respeitáveis que descobriram aqueles objetos entraram na comunicação social a defender imediatamente o que eram construções megalíticas e fenícias, com inscrições de todo o tipo, houve aí alguma parafernália de opiniões que não eram de especialistas, eram de amadores.

Muito respeitosamente, seja, um antropólogo ou seja um físico, tal como eu não sou especialista nessas áreas, posso ter a minha opinião pessoal, mas a minha opinião pessoal não é uma autoridade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma grande verdade!

O Orador: Então, a ideia foi nomear pessoas que são, pelo seu trabalho, pela sua especialização, autoridades que vão produzir o relatório.

A partir daí se for decidido, com base nessas opiniões, que se deve fazer a investigação mais aprofundada, obviamente iremos buscar conhecimento a todas as pessoas, a todos os meios que possam oferecer conhecimento.

Era no essencial isto que queria dizer e salientar que a Universidade dos Açores, que consideramos um parceiro fundamental, foi convidada para intervir e temos vários especialistas, quer da área da História, quer da área da Geologia, incluindo o Prof. Avelino Meneses, da parte da história, que também é uma pessoa inquestionável do ponto de vista científico, que colaborarão nesse relatório.

Todos queremos chegar à verdade. Estamos a trabalhar para isso.

Devo salientar, porque é verdade, que quando estamos a discutir esta iniciativa a equipa já está no terreno, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí está o erro!

O Orador: ... porque quando fui à Comissão garanti que a comissão seria imediatamente constituída e está no terreno.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O erro foi esse!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

O Sr. Secretário da tutela já tem, como se viu, uma opinião formada e que, por muito que não queira que se diga, condiciona tudo o que se vier a fazer nesta matéria. Ficou claro pela intervenção que fez.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!

O Orador: Estamos perante um conjunto de factos e evidências que não podem deixar de merecer um estudo cuidado e aprofundado.

Para contribuir para o entendimento da história daqueles lugares, interessa responder a questões simples como quem construiu tais estruturas? Por que as construiu? Quando as construiu? Ou como as construiu? E qual a sua finalidade?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): É isso que está a acontecer!

O Orador: A maior parte da comunidade portuguesa de arqueólogos reduziu de imediato a importância histórica ou cultural dos achados açorianos por considerarem que tais construções arcaicas só poderiam ser agrícolas ou naturais, e, como tal, sem qualquer interesse, mesmo sem terem ido ao local confirmar o que lá existia para articularem a sua opinião.

Numa investigação científica nenhuma hipótese deverá ser descurada, o que não quer dizer que não possa ou deva ser abandonada no futuro. Aqui não foi seguido o método científico.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não?!

O Orador: Não!

O método científico pressupõe...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Explique-me o método científico!

O Orador: ... que se levantem hipóteses, que as hipóteses sejam estudadas, testadas e confirmadas ou não. Isso ainda não foi feito.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): É isso que está a ser feito!

O Orador: Até há pouco tempo a Direção Regional de Cultura considerava que os achados da Grotta do Medo se tratavam de construções agrícolas, e não dava autorização nem para escavações, nem para a conservação dos achados, numa atitude que fazia recordar práticas ancestrais que condenavam à fogueira quem colocasse em causa o *status quo* dominante.

Já existem um ou dois “*Galileus*” dos megalíticos nos Açores! Mas não pode haver. Não deve, nem pode haver.

O que temos em mãos é um conjunto de achados que impressiona em termos de números, dimensões e área de dispersão geográfica. **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): É isso que está a ser feito!

O Orador: Só na Grotta do Medo, a área em causa ultrapassa os 25 hectares.

Não me vou alongar a descrever os achados verificados pela Comissão dos Assuntos Sociais, uma vez que os mesmos constam do respetivo relatório.

No entanto, é facilmente verificável um paralelismo, dada a enorme semelhança, destas estruturas da Grotta do Medo, com outras, existentes noutros locais e que são tidas como megalíticas/neolíticas. Não quer dizer que sejam, mas há semelhanças.

Os sinais e marcações nas rochas são comparáveis a arte paralela identificada nas Canárias, Betânia, centro de Portugal e Galiza.

Contrariamente às afirmações de uma docente da Universidade de Lisboa, a Professora Ana Margarida Arruda, custa muito a aceitar que estas estruturas possam ser definidas como um simples “caos de pedras”. Os elementos da Comissão de Assuntos Sociais que visitaram o local não ficaram com essa convicção, Sr. Secretário.

A arqueóloga Anabela Joaquineto frisa que as construções em causa são megalíticas e são estruturas bem organizadas do ponto de vista arquitetónico,

não considerando irreal a hipótese de terem sido construídas por outros povos que não o português. "É possível. As navegações Atlânticas estão estudadas. Há determinadas rotas que quase obrigam os barcos a virem para as ilhas".

Deputado Aníbal Pires (PCP): É preciso ir muito para sul!

O Orador: Parece ter também ficado evidente que aquele local (Grotta do Medo) teve uma utilização continuada ao longo do tempo e em diferentes épocas, as quais deixaram diferentes marcas.

É necessário e essencial um trabalho de escavação e investigação para precisar o que existe nos sítios em questão e em que período aquilo foi construído. Discordo consigo, Sr. Secretário, quando diz que aquilo é um local exclusivamente rochoso e no qual não podem ser realizadas escavações. É falso!

Podem e devem ser realizadas escavações!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Convém que vá lá ver.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Já fui!

O Orador: Quanto ao Monte Brasil, os investigadores auscultados pela Comissão de Assuntos Sociais afirmam existirem seis hipogeus escavados na rocha, com seis metros de comprimento e de onde se depreende que existiu intervenção do Homem de forma intencional. Dentro dessas estruturas são visíveis outras marcas que definem uma intenção claramente astronómica, remetendo para o que poderá ter sido um culto da água.

Estes achados não se adaptam à história de Portugal, existindo no entanto, estruturas identificadas na Europa, idênticas, cronologicamente.

Quanto ao Corvo, não foi possível fazer uma deslocação ao local, infelizmente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é pena!

O Orador: Também há aqui um conjunto de questões que não podem passar sem merecer uma referência crítica do PSD-Açores.

Em primeiro lugar, parece-nos difícil conceber que a autoridade tutelar máxima em termos de Cultura da Região, o Secretário Regional Fagundes Duarte, não

se tenha interessado por estes achados e não tenha achado pertinente deslocar-se aos locais, de modo a inteirar-se, pessoalmente, formando uma opinião própria e livre de condicionalismos e de influências de terceiros.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Eu fui lá! Acabei de dizer que fui lá!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não foi, não!

O Orador: Para o Secretário Regional, ficar pela rama foi o bastante para que em Comissão afirmasse que “crê que estes bens não são anteriores ao povoamento das ilhas”. Foi o que disse em Comissão.

Será que se está a fazer censura sobre quem quer estudar hipóteses diferentes das tradicionais?

Para o PSD-Açores as coisas não podem ser tratadas com tanta superficialidade. Aqui ninguém defende nenhuma teoria, dogma ou ideia pré-concebida.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): O senhor já traz isso feito de casa!

O Orador: O que se pretende é que se faça um estudo sério, profundo, coerente, que respeite os métodos científicos e que não tenha medo dos resultados que possam vir a ser obtidos, sobretudo se se concluir que os mesmos podem vir a constituir uma revolução da historiografia do Atlântico e, em particular, levar a uma necessidade de reescrever toda a história Açoriana.

O PSD-Açores não pode também deixar passar em claro a forma como a Tutela tem ignorado e desprezado os investigadores (alguns deles investigadores locais) que foram os responsáveis por trazer a público estas descobertas. São eles os mais profundos conhecedores do terreno e os detentores da maior parte da informação que entretanto tem vindo a ser recolhida.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): E publicada!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): O *Diário Insular*, que é uma revista...!

O Orador: Houve pareceres dados gratuitamente por arqueólogos estrangeiros, de grande reputação, cuja opinião foi pura e simplesmente ignorada. Tais pareceres apontavam claramente para semelhanças evidentes entre os achados

na Terceira e outros presentes noutros locais e pertencentes a épocas e períodos históricos claramente definidos e datados.

Qualquer estudo que venha a ser realizado nos locais em questão, deverá ser entregue a técnicos especializados e abalizados, nomeadamente historiadores, arqueólogos, geólogos, físicos, químicos e inclusivamente engenheiros civis, de modo a esclarecer definitivamente se estamos perante construções ou eventos naturais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E astrónomos!

O Orador: A Comissão que o senhor nomeou é, portanto, bastante incompleta. Também merece o reparo e denúncia do PSD-Açores o facto de, enquanto estarem a decorrer os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais relativamente a esta temática, e antes de serem conhecidos os resultados e conclusões do trabalho da mesma, bem como feita a respetiva análise nesta Assembleia, o Governo Regional tenha decidido apressar-se e mandou constituir uma comissão para proceder ao estudo dos achados em questão, comissão esta, que deixa ostensivamente de fora os investigadores que deram a conhecer ao público estes achados, e que deveriam ser os primeiros a ser ouvidos e incluídos em todo o processo de estudo que se pretende efetuar.

Convinha que o Senhor Secretário Fagundes Duarte explicasse por que é que os investigadores como Nuno Ribeiro, Anabela Joaquineto, (membros da APIA – Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a APIA!

O Orador: Não é a APIA do antigamente, é a da Investigação Arqueológica.

... Félix Rodrigues, Antonieta Costa, a arqueóloga italiana Patrizia Granziera, a arqueóloga Turca Isik Sahine e o investigador Romeo Hristov (arqueólogo da Universidade do Texas) ficaram de fora desta comissão. Nenhum destes investigadores custou um cêntimo de gastos para a Região. O pretexto utilizado para deixar esta gente de fora foi o de que seria necessário garantir a independência da Comissão e que as pessoas estivessem livres de preconceitos de modo a que os assuntos pudessem ser abordados com clareza, cabendo à referida comissão decidir se quer ou não ouvir os cientistas que identificaram os

locais. Isto é atentar contra a seriedade e idoneidade dos investigadores em questão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A já constituída comissão é composta por treze elementos e tem apenas uma semana para analisar os achados da Grotta do Medo, do Monte Brasil e das Quatro Ribeiras. Uma semana! ... Relembro que só a área de dispersão dos achados da Grotta do Medo é superior a 25 hectares.

Mas será que andamos a querer brincar aos arqueólogos durante uma semana? Isto é nada! Uma semana é nada!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O Sr. Deputado não ouviu nada do que eu disse!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: Os investigadores que o governo insiste em rejeitar, têm tido, fruto das suas investigações, um muito positivo acolhimento internacional, o qual tem tido como consequência o despertar do interesse de investigadores internacionais relativamente aos sítios arqueológicos em questão, alguns dos quais se dispõem a visitar os locais a expensas próprias, muitos acreditando que as estruturas em causa possam ser construções feitas pela mão do Homem, denunciando uma ocupação pré-europeia das ilhas.

Estes factos contrastam com a exclusão e marginalização a que o Governo dos Açores condena o trabalho destes investigadores nacionais e estrangeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está o problema! É o medo do continente!

O Orador: Estranhamente, ou não, é incluída no grupo de trabalho agora criado pelo Governo, a mesma investigadora da Universidade de Lisboa (Ana Margarida Arruda)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sua amiga!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu nem conheço!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conhece, conhece!

O Orador: ... que se pronunciou numa fase inicial do processo declarando, perentoriamente e sem quaisquer pesquisas de campo, que apenas havia “caos de pedras”.

Afinal quer-se ou não garantir a independência da Comissão?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Só esta arqueóloga é que tem o direito a confirmar ou alterar as suas posições iniciais ou está ali para condicionar os trabalhos? Será que o que se pretende é mesmo desvalorizar o que quer que se encontre no Monte Brasil, na Grotta do Medo ou no Corvo? Há aqui investigadores mais sérios e independentes que outros? Será que os bons investigadores são os que são mais amigos da Tutela e que têm custos para a Região, enquanto que os que trabalham apenas por amor à camisola e ao conhecimento (de graça, custeando as próprias despesas) não servem para a Secretaria Regional da Cultura? Ficam as questões.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não são questões, são insinuações!

O Orador: Julgamos não haver nada a temer. Isto é importante para a história das ilhas.

O Orador: É importante descobrir se houve ou não povos que conseguiram aqui chegar antes, mas sem tirar nenhum valor ao povo português que conseguiu aqui ficar com sucesso.

A Comissão de Assuntos Sociais considerou, em relatório, a hipótese destas descobertas constituírem inegável valor histórico. Como tal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao presente projeto de resolução, de modo a que se estude e se encontre apenas a verdade. E é apenas a verdade que nos deve mover a todos. Não há que ter medo de reescrever a história do Atlântico se tiver de ser esse o caso. Se não tiver de ser, ganhamos na mesma. Acabam-se as dúvidas e acrescenta-se em conhecimento.

Pode estar aqui um importante e ímpar polo de atratividade histórica, cultural, turística e económica.

Estes achados merecem uma muito séria atenção.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho de recentrar a discussão. O que está em discussão é uma recomendação ao Governo Regional para que “promova o estudo de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grotta do Medo, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo”.

Portanto, não vou alimentar uma espécie de espetáculo de variedades que aqui se faz, às vezes, a partir do nada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha lá!

A Oradora: Gostaria de dizer que o objeto da presente resolução está genericamente assegurado, aliás, está assegurado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está condicionado!

A Oradora: Já está em curso, uma vez que, na sequência do que foi dito pelo Sr. Secretário em sede de comissão, foi constituída de imediato uma equipa multidisciplinar, com especialistas de reconhecido mérito, nas várias áreas, quer dos Açores, quer de outras paragens, para estudar os alegados achados arqueológicos.

Ou seja, o Governo Regional dos Açores antecipou-se à discussão e à aprovação deste Projeto de Resolução, muito oportuno, o que demonstra bem a sua sensibilidade a estas matérias para que possamos esclarecer cabalmente o que ali se encontra.

Acho admirável, Sr. Deputado Luís Rendeiro, que o senhor se sinta capaz de questionar uma comissão que integra apenas um Prémio Pessoa, dois Prémios

Gulbenkian para a Arqueologia. Acho admirável que se sinta capaz disso. Eu não sou capaz disso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A senhora visitou o local?

A Oradora: Vou chegar lá. Não se preocupe que eu vou chegar lá.

A Comissão de Assuntos Sociais teve a oportunidade de se deslocar ao local. De facto, aquilo que vimos é bonito, é interessante, eu não tenho qualquer dúvida. Eu diria mesmo que é misterioso, um mistério, aliás, potenciado pela manhã tempestuosa que sobre nós desabava (penso que nenhum dos elementos da Comissão esquecerá aquela manhã chuvosa, de inverno, antes do tempo) ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, de facto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma manhã megalítica!

A Oradora: ... mas tornou aquela manhã, uma manhã especial.

Mas na nossa opinião, ou a estranheza que possa ter produzido em nós aquele local e aqueles alegados achados arqueológicos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são alegados, são reais!

A Oradora: ... não constitui ciência, Sr. Deputado.

Ciência constituirá o relatório final, que será da responsabilidade única e exclusiva da equipa que está a trabalhar no terreno, com total independência, como já foi referido. Amanhã, dia 19, às 11:00 horas, apresentará as suas primeiras conclusões.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A senhora acredita mesmo que numa semana vão conseguir?

A Oradora: Dela sairão as primeiras conclusões. Não estamos a dizer que são as conclusões definitivas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que vão condicionar o resto!

Deputado Manuel Pereira (PS): As primeiras conclusões!

A Oradora: Dessa equipa sairão, pois, as ações indicadas como eventualmente necessárias, ou não, para a persecução dos trabalhos.

A nova redação deste diploma, como Sr. Secretário já referiu, não introduz, na nossa opinião, uma alteração substancial e acolhemo-la de bom gosto, até

porque não modifica a componente resolutive que já está em marcha, aditando uma questão a que o PS não se oporá.

Aliás, ficou claro, por declarações recentemente proferidas pelo Diretor Regional da Cultura, o arquiteto Nuno Lopes, que a Direção Regional daria todo o apoio logístico às necessidades expressas por esta equipa, neste momento já constituída e a trabalhar, onde poderá ter-se incluído, nesta fase, se os investigadores assim o tiverem entendido, eventualmente algum encontro direto com os investigadores que terão alertado para a existência desses alegados achados.

Não sei se a equipa evidenciou essa necessidade ou não, o que tenho a certeza é que, se evidenciou essa necessidade, não foi com certeza a Direção Regional que se opôs a que esse contato existisse.

Por tudo isto, e sem me parecer necessário esgrimirmos aqui uma batalha que é paralela ao que estamos a debater, é com muito gosto que o PS votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não querendo participar em nenhum espetáculo de variedades, porque não tenho jeito para artista...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Oh!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Olhe que tem!

O Orador: ... mas pelos vistos já temos corista para participar no espetáculo de variedades e para artista principal.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Artista de primeira arte!

O Orador: Quanto muito, posso humildemente fazer coro à Sra. Deputada Renata. Não posso estar, obviamente, na fila da frente, ao seu lado.

Sr. Secretário, sem querer ir à pré-história, vamos à história, porque estes achados arqueológicos também já têm história e têm história do seu tempo. Não é assim uma história com muitos anos mas vem já do seu tempo.

Começamos exatamente com alguma responsabilidade sua e do atual Diretor Regional da Cultura.

Isto, Sr. Secretário, é muito simples. Esta questão dos achados arqueológicos pode ser uma coisa que pode ser exatamente aquilo que o Governo quer que seja, ou seja, nada, ou pode ser uma coisa interessante de se estudar, de se ver o potencial que ali está, a vários domínios. De facto, interessamo-nos por isso.

Que eu saiba, Sr. Secretário, e que eu me lembre (ou se bem me lembro, como diria Vitorino Nemésio, que o senhor bem conhece ou conheceu) a senhora arqueóloga Ana Margarida Arruda já cá esteve e a expensas da Região. Alguém lhe pagou para ela vir cá.

O que é que a senhora arqueóloga Ana Margarida Arruda, que já cá esteve, na Região Açores a seu convite e a convite do Sr. Diretor Regional, esteve cá a fazer?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A partir pedra!

O Orador: Esta é que é a questão.

A senhora veio cá dizer que isto era um caos de pedras. Foi isso que a senhora veio cá dizer. Passando ao de leve por cima das pedras, veio cá dizer que as pedras eram um caos, Sr. Secretário.

A senhora Prof. Ana Arruda, após a visita aos Açores e como resultado do parecer técnico que deu a V. Exa. e ao seu excelso Diretor Regional, realizou uma conferência na Universidade de Lisboa. Imagine-se o título...

Sabe qual era o título, Sr. Secretário? Sabe tão bem quanto eu qual era o título da Conferência da senhora arqueólogo, após ter vindo aos Açores, a seu convite e a convite do seu Diretor Regional.

O título da conferência era: “A invenção da história – o caso açoriano”.

Essa conferência realizou-se no dia 5 de junho de 2013.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E agora é paga de novo para a nova comissão!

O Oradora: Alguém, que não nenhum dos investigadores, assistiu a essa conferência da Sra. Professora Doutora Catedrática lá de Lisboa.

Essa senhora, a respeito dos hipogeus que cá existem, e a respeito do arqueólogo Nuno Ribeiro (a senhora parece que sabe tudo), imagine-se, deu uma entrevista a uma conceituada revista científica chamada *A Bola*, o jornal *A Bola*.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Tenho aqui a transcrição da entrevista onde a senhora Professora Doutora, no Jornal *A Bola*, põe as suas hipóteses todas do caos de pedras.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem alguma coisa contra *A Bola*?

O Orador: A pergunta que se coloca...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): *A Bola* ou o *Diário Insular*?

O Orador: Lá está o Sr. Vice-Presidente!... Registo novamente a sua intervenção sem nenhuma utilidade para o debate, apenas com uma intensão.

Sr. Secretário, a questão é:

Após o currículo desta senhora, as afirmações desta senhora, os insultos desta senhora aos açorianos que fez afirmações como – isto era o título da conferência, imagine o senhor o conteúdo, mas tenho a impressão que o senhor sabe o conteúdo da conferência e sabe as afirmações que essa senhora lá proferiu – os açorianos até estavam muito ofendidos porque em 500 anos não se tinha descoberto nada, aqui, Sr. Secretário, e que não há mais nada para descobrir nos Açores; o que era para descobrir nos Açores já foi descoberto.

Um cientista que diz isto, eu não vou adjectivá-lo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: Acho que ele se adjectiva a si próprio.

Uma pessoa de ciência, uma mulher de ciência, neste caso – ia dizer um homem de ciência –, uma investigadora que diz isto, pergunto: onde é que está a mente científica, insatisfeita que deve ser, do investigador?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E que merece estar numa nova comissão!

O Orador: A pergunta é esta:

Por que é que ela faz parte da nova comissão? É esta a pergunta e não é inocente ela estar na nova comissão.

Gostaria também de saber, outras pessoas que lá estão, que também passaram pelas pedras como “gato por cima de brasas” quando lá foram fazer uma visita (e esses são da terra, são mesmo da Terceira), o que é que lá fazem?

O que é que faz a Direção Regional de Cultura do Algarve também nesta Comissão?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E um vulcanólogo!

O Orador: E um vulcanólogo e por aí fora.

A comissão, Sr. Secretário, já tirou uma conclusão à partida.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E conclui logo que está mal!

O Orador: Eu pergunto: quantas visitas a comissão fez ao local? Quantos achados inventariou? É pena eu não estar no sábado lá, porque iria assistir com todo o gosto à apresentação pública desse relatório.

É numa semana que vão determinar se se deve avançar com estudos ou não?

E mais, Sr. Secretário: não lhe ficou bem, sabendo que estava a decorrer uma iniciativa nesta casa, avançar com uma comissão *ad hoc*, não respeitando este Parlamento.

Por aqui me fico numa primeira intervenção.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ultrapassou a Comissão de Assuntos Sociais!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me dizer que pelo andar da carruagem, no caso concreto pelo andar do debate, estamos a debater e a discutir duas coisas completamente diferentes.

Gostaria de me pronunciar sobre os dois temas, começando por aquele que me parece essencial, que é o Projeto de Resolução do PPM que recomenda ao Governo, e muito bem (e quando digo muito bem, toda a gente percebe que o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este Projeto de Resolução), que “promova o estudo de natureza interdisciplinar, com recurso à recolha de material, e que permita estabelecer a datação, a origem e todas as classificações do ponto de vista histórico dos achados arqueológicos realizados, quer na Grotta do Medo, quer no Monte Brasil, quer na Ilha do Corvo”.

Subscrevemos também a segunda versão deste Projeto de Resolução que integra a recomendação, também, de que o Governo assegure que no caso deste estudo se vir a realizar de forma prolongada e sistemática, situação que ainda agora desconhecemos se será ou não o caso – amanhã ou hoje (fica na dúvida) à noite provavelmente teremos a resposta para esta dúvida –, ...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Ou não!

A Oradora: ... se é para continuar. Ninguém sabe, lá chegaremos.

Mas o certo é que se for o caso, que esta equipa de estudo integre os investigadores que primeiro referenciaram estes achados.

Isto parece-me da mais elementar justiça, quer do ponto de vista da ética, já agora, quer do ponto de vista da ciência, que estes investigadores, que são os responsáveis primeiros por estes achados, integrem qualquer Comissão que vá estudá-los de uma forma mais aprofundada.

Dizia ainda agora o Sr. Secretário Regional da Educação, e eu estou de acordo, que a ciência é exatamente o contrário da fé. Eu também acho que é, e também acho que a ciência é contrária da política. É outra coisa, é outro mundo. Não tem os mesmos critérios, não deve ter os mesmos critérios, nem pode ter os mesmos critérios.

É por isso que a segunda parte do debate me está a criar, a mim, que sou, reconheço desde já, uma absoluta ignorante na matéria – não tenho formação em História, muito menos em Arqueologia, muito menos em Geologia, muito menos em Física, em Química e em todas essas coisas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não está habilitada para discutir, só o Deputado Lúcio!

A Oradora: Portanto, não vou discutir de maneira nenhuma quem é que lá deve, ou quem é que lá não deve estar, sob este ponto de vista.

Agora há uma coisa que eu tenho que dizer, Sras. e Srs. Deputados, que é o seguinte:

Até pode acontecer, ou até poderia acontecer, que este Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, ou qualquer outro membro deste Governo Regional, ou de qualquer outro governo regional, ou não, tentasse condicionar uma comissão de investigação científica, tentasse condicionar uma comunidade científica para chegar a determinada conclusão que estava previamente estabelecida.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A tentação!

A Oradora: A tentação é grande...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe que a Sra. Deputada costuma ter faro para estas coisas!

A Oradora: ... e a carne é fraca, como se costuma dizer, e essa tentação até poderia ocorrer.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, façam-me o favor também de reconhecer uma coisa: a comunidade científica não é constituída por bonecos. É constituída por pessoas que têm uma carreira, que têm um percurso, que têm honra, que têm responsabilidade, que também têm história e pré-história e que têm direito a ser tratados com algum respeito dentro desta casa e fora desta casa.

Que haja cientistas como haverá políticos, como haverá professores, como haverá médicos, como haverá engenheiros, como haverá arquitetos e construtores civis que se deixam condicionar, isso é uma questão.

Agora generalizar e dizer que toda a comunidade científica está às ordens e condicionada pelo Sr. Secretário Regional da Educação, queira ele ou não queira, peço imensa desculpa, mas, Sras. e Srs. Deputados, eu não aceito isso...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que disse isso?

A Oradora: ... quer integre a equipa a Dra. Margarida, quer não integra a equipa a Dra. Margarida, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que disse isso?

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor insinuou isso!

A Orador: Sr. Deputado, eu vou terminar. O senhor inscreva-se e depois questione-me. Depois, eu respondo-lhe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Vai ser é agora!

A Oradora: Sr. Deputado, eu vou dizer quando entender, não é agora. É quando eu entender, a ver se percebemos.

Para terminar, dizer o seguinte:

Eu, como absoluta ignorante na matéria, mas curiosa, com certeza, como qualquer açoriano ou açoriana, sobre aquilo que ali está, que foi descoberto e que não sabemos se tem algum valor do ponto de vista arqueológico ou não, mas temos o direito de saber, e a comunidade científica tem a responsabilidade de nos dar essa resposta...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... vou aguardar serenamente para que amanhã esta equipa, liderada pelo Prof. Cláudio Torres diga:

- Ao fim de uma semana de trabalhos, nós chegámos a uma de duas conclusões. Primeira conclusão: não temos a mínima dúvida que estes achados não têm significado histórico, e ficam responsabilizados por aquilo que estão a dizer. Mas podem dizer outra coisa: uma semana não chegou para nós tirarmos uma conclusão, precisamos de mais uma semana ou de mais quinze dias. Também ficam responsabilizados.

Também podem dizer, simplesmente, vale a pena continuar, vale a pena constituir o tal grupo de estudo, prolongado e sistemático, e cá estaremos nesta

casa, se o Sr. Secretário Regional decidir que o tal grupo não se constituirá, para lhe pedir também responsabilidades sobre essa matéria.

Agora extravasar mais do que isto, Sras. e Srs. Deputados, parece-me que fica fora do objeto do Projeto de Resolução do PPM, e sobretudo não respeita quem, a convite da Região, aqui veio com a sua qualidade ou “desqualidade”, classificação ou desclassificação, mas foram convidados para vir aqui, e nós vamos aguardar pelas conclusões que tirem.

Senão, não é só o Secretário Regional da Educação que está a condicionar os resultados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Somos todos nós, aqui, que também estamos a condicionar.

O Sr. Secretário eventualmente não quer que se chegue a nenhuma conclusão e que digam que aquilo é nada, mas parece que todos nós queremos que se chegue à conclusão de que aquilo é uma grande coisa e, portanto, tem que continuar.

Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

A Oradora: Calma!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ninguém disse isso!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tem que se fazer investigação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis de Deputados das diversas bancadas)

A Oradora: Queria terminar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava a ir tão bem até ao final!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares faça favor de continuar.

A Oradora: Como alguém disse, e bem, já ao longo deste debate (perdoem-me, não sou capaz de identificar neste momento quem) ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

A Oradora: Sr. Deputado, eu já percebi que veio mal disposto do almoço.

Deputado Rogério Veiros (PS): É a azia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é azia!

Deputado Rogério Veiros (PS): Fala-se em Angra fica assim!

A Oradora: Mas o senhor vai ter que resolver esse problema, porque temos um longo dia de trabalho. Resolva! Resolva esse problema.

Como alguém disse aqui já ao longo deste debate, a ciência tem que ser, para ser ciência, isenta, livre, despreconceituosa, e sobretudo inquieta e curiosa.

Amanhã à noite nós veremos qual é o resultado de todas estas características e cá estaremos nesta casa para dizer se nos contenta, se não nos contenta, se nos parece justo, injusto, se queremos mais ou não.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

Sobre este Projeto de Resolução que o PPM nos traz aqui quero começar por dizer que a Representação Parlamentar do PCP o irá votar favoravelmente.

Sem querer tirar nenhuma importância à iniciativa do PPM, julgo que teria sido perfeitamente escusado estarmos aqui a discutir isto, se o Governo da Região Autónoma dos Açores tivesse uma verdadeira política para a investigação científica, designadamente para a investigação arqueológica.

Deputado Francisco César (PS): Ninguém lhe está a ligar!

O Orador: Não faz mal.

Vejamos:

Para a investigação arqueológica, havia inscrito em 2012, no Plano, 14 mil, 550 euros. Em 2013, 9 mil e 200 euros.

Como se vê, isto diz bem qual é a importância que o Governo da Região Autónoma dos Açores atribui a estas questões. É nenhuma. Ou (pronto) é um

bocadinho, o equivalente a 9 mil e 200 euros, para 2013. O grande problema efetivamente é esse.

Uma região como a nossa, independentemente de estarmos a falar dos achados em terra, há também algumas coisas para investigar no mar, e não estou a falar de pirâmides subaquáticas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... estou a falar de outras coisas. Isso, sim.

Realmente este debate seria escusado, não minimizando de maneira nenhuma...

Presidente: Sr. Deputado, vamo-nos cingir à Resolução que está em discussão.

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a cumprir, aliás eu estou a seguir o conselho da Deputada Renata Botelho...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Completamente no contexto!

O Orador: ... que disse que era necessário recentrar o debate.

De facto, para recentrar o debate político sobre esta questão tenho que falar nisto, Sra. Presidente, porque o problema é exatamente esse, é não haver uma política para a investigação do Governo da Região Autónoma dos Açores. Se houvesse, não teria havido necessidade desta iniciativa do PPM sobre os achados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: ... e sobre quem está nomeado e produziu pareceres.

É evidente que o Deputado Aníbal Pires tem a sua opinião, mas também é evidente que o Deputado Aníbal Pires, enquanto Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não expõe aqui essa sua opinião, que é pessoal...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão, Sr. Deputado! Muito bem!

O Orador: ... e que não tem que fazer parte do debate político.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem toda a razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho dois aspetos interessantes para referenciar. Um tem a ver com uma tese de doutoramento que recentemente orientei, orientei não, fui júri dessa tese de doutoramento, que estudou a dispersão do ratinho doméstico na Europa e na Macaronésia.

A conclusão muito interessante desse estudo mostra que os *vikings* poderão ter chegado à Ilha da Madeira antes dos portugueses. Ou seja, a composição genética do ratinho doméstico, aquele ratinho pequeno que existe na Ilha da Madeira, é igual aos da Noruega.

Esse estudo foi publicado em revistas científicas internacionais de renome...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi revista científica, foi no jornal *A Bola!*

O Orador: ... e mostra apenas um aspeto interessante aqui, é que deveremos estar abertos a qualquer tipo de conclusão que venha a ser tirada desse estudo que está agora, aqui, a ser apresentado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mais interessante:

Nos Açores, a composição genética dos ratinhos domésticos é parecida apenas na Ilha de Santa Maria com o ratinho da Madeira e o Norueguês. Uma hipótese que se colocou nesse estudo é que os *vikings* poderão ter chegado a Santa Maria ou os portugueses trouxeram, quando colonizaram os Açores, propriamente Santa Maria, ratinhos nos barcos que vinham da Madeira.

Como estão a ver, existem muitas hipóteses possíveis para essas problemáticas: quem chegou, quem, onde e primeiro a estas ilhas.

Outro aspeto que gostaria de salientar e dar relevo ao que a nossa colega do Bloco de Esquerda referiu, é que temos que estar abertos para uma investigação aberta, independente e idónea.

Penso que o Governo Regional, o passo sensato que tem a fazer, independentemente das conclusões desta comissão *ad hoc*, ou não,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi *ad hoc*, foi!

O Orador: ... mas foi criada com o sentido responsável de iniciar um processo de investigação, é abrir um concurso independente para que as equipas de investigação – pode ser até mais do que uma – possam concorrer com as suas hipóteses, a sua estratégia de investigação e publicar os resultados, de forma independente, em revistas internacionais com *referee*, e assim a ciência vai progredir de forma natural com as suas conclusões e de forma independente.

Portanto, não há condicionamentos aqui de nós, deputados. São os cientistas que têm que tirar essas conclusões.

Consequentemente eu penso que o resultado dessa investigação com os ratinhos domésticos demonstra que há uma panóplia de possibilidades que nós não imaginamos sequer neste momento e que temos que estar com a mente aberta para as investigações que vão ser realizadas.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Só para dizer, na sequência do muito que já aqui foi dito, que não me parece admissível imaginarmos que uma equipa destas viesse aqui, usando as palavras do Sr. Deputado Luís Rendeiro, brincar aos arqueólogos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Só se então estivermos também aqui a brincar aos deputados. Creio que não estamos a fazê-lo.

Não acho admissível que sequer coloquemos a hipótese de que cientistas desta envergadura venham aos Açores brincar aos arqueólogos.

No entanto, o que eu gostaria de acrescentar, a arrematar no que concerne à minha intervenção nesta matéria, é que acho que estamos aqui a discutir erradamente uma questão gramatical. Isto é, estamos a discutir a contração de uma preposição, que é o *de*, com um artigo definido ou indefinido.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, erradamente começámos aqui a alargar a discussão à constituição da equipa, quando o que o Projeto de Resolução, e muito oportunamente, recomenda, é a constituição de uma constituição de uma equipa.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após o esclarecimento oportuno da Sra. Deputada, e muito bem, Renata, eu gostaria apenas de esclarecer alguns aspetos, se é que ficou algum mal-entendido da minha intervenção.

Em primeiro lugar, eu não lancei nenhum anátema sobre esta comissão, no seu todo, nem coloquei nenhuma reserva a esta comissão de peritos. Coloquei a dois e fundamentei.

Refiro-me à Sra. Professora Doutora Ana Margaria Arruda, por aquilo que justifiquei, porque já cá estive e deu uma conferência em Lisboa no dia 5 de junho com o título que os senhores, todos, ouviram.

Portanto, se ela cá está outra vez não fui eu que a convidei. Se alguém a convidou, convidou mal.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): No seu entender!

O Oradora: Esta senhora, pura e simplesmente, pode ser a maçã que não está sã dentro do cesto das maçãs sãs.

Deputado Berto Messias (PS): Como é uma maçã que não está sã?

Deputado Rogério Veiros (PS): Não é um cesto de maçãs, é de laranjas!

O Orador: Relativamente à história pregressa destas questões, não se percebe, Sr. Secretário, por que é que demorou tanto tempo a nomear esta comissão. Porquê? É a resposta que tem que dar.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O senhor não estava na comissão, mas tinha representantes!

O Orador: Não estava na Comissão, porque não faço parte da Comissão e tenho todo o direito a interrogá-lo aqui. Percebeu?! Todo o direito de fazer aqui as perguntas que eu entender e o senhor responderá se entender.

Vou ler-lhe, Sr. Secretário, o entendimento do ex-Diretor Regional da Cultura e eu espero que o senhor mude o *modus operandi* e de pensar da Direção Regional da Cultura, nomeadamente do Diretor Regional, porque o ex-diretor já não está lá, mas continuam lá os técnicos e o senhor arqueólogo. Dizia Jorge Bruno:

“As pessoas que conhecem minimamente aqueles sítios [os hipogeus descobertos no Corvo e na Terceira], como conhecem os corvinos e os terceirenses, nunca lhes atribuíram as características e a origem que agora é atribuída por este arqueólogo”, que era o arqueólogo Nuno Ribeiro.

“Adiantou o Director Regional da Cultura, que recordou que as estruturas na ilha do Corvo já foram estudadas no âmbito do inventário do património imóvel dos Açores, com o arqueólogo Rui Sousa Martins a defender que as mesmas se destinavam a guardar artefactos agrícolas.”

É preciso que eu esclareça mais alguma coisa?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não adianta muita coisa!

O Orador: Eu quero saber agora – como dizia o Prof. Paulo Borges, e bem, as mentes científicas inquietas, curiosas – se vamos avançar sem dogmas e sem preconceitos e, sobretudo, sem o que já está escrito e plasmado no levantamento do património imóvel dos Açores.

Este arqueólogo, presumo, que o senhor sabe quem é.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Luiz Fagundes Duarte, em primeiro lugar gostaria de começar por lhe dizer, e nem foi preciso recorrer à figura da defesa da honra, porque temos

vários momentos para intervir, que os apartes são regimentais, mas o Sr. Secretário tem que estar preparado para o debate e tem que estar preparado para o confronto, e não faça aquilo que fez hoje toda a manhã, que é, em aparte, responder insultando as pessoas que o confrontam e lhe fazem questões.

Os apartes são regimentais. Ouvimo-los e muitas vezes eles ficam registados nos Diários das Sessões. É muito importante que também se saiba o que é que o senhor está aí a dizer, que se ouviu, porque foi audível na câmara toda, insultando quem consigo debate.

Em segundo lugar o senhor deve, neste momento, um pedido de desculpas a um órgão de comunicação social, que é o Diário Insular, ...

Deputado Francisco César (PS): Grande evolução em relação ao seu antecessor sobre esta matéria!

O Orador: ... que tem 67 anos ao serviço da boa informação nos Açores, de quem o senhor escarneceu por ter havido publicações a este respeito da arqueologia, no Diário Insular, rindo-se e menosprezando um órgão que muito serve e muito bem faz à comunicação social nesta Região.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): E do qual eu sou colaborador!

O Orador: E do qual é colaborador, e ainda bem que é colaborador. Mais uma razão para ter tido outra atitude e outro respeito perante o órgão de comunicação social em questão.

Voltando aos factos:

Eu também assumo que a Prof. Ana Margarida Arruda não devia fazer parte da comissão agora nomeada. Assumo!

Não tenho capacidade para discutir todos os assuntos, como pelos vistos outros deputados têm nesta sala, mas uma vez que já teve opinião, que já teve participação, que já teve divulgação em vários fóruns acerca de qual é a sua posição e a sua opinião sobre esta matéria, se o objetivo é que haja uma comissão limpa, livre, fresca para fazer um trabalho novo, esta senhora não devia lá estar.

Ou então, para ela lá estar, tinham que lá estar todos os outros investigadores, a começar pelos locais, que foram os que deram o maior contributo para a descoberta e divulgação dos achados em questão. Não estão! E foi o senhor e a sua equipa que os excluiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: Portanto, se acha que isto está bem assim, nós, também democraticamente, temos o direito de não achar.

Sra. Deputada Renata Botelho...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Correia Botelho!

O Orador: ... (Correia Botelho), ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Assim seja!

O Orador: ... com todo o respeito e consideração que tenho por si (e sabe, não é conversa de circunstância), o facto de vir dizer o que disse a propósito da comissão e do valor da mesma, não retira uma vírgula às considerações que eu fiz.

Com certeza que a senhora não gostaria de fazer, de desenvolver, de iniciar um trabalho e a seguir virem outros passar por cima do seu trabalho, passar por cima do seu esforço e do seu sacrifício e virem colher louros ou escarnecer do trabalho e da investigação que fez.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas o nosso trabalho não produz ciência!

O Orador: É isto que vai acontecer com a nova comissão, em relação aos investigadores que, em primeiro lugar, levantaram a questão dos achados arqueológicos na Terceira e no Corvo.

Quanto a brincar aos Deputados, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Aos arqueólogos!

O Orador: ... devo dizer-lhe que, de facto, penso que será difícil alguém votar contra o Projeto de Resolução que aqui está em causa. Penso que será difícil, porque todos aqui concordamos com ele.

Agora, a partir do momento em que o Governo Regional se antecipa, convoca uma comissão, ultrapassa as conclusões deste Parlamento, o trabalho destes

Deputados e aquilo que foi feito na Comissão de Assuntos Sociais, pergunto: estamos aqui a debater o quê?!

Deputado Manuel Pereira (PS): Estão a salvaguardar!

O Orador: Foi o Governo Regional que brincou com esta casa, foi o Governo Regional que brincou com o trabalho dos Deputados! De facto, isto é uma brincadeira, mas é de muito mau gosto.

Foi isso que aconteceu a partir do momento em que o Governo Regional se antecipou aos trabalhos de uma comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vinte segundos.

Com toda a estima e com toda a consideração, que é perfeitamente mútua, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso vai acabar em amor outra vez hoje!

A Oradora: ... e perdoem-me, porque vou utilizar aqui uma expressão prosaica, isto aqui é “preso por ter cão e por não ter”.

Neste caso, o Governo achou, desde logo, pertinente e oportuna a iniciativa apresentada pelo PPM e antecipou-se.

Eu não posso partilhar da sua estranheza relativamente a isso. Esta câmara até poderia (era muito improvável!) ter tido outra opinião, mas isso não desobrigava.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Sra. Deputada não acha que os trabalhos estão condicionados? Nós achamos!

A Oradora: Pela sensibilidade que o Governo demonstrou, desde logo, relativamente a esta matéria, avançou. Mal nenhum viria ao mundo, com certeza, com esse avanço e com a constituição dessa equipa, independente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Veremos!

A Oradora: Veremos, claro.

O que vamos aprovar é uma situação concreta, que está em marcha para bem de nós todos e para bem dos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Queria só esclarecer dois aspetos.

Em primeiro lugar, pedir à Sra. Presidente – não sei pelas vias normais – que fossem reforçadas ou postas à disposição as minhas primeiras palavras sobre esta matéria.

Eu comecei por dizer que é necessário obter conhecimento. Disse que tinha sido constituída a comissão, que essa comissão vai apresentar um parecer preliminar e, sejam quais forem as conclusões desse relatório, o Governo tomará as decisões que forem pertinentes.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que isso quer dizer?

O Orador: Eu não disse em parte nenhuma que o trabalho arqueológico está a ser feito numa semana. Isso é um trabalho por sondagem. É um trabalho científico.

Sra. Deputada Zuraída Soares, muito obrigado por ter realçado isso.

Não se pode ultrajar a competência científica e a dignidade de pessoas que têm provas dadas. Posso distribuir-vos os currículos das pessoas que foram convidadas. Essas pessoas apresentarão o seu relatório científico. Eu sempre disse isso e disse que o Governo fará tudo aquilo que for necessário fazer para que se apure a verdade.

Eu também gostaria de salientar que na carta que foi dirigida aos Srs. Membros do Governo está dito:

“Assim, está programada para sábado de manhã (que é amanhã às 11:00 horas) uma apresentação das conclusões que mais tarde enformarão o relatório final a enviar à Secretaria Regional da Cultura (à Direção Regional da Cultura), que

por sua vez o reenviará à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e para a qual são convidadas personalidades e comunicação social”.

Mais lisura do que isto? O que é que querem Srs. Deputados?

Eu não me antecipei à Comissão. Eu disse na Comissão, e os Srs. Deputados estão aqui presentes (eu tenho aqui o relatório da Comissão, que não foi contestado), que iria ser constituída essa comissão. Ninguém me disse “não vão”.

Eu soube que a comissão tinha ido a semana passada ao local.

A Direção Regional também não foi informada, nem tinha que ser.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro!

O Orador: Mas também não foi informada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diga ao Sr. Presidente da Comissão, Domingos Cunha, que da próxima vez quer ser informado!

O Orador: Atenção! O Governo está a agir de acordo com as suas competências. A sua competência é pôr a funcionar aquilo que é necessário funcionar, no momento em que é.

Eu, quando fui à Comissão (preciso de ver aqui a data, não me lembro da data exata) disse que ia constituir essa equipa. Ninguém me disse para eu não constituir.

Constituí, fiz o meu trabalho, a equipa está a fazer o seu trabalho no terreno, vai apresentar o seu relatório. Esse relatório será apresentado nesta casa e depois serão tomadas as decisões.

Nem precisava vir, porque isto depende das competências do Governo, mas esse relatório virá a esta casa e os Srs. Deputados terão toda a oportunidade de se pronunciar.

Eu também disse, e concordei com a proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que serão constituídas as equipas, que serão envolvidas todas as pessoas que queiram contribuir e que tenham elementos para aduzir a esta situação.

Agora entendi, e também o disse na Comissão (está no relatório), que essa comissão seria constituída por historiadores, arqueólogos e eventualmente geólogos. É essa a constituição da Comissão.

Se agora se achar que é preciso pôr outras especialidades, serão colocadas essas especialidades.

Vamos lá ver se a gente se entende:

O Governo funciona?

Levantam-se estas questões aqui, acusam-me de eu estar a condicionar a comissão.

O Sr. Deputado Luís Rendeiro, que já não se encontra na sala, tece toda uma teoria, como autoridade que é na matéria, sobre todos aqueles achados. Não é essa, creio eu, a formação específica do Sr. Deputado.

É política. Faz muito bem em fazer política, como eu estou a fazer aqui neste momento, que é tomar as decisões que são necessárias tomar no momento certo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

A questão que lhe coloco é muito simples.

Naturalmente que pela limitação de verbas orçamentais que a Secretaria Regional tem e como a Direção Regional tem, como aqui já foi referido, e muito bem, pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, eu queria dizer o seguinte:

Sabe quantas peças são necessárias ver?

Sabe-se qual é a área que se tem que visitar, com o mínimo de cuidado?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Será tudo tido em conta!

O Orador: Estou a perguntar-lhe. Sabe?

É numa semana que se vão ver cerca de mil peças que estão inventariadas?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O senhor deputado não conhece o conceito de amostragem?

O Orador: É numa semana que se vão ver ou é à sorte, para depois se vir dizer que é um amontoado de pedras?

É numa semana que se vai ver isto tudo?

É numa semana que se vai ver 25 hectares de área como vem referido?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 35 minutos.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 39 minutos.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Prometo ser muito breve. Só para referenciar o seguinte, em jeito de síntese:

Há aqui uma intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires que penso que é bastante acutilante, em que ele tem toda a razão nos argumentos que aduziu. De facto, a política de investigação da região, nomeadamente no âmbito da arqueologia, tem que ser repensada no sentido de não respondermos a este ou a outro episódio isolado, mas de uma forma sistemática, de uma forma organizada, podemos pensar em estruturar a investigação arqueológica e histórica que é necessário realizar.

A Região pode, através de protocolo com instituições universitárias e outras entidades de carácter cultural, e deve realizar esse trabalho de forma organizada.

Nesse sentido, é evidente que depois o conjunto de achados, que entretanto acontece um pouco por todas as nossas ilhas, deve ser integrado nesse estudo sistematizado e nesse esforço sistematizado que a Região deve desenvolver.

Por isso eu considero que é necessário fazer esse esforço, por exemplo, na arqueologia marítima que aqui também foi referenciada por um Sr. Deputado, já não sei qual, em que temos muitos relatos de naufrágios que se deram ao largo das nossas ilhas e que estão devidamente documentados.

Há esse trabalho para fazer e é um trabalho do maior interesse para a Região, não só para descobrirmos e descrevermos um pouco mais o nosso percurso histórico, mas também na medida em que tudo isto significa uma mais-valia para a Região, do ponto de vista turístico, porque a arqueologia, a história, o património, as festividades, a nossa cultura, todo o conjunto de atividades que aqui realizamos, pode e deve incrementar também os fluxos turísticos que a Região obtém.

Por fim, referenciar que este debate, sobre esta questão, há 40 anos seria impossível.

A nossa democracia está suficientemente madura e o conceito que temos de portugalidade é tão vasto, tão sólido, que nos permite pensar, equacionar uma hipótese, na minha perspetiva, e que continua por provar: que os portugueses possam ter sido os primeiros a avistar estas ilhas.

Daí não se tira nenhuma conclusão em relação à portugalidade dos Açores. A portugalidade está, na nossa cultura, na identidade histórica comum, no nosso percurso, na nossa língua, nos usos e costumes, e na nossa identidade comunitária que desenvolvemos ao longo de todos estes anos.

Este debate teria sido impossível noutra contexto histórico, noutra contexto ideológico, mas hoje é visto com naturalidade e sem qualquer tipo de problema e preconceito. Eu penso que é isso que também deve ser referenciado e enaltecido no âmbito do debate que aqui acabámos de realizar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aproveito esta intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, e de resto respondendo ao um repto levantado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires antes do intervalo, para salientar o seguinte:

Este tipo de investigação, a investigação científica, não cabe apenas no âmbito da cultura, ou seja, estamos neste momento – eu também sou titular da área da ciência – a preparar, com uma equipa de investigadores da Universidade dos Açores, já desde algum tempo, um documento base que vai ajudar o Governo a definir as áreas de investigação que serão consideradas prioritárias para investimento para o futuro.

Uma dessas áreas será a área da história e será não nos tais 9 mil euros que o Sr. Deputado Aníbal Pires há bocadinho referia, porque tem outros objetivos. Eventualmente, uma investigação deste tipo constituirá um projeto que será financiado, como outros projetos científicos que estão a ser desenvolvidos, e que terão os meios que forem possíveis, mas que serão os meios para fazer esse trabalho.

Esta investigação será feita no contexto da política científica para a Região que está a ser definida neste momento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é uma boa novidade!

O Orador: Teremos, para além das ciências convencionais, chamemos-lhe assim, onde já há muita massa crítica, muito conhecimento adquirido, muita gente a trabalhar, quer investigadores doutorados, quer doutorandos.

Um dos eixos que será estruturante no sistema científico será exatamente esta história. Acho que é muito importante.

Uma coisa que não temos, por exemplo, é uma história dos Açores legível, nas escolas, pelo público em geral e não uma história para investigadores, para uma elite como aquela que existe.

Quem diz a história humana, diz a história natural dos Açores, a geografia, enfim, todas essas áreas que terão que ser sempre vistas e acompanhadas numa perspetiva da história.

Como dizia Vitorino Nemésio, “para nós a geografia é tão importante como a história”.

Ainda bem que o Sr. Deputado levantou essa questão, porque nós não queremos fazer disto um *fait divers* porque alguém levantou “uma lebre” e vamos todos a correr atrás dela.

O que queremos fazer e estamos a fazer, e há uma comissão (também espero que não ponham em causa a competência dessa comissão, são todos professores, altamente qualificados, da Universidade dos Açores) que está a contribuir, com o Governo, nesse sentido, desde as Jornadas para a Ciência que se realizaram em junho.

É a partir daí que vamos definir muito em breve (já temos uma reunião marcada para dar um toque final na posição da comunidade científica sobre a matéria), e apresentaremos ao público e a este Parlamento, aquilo que entendemos que devem ser os eixos prioritários para investimento na área da investigação científica.

Aqui, mais do que de história, estamos a falar de investigação científica e tudo isso foi realçado pelas Sras. e Srs. Deputados que intervieram na discussão.

Por isso, Sr. Deputado, muito obrigado por ter levantado a questão que me permitiu dizer isto.

Nós não estamos a dividir as coisas em gavetas. Estamos a tentar ter uma visão global em que entram, para além dos vulcões, para além da biologia marítima, para além de outras áreas que sejam consideradas estruturantes e que tenham um retorno em termos de contributo para os historiadores (para os pescadores, no caso do mar, para a aviação no caso nos estudos de climatologia) esta investigação científica, que pode ter interesse económico através do turismo, como o Sr. Deputado referiu.

Não estamos a ver isto isoladamente, estamos a ver globalmente. Muito em breve terei o prazer de apresentar a esta Assembleia um documento base que incorporará tudo isso.

Portanto, aquelas migalhas no Plano que o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu há bocadinho referem-se a aspetos que têm a ver com a edição dos inventários do

património, por exemplo, ou outros aspetos que estão a decorrer pela cultura. Mas esta investigação científica depois será integrada no sistema científico da Região e não como uma atividade isolada da cultura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora, sim, penso que não há mais inscrições.

Vamos votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar com a agenda e para o ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 10/X – “Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro”**, apresentada pelo Governo Regional.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para justificar a urgência.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É entendimento deste executivo que a Lei 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, deve ser alterada por forma a acautelar as especificidades regionais relativamente à ocupação e utilização do domínio público hídrico.

Entre as várias razões que aconselham a alteração deste diploma salientamos que, nos termos da atual, quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens de águas do mar, ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, só o poderá fazer intentando uma ação judicial, para o efeito, até ao próximo dia 1 de janeiro de 2014, devendo, para tal, provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864, ou, se se tratar de arribas alcantiladas antes de 22 de março de 1868, sob pena de perda de propriedade a favor do Estado.

Trata-se, pois, de um processo de prova complexo e moroso que certamente não se afigura razoável nem proporcional, principalmente se atentarmos às especificidades regionais relativamente à ocupação e utilização do território e ponderada a compatibilização do interesse público na gestão e proteção do domínio público hídrico com a defesa do direito de propriedade.

Assim, parece-nos que se justifica bem a urgência desta proposta, desde logo, para que não se verifiquem na Região, e dentro de poucos meses, os efeitos negativos previsíveis deste sistema de reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicos.

Acresce que a presente proposta nos parece ser suficientemente clara e precisa, pelo que acreditamos que não sofrerá grande prejuízo por não ser submetida ao processo legislativo comum...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a urgência ou a matéria?

O Orador: ... e à apreciação da Comissão competente em razão da matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, avançamos para o ponto 17: **Anteproposta de Lei n.º 10/X – “Altera a Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro”.**

Para apresentação da Anteproposta, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme tive já oportunidade de dizer, é entendimento do Governo dos Açores que a Lei 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, deve ser alterada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem é essa lei?

O Orador: ... por forma a acautelar as especificidades regionais relativamente à ocupação e utilização do domínio público hídrico.

Esta posição já foi, aliás, manifestada pelo Governo dos Açores no passado recente junto da Assembleia da República.

Com efeito, julgamos que esta lei, no que diz respeito ao exercício de poderes pela Região sobre o domínio hídrico público regional, não se coaduna com o que está consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, designadamente nos artigos 8º, 22º, e 57º, onde se estabelece o âmbito do domínio público hídrico regional e a gestão partilhada das águas interiores e do mar territorial da Região.

Por outro lado, consideramos igualmente que a Lei nº 54/2005, de 15 de novembro, no que concerne ao processo de reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicas, não se coaduna com as especificidades da Região nesta matéria, senão, vejamos:

Nos termos da citada Lei, quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos, ou margens de águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, pode fazê-lo desde que, conforme já referi, intente uma ação judicial, para o efeito, até 1 de janeiro de 2014, devendo provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864, se se tratar de arribas alcantiladas antes de 22 de março de 1868.

Ora, afetando-se ao Estado a presunção legal da titularidade desses bens, impõe-se aos particulares um processo complexo e moroso de prova de titularidade, que certamente se traduzirá na perda de propriedade privada a favor do Estado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E?

O Orador: Acreditamos que nos Açores esta situação terá ainda maior impacto considerando que as nossas populações se têm tradicionalmente fixado junto ao mar e a leitos e foz das ribeiras, constituindo nestas zonas verdadeiros aglomerados habitacionais para melhor desenvolver diversas atividades

económicas associadas ou potenciadas pela proximidade desses recursos naturais.

Assim, consideramos de grande importância que se promova junto da Assembleia da República a alteração da atual lei por forma a acautelar 3 aspetos fundamentais para os interesses regionais, desde logo, a necessária conformação daquele diploma com o disposto no nosso Estatuto Político-Administrativo, reconhecendo-se inequivocamente que a Região Autónoma dos Açores, no seu território, para além de deter a titularidade sobre o domínio público hídrico regional, exerça as mesmas competências atribuídas ao Estado no que diz respeito à constituição de propriedade pública e de serviços administrativos sobre parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas, delimitação de leito e de margens dominiais, classificação de zonas adjacentes e ainda expropriação de terrenos privados que nos termos da lei devam passar a integrar o domínio público.

Em segundo lugar, a salvaguarda de que na Região os terrenos inseridos em núcleos urbanos consolidados, tradicionalmente existentes nas margens das águas do mar, sejam considerados propriedade privada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o meu caso, Sr. Secretário!

O Orador: Isto, à semelhança do que já acontece nos terrenos tradicionalmente ocupados junto à crista das arribas alcantiladas, sendo a presente lei título suficiente para esse reconhecimento em ambos os casos.

Por último, a atribuição à Assembleia Legislativa Regional de competências para regulamentar o processo de reconhecimento de propriedade privada sobre outras parcelas de leitos e margens públicas no território regional, podendo assim serem definidos mecanismos de confirmação do título de propriedade mais adequados às especificidades regionais.

Com esta alteração afasta-se da Região, por via indireta, a imposição legal de interposição de ações judiciais até 1 de janeiro de 2014, para reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicos.

Pensamos, assim, que esta Anteproposta de Lei é razoável e justa e temos a esperança de que reúna o maior consenso em prol dos interesses dos açorianos e da Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A figura do domínio público hídrico foi criada pelo rei D. Luís a 31 de dezembro de 1864,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, Paulo Estêvão?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi!

O Orador: ... conferindo ao Estado a titularidade dos leitos e margens do mar e águas navegáveis e fluviáveis para assegurar a sua proteção.

Deputado Joaquim Machado (PS): Está-se a perder terreno!

O Orador: Desde então, o Estado vive na presunção de que o que está neste espaço é seu, embora nunca o tenha delimitado nem evitado que fosse transacionado.

No ano de 2005, o governo de José Sócrates resolveu mexer nesta lei, e, com o habitual “Toque de Midas”, mas ao contrário, inverteu o ónus da prova, colocando nos proprietários a responsabilidade de atestar até 2014 que em 1864 os seus terrenos eram privados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade?

O Orador: Se os proprietários dos terrenos não intentassem uma ação judicial contra o Estado para reconhecimento do seu direito de propriedade até 1 de Janeiro de 2014, o seu direito de propriedade extinguir-se-ia imediatamente transitando os bens diretamente em favor do Estado, sem que houvesse sequer

lugar a qualquer tipo de compensação ou indemnização. O Estado poderia ainda vir a cobrar uma taxa pela ocupação das parcelas de território em causa.

Depois, veio a proposta do PS nacional, de prorrogar o prazo da interposição da tal ação judicial contra o Estado por mais dois anos. Seguiu-se outra proposta, do PSD e CDS que eliminavam qualquer prazo. A versão final acordada, recentemente, por todas as partes, aponta para um 1 de julho a nível nacional.

No continente, trabalhou-se em cima do joelho. Trabalhou-se mal.

Nada daquilo que se tentou legislar teve em conta as características especiais dos Açores, do seu povoamento e do seu urbanismo singular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nas nossas ilhas, a ocupação do território não se faz nos mesmos moldes que no continente e esse facto não pode ser negligenciado por quem legisla.

O Governo dos Açores e a bancada que o apoia gostam muito de repetir que as oposições, nesta casa, não fazem outra coisa que não seja falar mal do Governo e das medidas que são por estas propostas.

Nada mais errado.

Deputado Berto Messias (PS): Está a constatar um facto!

O Orador: Esta anteproposta de lei que agora analisamos é um bom documento.

Os fundamentos jurídicos invocados são os adequados, a exposição de motivos da anteproposta é igualmente adequada aos seus objetivos, a regulamentação proposta serve a Região Autónoma dos Açores e, como tal, o PSD-Açores, com toda a naturalidade, considera esta anteproposta de lei vantajosa para as populações locais e segurança jurídica dos respetivos direitos de propriedade, abrangendo um maior número de situações concretas em relação ao quadro legal atualmente em vigor.

Somos manifestamente favoráveis a todas as alterações agora propostas e aprovaremos este diploma sem reparos, sobretudo porque o mesmo defende os melhores interesses dos Açores, no que se refere ao domínio público regional,

atribuindo competências à Região para legislar em termos regulamentares todos os aspetos que carecem de desenvolvimento.

Disse.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta Anteproposta de Lei e a razão fundamental para isso é (apetecia-me dizer) que é bom usar as prerrogativas autonómicas da nossa Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Deviam fazer em todas!

A Oradora: ... porque é isto que esta Anteproposta faz e muito bem, ou seja, chama à Região, com base no seu Estatuto Político-Administrativo, a decisão de como é que se vai definir o problema levantado pela lei nacional, o problema da propriedade, sobretudo das zonas, digamos, junto ao mar, à margem do mar. Muito bem!

Pena é, é que estas prerrogativas autonómicas não sejam utilizadas mais vezes em prol dos Açores e em prol do(a)s açoriano(a)s.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que fazem uma lei!

A Oradora: Todos sabemos ao que é que eu me estou a referir, ao Código de Trabalho, por exemplo.

Agora, vale a pena (eu não diria anedótica) percebermos o que é que temos em mãos e o(a)s açoriano(a)s também.

Esta lei não é toda ela uma aberração. Tem algumas partes e algumas componentes justas e aceitáveis.

Agora, o seu artigo 15º, que é o tal que diz que é preciso intentar uma ação judicial para fazer prova – e tem que fazer prova! – de que essa propriedade, ou

de que essas propriedades, eram suas desde 1864, ou, noutros casos, desde 1868, Sras. e Srs. Deputados, é uma aberração, completamente.

Se isto não é uma aberração e um delírio do legislador, de quem fez isto, é uma coisa muito mais perigosa, é pôr na mão dos ricos e dos fundos imobiliários a possibilidade deles e só eles, porque têm dinheiro para intentar estas ações, virem fazer prova de propriedade. O resto, aquilo que é das pessoas, menos abonadas e mais pobres, as suas propriedades esfumam-se como o vento.

Portanto, ou é uma aberração ou é uma má-fé e é uma pena que esteja inevitavelmente ligada ao Governo do Partido Socialista de José Sócrates.

Mas de qualquer maneira a Região tem poderes para alterar esta aberração e ainda bem que o Governo Regional tomou esta iniciativa.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A Região não tem poder! É uma proposta de lei!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu apoio a esta iniciativa que nos traz aqui o Governo, porque é o exercício das prerrogativas autonómicas que nos estão conferidas constitucional e estatutariamente.

Eu gostava apenas de tecer aqui uma ou duas considerações, que têm a ver com parte do histórico que eu julgo que ainda não terá sido aqui referido:

Está a decorrer na Assembleia da República, nos trâmites normais, a apreciação de uma Proposta de Lei, subscrita pelo PSD e pelo CDS-PP, que visa alterar a Lei 54/2005.

Essa proposta apresentada pelo PSD e pelo CDS, na República, que ainda está na Comissão do Ordenamento do Território, altera a Lei 54/2005 e faz lá desaparecer as referências aos prazos, mas continua a não contemplar os terrenos particulares urbanos e ribeirinhos.

Esta proposta do PS pretende isentar os terrenos do regime de prova, bem como densificar e clarificar, sem margem para dúvidas, a competência da Região na gestão do domínio público hídrico. Isto é, e para abreviar, esta iniciativa do Governo tem também essa virtude que é, antes que a República legisle sobre esta matéria, a Região vem e produz, no âmbito das suas competências, legislação apropriada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não produz legislação, propõe legislação! Proposta de Lei!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, eu sei.

Eu estava a dispensar-me de alguns preciosismos e do aprofundamento da análise a esta iniciativa, exatamente porque julgo que há aqui unanimidade em relação a esta questão. Apenas estou a referir um aspeto que nenhum dos outros deputados ainda tinha referido antes de mim

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Isso é ótimo!

O Orador: ... e que é importante.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, estava a dispensar-me dos preciosismos, mas se V. Exa. quiser, eu posso contar a história toda....

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Conte, conte! Meia história!

O Orador: ... com todo o rigor.

Hoje não aceito desafios.

Vozes da Câmara: Oh!

O Orador: Penso que esta posição do PCP e a minha intervenção aborda uma questão que ainda não tinha sido aqui colocada por nenhuma bancada e que era importante que fosse relevada, porque há aqui uma iniciativa do Governo que visa não só este objetivo preciso, mas acautela e antecipa a decisão que for tomada na República.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM também considera que esta iniciativa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto está meio virado para a direita!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem alguma coisa contra a direita?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente já me fez perder aqui no discurso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A intenção era essa!

O Orador: Eu acho que não devia ser intenção, porque eu vou votar a favor desta proposta do Governo.

Gostava de referenciar que esta era uma iniciativa urgente. O Governo Regional está de parabéns em relação à iniciativa que tomou.

O assunto é urgente.

Em relação às propostas que aqui são feitas, do ponto de vista do articulado, também considero que são as adequadas.

Nada tenho a acrescentar a não ser felicitar o Governo por esta iniciativa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Passa-se qualquer coisa aqui que eu não percebi!

Deputada Zuraída Soares (BE): Espero que não acabe mal! Quando começa assim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por saudar também esta iniciativa do Governo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É iniciativa de um jornal e não do Governo!

A Oradora: ... porque acho que ela vem ao encontro daquelas que são as legítimas expetativas de imensos açorianos.

Mas antes de me deter um pouco mais sobre a iniciativa queria concordar com parte da intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, nomeadamente no que se refere aos problemas que ainda subsistem de delimitação do domínio público ao nível do território nacional.

Não posso, contudo, deixar de lembrar, independentemente daquilo que direi a seguir sobre a solução que foi na altura adotada, que o PSD e o CDS-PP votaram, com o PS, a lei apresentada pelo Governo em que era Primeiro-Ministro José Sócrates.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E por quê?

A Oradora: Porque na altura, com certeza, acharam que era uma boa lei, senão não o teriam feito. Só para repor a verdade da história.

A verdade é que eu entendo aquele que terá sido o espírito do legislador, porque já no séc. XIX, quando (como muito bem explicou o Sr. Deputado Luís Rendeiro) foi instituído o domínio público, convidavam-se as pessoas que se achavam na titularidade de parcelas que se pudessem encontrar na titularidade privada, obviamente de parcelas que pudessem encontrar no domínio público, a proceder ao registo.

Decorreram praticamente 150 anos desde então.

Na altura também previa-se (porque a Lei foi aprovada em 2005) um prazo de oito anos para que se procedesse ao registo.

Devo dizer que o PS acompanha a posição do Governo e, apesar deste esforço que fazemos de entender o que terá estado no espírito do legislador, não concordamos com a norma e por isso achamos que ela deve ser alterada.

Quanto à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, queria só esclarecer-lhe uma pequena dúvida que eu acho que a senhora tem quanto àquelas que são as prerrogativas autonómicas. É que neste caso concreto a prerrogativa autonómica é a apresentação de uma Anteproposta de Lei dirigida à Assembleia da República a quem cabe aprovar...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que obviamente vai votar favoravelmente!

A Oradora: ... essa Anteproposta e que votando, então sim, aí teremos consagradas as nossas propostas.

Eu fiquei com a ideia de que a senhora teria confundido aí algumas prerrogativas autonómicas.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor estaria certamente muito ocupado com outra coisa, porque não prestou atenção às intervenções anteriores à sua.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peço-lhe muita desculpa!

A Oradora: Foi referido o histórico das iniciativas na Assembleia da República e até com uma atualização que a sua intervenção não teve.

Quer a iniciativa do CDS-PP, quer a do PS, analisadas ontem em Comissão na Assembleia da República, deram origem a uma proposta de substituição que foi ontem aprovada e que tem apenas dois pontos. Por um lado, prorroga-se o prazo para intentar a ação judicial até 1 de julho de 2014, mas assume-se simultaneamente o compromisso de rever esta lei até essa mesma data, o que é um dado a favor da entrada e da aprovação neste momento da nossa Proposta de Lei.

Por último, queria apenas relevar alguns aspetos que acho muito importantes nesta iniciativa do Governo.

A proposta de alteração para o artigo 12º é uma exceção que se justifica, quer pela forma como foi feito o povoamento nas nossas ilhas, devido às suas características arquipelágicas, quer pela realidade do processo registral que ao longo deste 150 anos evoluiu muito, quer até pela forma como muitas destas propriedades foram objeto de transmissão, uma transmissão que era muitas vezes oral, mas que era socialmente tão aceite como as transmissões que eram tituladas por escritura pública.

Portanto, há todo um conjunto de especificidades que têm a ver com a nossa realidade geográfica e com a nossa realidade social que devem ser reconhecidas.

Um segundo aspeto importantíssimo desta Proposta de Lei do Governo é a alteração que se propõe para o artigo 15º, porque, de facto, não faz sentido que se reconheça às regiões autónomas a existência de um domínio público regional e que esse domínio público não seja acompanhado de um conjunto de poderes.

É isso que um conjunto destas propostas de alteração agora prevê. São de todo o sentido e permitirão uma ainda maior densificação da nossa autonomia.

Por estas razões que aponte, entendemos que esta proposta é muito oportuna, muito positiva, mas mais importante que tudo, que procura responder àquele

que é um problema real com que muitos açorianos se defrontam neste momento.

Naturalmente o Partido Socialista apoia esta iniciativa.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoia?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação desta Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Considerando que não houve proposta de alteração e uma vez que esta Anteproposta é composta por apenas dois artigos, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com a nossa Agenda e com o ponto 19: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 44/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de finanças nos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Exma. Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Tendo em conta a reorganização dos Serviços de finanças nos Açores, o relatório que serviu de base e as últimas notícias que existem sobre esta matéria de que essa reorganização está a decorrer, é de extrema urgência que a Assembleia se pronuncie nesta matéria para podermos acautelar os interesses dos açorianos, sobretudo de algumas ilhas que serão certamente prejudicadas por esta matéria.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, avançamos para o ponto 20: **Projeto de Resolução n.º 44/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de Serviços de finanças nos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Para apresentação do Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Serviços de finanças concelhios constituem um serviço público de proximidade do Estado aos cidadãos em todo o território nacional.

O anúncio de encerramento de serviços de finanças em algumas ilhas e em alguns concelhos dos Açores irá provocar e afetar a vida económica e social dessas populações.

Já não é a primeira vez que este assunto vem a esta casa e é discutido nesta casa.

Em 2012, aquilo que aconteceu com o encerramento às escondidas da Repartição de Finanças do Concelho da Calheta, em São Jorge, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi às escondidas ou foi de noite?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que se fez o protesto!

O Orador: ... foi uma triste história que fica para a história dos serviços de finanças e da representação do Estado na Região Autónoma dos Açores.

São vários os votos de protesto que aqui já vieram a esta casa. Ainda esta semana foi discutido um voto de protesto elaborado em 2008 pelo PSD.

A verdade é que em 2008 não tínhamos assistido a nenhum encerramento de repartição de finanças.

A verdade é que em 2008 o Sr. Ministro das Finanças de então disse: o que contam são as decisões políticas e não os relatórios técnicos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A verdade é que a decisão política do Governo Socialista de então foi de não encerrar repartições de finanças, ou seja, o Governo Socialista de 2008 cumpriu com a palavra dada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... aos açorianos e ao PS-Açores e não encerrou nenhuma repartição de finanças.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira!

O Orador: O PS-Açores conseguiu em 2008 garantir junto da República a defesa dos interesses dos açorianos no que diz respeito às repartições de finanças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prove lá isso!

O Orador: A prova foi que só em junho de 2012 é que se encerraram repartições de finanças nos Açores, e foi, como já referi aqui, na Calheta de São Jorge.

Recentemente temos novos episódios sobre esta matéria. Primeiro, aparece o anúncio do porta-voz não oficial do Governo do fim-de-semana, o Sr. Marques Mendes, que na televisão anuncia que o Estado irá encerrar 50% das repartições de finanças no país.

Depois, vem a Sra. Secretária de Estado que tenta – antes do anúncio oficial, há sempre aquele anúncio dos comentadores de fim-de-semana – dar uma imagem de que afinal não é tão grave como foi anunciado no fim-de-semana.

A Sra. Secretária de Estado disse que afinal íamos ter postos de atendimento fiscal nos sítios onde são encerradas as Repartições ou os Serviços de finanças. Também disse que os funcionários destes serviços irão passar à chamada disponibilidade. Ou seja, temos aqui uma proposta que já está em marcha e de acordo com o *site* oficial do Governo já está em marcha a reorganização dos Serviços de finanças que entrou em vigor. É anúncio oficial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são as repartições? Onde está publicado?

O Orador: De acordo com o relatório do PREMAC encerram-se nos Açores repartições de finanças na Ilha do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria e alguns concelhos do Pico, nomeadamente Lajes do Pico, São Roque e também em São Miguel, nos Concelhos do Nordeste, Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa.

Esta é definitivamente uma matéria que em muito prejudica os açorianos e para os quais esta casa se deve empenhar e, por unanimidade, defender os interesses dos açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Como não basta apresentar votos de protesto, é preciso fazer-se mais alguma coisa, esta proposta visa que se alerte o Governo da República para que este reconsidere o eventual encerramento de repartições de finanças em ilhas deixando-as completamente em branco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se o senhor fizesse protesto, aí talvez tivesse mais força!

O Orador: Esta proposta também visa a intervenção de Sua Excelência o Senhor Presidente da República; visa recomendar ao Governo Regional que defenda também os interesses dos açorianos na sua ação junto do Governo da República; que se crie uma delegação para se obter esclarecimentos junto da

Sra. Ministra de Estado e das Finanças sobre esta matéria e dar conhecimento desta situação à Assembleia da República.

Por isto, o PS pede que todos os partidos se unam na defesa dos interesses dos açorianos e votem a favor desta matéria.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois de uma vez! Pelo amor de Deus!

O Orador: Tal como acontece com a generalidade dos Açorianos, os Graciosenses também sentem orgulho em serem Portugueses.

A presença da soberania nacional nas Ilhas tem sido uma constante antes e depois da implementação da Autonomia em 1975. Da justiça às finanças, passando pela segurança e pela defesa, os Açorianos sempre viram a presença da República nessas áreas como uma obrigação do Estado, por vezes com contingentes mínimos, é certo, mas, mesmo assim, capazes de garantirem, também, o mínimo de eficiência.

Percebemos que a modernização, nomeadamente com a melhoria das plataformas informáticas, melhorou a acessibilidade dos cidadãos aos departamentos do Estado, como é o caso dos serviços de finanças.

Essa modernização implicou, como seria de esperar, a redução de trabalhadores e obrigou ao redimensionamento de alguns serviços, no entanto nunca se esperou que o Estado fugisse às suas responsabilidades e encerrasse serviços fundamentais nalgumas ilhas.

Antes das eleições autárquicas ouviram-se rumores que a repartição de finanças da Graciosa poderia encerrar.

Depois desse ato eleitoral ouvimos, em primeira mão, o conselheiro do estado Marques Mendes, vestido de adivinho político afirmar que o Governo da República iria encerrar 50% dos serviços locais de finanças, portanto serviços

de proximidade, e que só não tinha anunciado antes das eleições para, e cito, “não espantar a caça”.

Apesar da linguagem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável linguagem, Sr. Deputado!

O Orador: ... o que efetivamente está em causa nesta matéria é a forma completamente cega com que este Governo da República do PSD/CDS-PP resolve cortar serviços sem qualquer critério.

A Graciosa, tem 4.393 habitantes,..

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tantos?

O Orador: ... uma grande maioria idosa e sem conhecimentos informáticos. A repartição de finanças mais próxima fica a 20 minutos de avião.

Das 154 repartições que encerrarão, certamente que muitas terão alternativa, uns quilómetros mais à frente, que poderão ser feitos de comboio, autocarro ou automóvel.

Na Graciosa a alternativa fica a mais de 40 milhas náuticas, obrigatoriamente percorridas de avião e com despesas de estadia e alimentação inerentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Isso é pago pelo Estado! O senhor tem isso tudo pago!

O Orador: Das duas, uma: ou este Governo da República do PSD/CDS-PP não sabe o que faz e corta sem saber em que condições ou então é dotado de uma anormal insensibilidade social.

Fechar a única repartição de finanças da Graciosa é um ato abominável e sem desculpas.

O que virá a seguir? A GNR? A PSP? O Tribunal?

Deputada Zuraída Soares (BE): Os CTT!

O Orador: O Registo Civil? O Notariado? E os CTT? – obrigado Sra. Deputada.

Caso se concretize esta ameaça, abrimos a porta a esta forma danosa de administrar um país por um executivo, e citando novamente Marques Mendes,

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor gosta mesmo do homem!

O Orador: ... “formado por adolescentes e gente imatura” acrescentando depois que eram “masoquistas”.

É por isso que exorto os Graciosenses a irem à luta, custe o que custar, porque de gente desta espera-se tudo.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membro do Governo:

O CDS-PP não se inibe, independentemente de fazer parte do Governo da República, de defender, em primeiro lugar, como sempre o fez, os açorianos e a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Tem dias!

O Orador: O CDS já, por diversas vezes, nesta casa, ao contrário daquilo que muitas vezes não fez o Partido Socialista quando estava no Governo da República, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não se deixou de inibir de responsabilizar o Governo da República quando prejudicava a Região Autónoma dos Açores.

E o Governo da República, do qual faz parte o CDS-PP, não tem uma boa atitude, nem uma noção clara do que é a nossa realidade açoriana...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... quando manda encerrar serviços de finanças em ilhas que ficam sem nenhum serviço, para prestar à população, deste serviço de finanças.

Portanto, não nos inibimos de criticar, não nos inibimos de chamar a atenção ao Governo da República e aos membros desse Governo do nosso partido, que não faz nenhum sentido que assim seja.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não serve é de muito, mas pronto!

O Orador: Por tudo isso, o CDS-PP votará favoravelmente esta proposta oportuna, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mas quero dizer ao Partido Socialista e ao Governo Regional dos Açores que serviços de proximidade não são só os serviços de finanças. Serviços de proximidade, embora numa dimensão diferente, são também escolas nas freguesias, são também as cooperativas de São Jorge que os senhores encerraram, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... são os postos de saúde que os senhores encerram todos os dias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E que a Câmara das Velas vai abrir!

O Orador: Isso são serviços de proximidade à população, por isso os senhores não têm legitimidade para vir pedir ao Governo da República que não encerre serviços de finanças (e é um erro do Governo da República!), quando os senhores aqui não dão o exemplo e encerram serviços de proximidade todos os dias nas freguesias da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E que a Câmara das Velas vai abrir!

O Orador: Quanto a isto, apenas dizer, porque eu já o disse e já dissemos diversas vezes nesta casa, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Câmara das Velas vai abrir escolas nas freguesias todas!

O Orador: ... que louvo o Partido Socialista e louvamos o Partido Socialista por esta iniciativa que terá o apoio do CDS nesta casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se me permite, Sra. Presidente, porque esta é certamente a última intervenção que faço nesta casa, dizer-vos que estive aqui cinco anos com o objetivo claro de defender a nossa Região, de defender aqueles que me elegeram e a ilha de São Jorge em concreto.

Pedir-vos desculpa por alguma vez, no âmbito do calor do debate, ter ofendido alguém, quer os colegas deputados, quer do Governo Regional. Nunca foi essa a minha intenção.

São cinco anos onde deixo amigos nesta casa e onde muito aprendi.

Dizer-vos, muito sinceramente, que no calor do debate sei que por vezes existe excessos de parte a parte, mas não tenham dúvidas que foi sempre na intransigente defesa daqueles que me elegeram, daqueles que devo defender, que são os açorianos e em concreto os jorgenses, mas nunca com o intuito de aqui dentro ofender alguém.

Por isso, digo-vos que saio daqui com muitos amigos e deixo uma palavra sincera de total disponibilidade e abertura, quer pessoalmente, quer em função do novo desafio que vou assumir a partir do próximo domingo, que é de Presidente da Câmara de Velas, para trabalhar com esta casa, com este Governo e com todos vós.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Resta-me também, em nome desta Assembleia, desejar-lhe as maiores felicidades para as novas funções que irá desempenhar e agradecer-lhe toda a colaboração e atuação que muito dignificou este Parlamento.

Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar os nossos trabalhos. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Também é a última intervenção do Sr. Deputado? Dê-nos boas notícias.

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não! Espero que a vida me dê tempo e saúde para continuar aqui até 2016 e depois logo veremos.

A questão essencial quando se analisa o posicionamento do Partido Socialista em relação a estas matérias é que não tem uma posição coerente e ainda bem, meus senhores, que existem os Diários das Sessões. Os Diários das Sessões são peças maravilhosas.

Vou fazer aqui algumas referências, rapidamente.

Projeto de Resolução, do PS, escreve-se a si próprio.

“O Governo da República apoiado pela coligação PSD-CDS prepara-se, segundo notícias recentes, para a curto prazo fechar cerca de 150 serviços de finanças” (sublinho, “segundo notícias recentes”).

Quando o Partido Social Democrata apresentou um voto de protesto contra o encerramento dos serviços de finanças, vejam bem a retórica do Sr. Deputado Francisco Coelho.

“O Sr. Deputado levanta esta questão baseado em notícias. Percebemos a sua preocupação e como não poderia deixar de ser, concordamos que a Ilha do Corvo mantenha o seu – esta é para ler a seguir – ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está baralhado!

Risos da Câmara

O Orador: Agora sim, a folha correta.

“Eu sinto-me tentado a propor a esta Assembleia um justo reconhecimento ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Creio até, Sr. Presidente, que há uma resolução desta Assembleia eventualmente aplicável neste caso.

Acho que devemos atribuir ao Partido Social Democrata, ao seu Grupo Parlamentar, o prémio de “Jornalismo Parlamentar de 2008”.

Efetivamente o que se vê é que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem uma especial atenção à comunicação social. Pensamos que é útil essa atenção.

A comunicação social é fundamental numa sociedade livre e democrática, mas sobre a espuma dos dias e sobre a espuma mediática, há a realidade, o tempo da política e o tempo das decisões.

Se o prémio de “Jornalismo Parlamentar” pode ser entregue a algum adjunto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a forma de fazer política do Grupo Parlamentar do PSD, só pode merecer um repúdio, porque não é sério fazer votos sobre notícias que não estão confirmadas.”

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: “A agenda real do país, não é a agenda da comunicação social.

Nós vivemos num mundo real e é sobre decisões reais que temos que tomar medidas.”

Esta foi a posição do Partido Socialista em 2008, mas que é recorrente.

O PPM também se preocupou com esta questão das finanças no caso específico da Ilha do Corvo, e apresentou um Projeto de Resolução em 2011.

O que é que disse, em relação ao Projeto de Resolução que o PPM apresentou contra o encerramento do serviço de finanças do Corvo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em 2011, depois de 3 anos antes ter dito aquilo que eu acabei de referenciar?

Deputado Francisco César (PS): Está demasiado elaborado!

O Orador: Disse o seguinte:

“O Sr. Deputado levanta essa questão baseado em notícias. Percebemos a sua preocupação e como não poderia deixar de ser concordamos que o Corvo tenha o seu serviço de finanças.

O que pede aqui é que esta Assembleia se pronuncie com base em notícias e não sobre uma proposta concreta do Governo”.

Outra vez a mesma conversa das notícias.

O Partido Socialista que diz isto sobre a agenda mediática e sobre as notícias, agora apresenta um Projeto de Resolução que diz “segundo notícias recentes”.

(Risos dos Deputados João Bruto da Costa e Artur Lima)

Meus senhores, é a incongruência total do vosso posicionamento político, mas, apesar disso, é evidente que da parte do PPM os senhores terão uma votação favorável, porque temos que agir no tempo político correto e muitas vezes (é bom que todos percebam isto) as notícias que são veiculadas são importantes.

É preciso equacionar a sua veracidade, mas existe neste momento suficientes questões em aberto, e uma série de perigos referenciados, para que a Assembleia, de uma forma preventiva, possa atuar já em relação a esta questão.

Agora o que vos peço é para terem um discurso coerente.

Quando são os outros, as notícias são precipitadas porque são sobre notícias, mas quando V. Exas. pretendem fazer a mesma coisa, então aí já está tudo desacreditado e aí os senhores ridicularizam quem apresenta esse posicionamento.

Não senhor! Têm que fazer política com seriedade e é essa a mensagem que quero deixar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, para dizer aquilo que vou dizer, porque estamos todos de acordo acerca desta iniciativa e vamos votá-la favoravelmente, mas se há coisa que me espanta nos trabalhos parlamentares é quando estamos todos de acordo e levamos horas a aprofundar divergências para votarmos todos de igual modo.

A verdade é que a estratégia que o Partido Socialista trouxe para este debate e as manobras de diversão que aqui quis trazer...

Deputado Berto Messias (PS): Para quem trouxe aqui ontem um voto de protesto e fala em manobras de diversão! É preciso ter lata!

O Orador: ... são reveladoras da sua má consciência e são sobretudo reveladoras de procurar justificar o injustificável e de consertar aquilo que ontem ficou desconsertado.

Por isso acho que é importante, para sabermos a coerência de quem aqui se apresenta neste plenário, analisarmos com alguma profundidade este Projeto de Resolução, ...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos a isso!

O Orador: ... porque para além daquilo que ele, no fundo, defende, há aqui questões que revelam a absoluta incoerência do proponente.

Uma dessas questões já aqui foi defendida e explicada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

A justificação que em 2008, para que um assunto idêntico a este tivesse uma posição contra do Partido Socialista, foi de dois tipos:

A primeira era de que não se devia tomar iniciativas legislativas com base em notícias de jornal.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão já justificou que aquilo que fundamentava o vosso voto contra, há alguns anos, agora é uma das fundamentações que têm neste.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! A boca já lhe fechou! Já lhe deu a volta! É a única!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diz “segundo notícias recentes”.

Portanto, os senhores fazem uma iniciativa legislativa usando o argumento que há cinco anos usavam para votar contra as iniciativas dos outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não é só essa. Havia uma segunda razão que os senhores apresentavam para votar contra a iniciativa que aqui foi apresentada. Essa razão é que não se devia confundir relatórios técnicos com decisões do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Pergunto: onde é que está neste vosso Projeto de Resolução a decisão do Governo?

Há cinco anos, o relatório técnico chama-se PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

Agora o que é que os senhores invocam?

“Tal decisão consta do Programa de Redução e Melhoria da Administração Central – PREMAC.”

Onde é que está aqui uma deliberação do Governo?

É o mesmo estudo. O estudo que os senhores diziam que havia, que não era objeto de deliberação do Governo há cinco anos...

Deputado Berto Messias (PS): E o despacho da Sra. Ministra?

O Orador: ... e que levava a chumbar uma proposta, agora usam a mesma coisa para aprovar.

Deputado Berto Messias (PS): E o despacho da Sra. Ministra? O que é que isso significa? O que é que tem a dizer sobre isso?

O Orador: Portanto, significa que a coerência para os senhores é um acidente de percurso. É conforme lhes dá jeito.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto significa que estamos no mesmo processo com a mesma coerência, com a mesma argumentação e com o mesmo à vontade com que estávamos há cinco anos quando apresentámos a iniciativa que apresentámos.

Por isso, nós aprovamos esta iniciativa.

Se entretanto o Governo da República deliberar aquilo que aqui estamos unidos a votar contra, merecerá e continuará a merecer a nossa discordância.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: A incoerência, Srs. Deputados, devia ter limites e devia fazer-vos corar de vergonha, porque os senhores falam grosso quando o Governo da República é doutro partido, mas calam-se e fazem calar os outros, aqui, na Assembleia, quando o Governo é da vossa cor.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

O Orador: Por isso, estamos muito à vontade, muito confortáveis a votar favoravelmente esta iniciativa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Açoriana sinto o dever de expressar aqui e agora o meu total descontentamento sobre a anunciada intenção do Governo da República de encerrar 13 dos 19 serviços de finanças existentes nos Açores.

E como representante dos Povoacenses sinto a obrigação de aqui defender os meus concidadãos, já que entre os serviços a encerrar está o serviço de finanças sediado na Vila da Povoação.

Sei que sou Deputada Regional, mas todos sabem que acima de tudo está a minha querida Povoação!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é cá uma estratégia!

A Oradora: Por isso, reitero o apelo público feito pelo líder parlamentar do PS, Berto Messias, e convoco, se me permitem, todos os Deputados da oposição aqui presentes para de forma unânime expressarmos total discordância face a esta inaceitável intenção do Governo da República de encerrar grande parte dos serviços de finanças atualmente existentes nos Açores.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: O projeto de resolução que foi há pouco brilhantemente apresentado mais não visa do que deixar muito claro que os Açorianos exigem ser tratados com o respeito que uma região arquipelágica merece.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Very well!*

A Oradora: Acontece que o Governo da República tem vindo, através dos sucessivos cortes cegos nas funções do Estado,...

Deputado José Ávila (PS): Que falta de respeito! Isto é do pior!

A Oradora: ... a pôr em causa princípios tão elementares como: a solidariedade nacional e a coesão social e territorial.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Primeiro foram os tribunais.

Agora o alvo são os serviços de finanças.

Assim, pode-se afirmar que esta medida de encerrar os serviços de finanças enquadra-se, perfeitamente, no ataque do Governo da República aos serviços da administração central sedeados na Região Autónoma dos Açores, visando o desmantelamento das funções asseguradas pelo Estado na Região.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Todas as medidas tomadas contra as funções que incumbe ao Estado assegurar nos Açores insistem nos seguintes erros:

- Desrespeito grosseiro das especificidades da Região, estatutariamente consagradas;
- Desconhecimento da realidade arquipelágica; e
- Definição de regras idênticas para todo o território português.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Pelo que temos que nos unir contra o Governo da República, sempre que esteja em causa os interesses dos Açores!

Deputados Berto Messias e José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta, infelizmente, é mais uma ocasião.

Os Açores têm, novamente, que protestar e levantar a voz contra mais este ataque do Governo da República.

Qualquer corte cego nas funções que incumbe ao Estado garantir na Região Autónoma dos Açores é um ataque à Autonomia.

Os açorianos não podem permitir que o Estado vote ao abandono determinados concelhos e ilhas.

Os representantes do Povo Açoriano têm obrigação de tudo fazer na defesa intransigente dos interesses dos seus cidadãos.

E aqui estamos.

Juntem-se a nós!

Disse. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Num universo arquipelágico que ultrapassa os 246 mil habitantes divididos por 19 concelhos ao longo de nove ilhas, geograficamente dispersas, estão incluídos cerca de 68 mil açorianos e açorianas como os demais; habitantes de 13 concelhos - Calheta, Velas, Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico, São Roque do Pico, Vila Franca do Campo, Povoação, Nordeste, Vila do Porto, Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e Corvo, com as mesmas obrigações, nomeadamente fiscais, mas também com os mesmos direitos e regalias que qualquer açoriano e português.

Não obstante o nosso orgulho em ser Açoriano, com toda a riqueza imaterial que essa condição encerra em si, existe uma realidade que não pode ser esquecida, o condicionamento geográfico com todas as especificidades socioeconómicas que cada ilha isoladamente vive e sente;

Ao concretizar-se a intenção do Governo da República, conforme notícias recentes, em encerrar os serviços de finanças dos 13 concelhos acima contabilizados, cinco ilhas da Região Autónoma dos Açores, concretamente, a Graciosa, São Jorge, Santa Maria, Flores e Corvo ficarão sem qualquer serviço de finanças!

Uma reorganização dos serviços locais de finanças em função da reorganização administrativa do território não pode ser justificação para, de uma forma insensata, privar alguns açorianos e açorianas de usufruírem das mesmas condições e da mesma possibilidade de acesso aos serviços públicos como todos os restantes.

Além de que, coincidência infeliz, são algumas destas ilhas as mais afetadas pelo isolamento, fruto do seu afastamento geográfico, e que naturalmente condiciona o crescimento da população, mas que por outro lado, atribui aos que nelas vivem, o mérito de persistência e de amor à terra que os viu nascer ou que os acolheu, impedindo a sua desertificação e merecendo por isso o devido reconhecimento.

Mencionar, de forma superficial e pouco esclarecedora que “será criado um posto de atendimento fiscal em todos os concelhos objeto de reestruturação da rede de Serviços Locais de Finanças” não é suficiente para tranquilizar estas populações, que continuam a viver na incerteza de como funcionará, na realidade, esse atendimento e quais as abrangências e as limitações que lhe serão afetas. Sendo que, desta observação poder-se-á questionar se as autarquias foram consultadas quanto à operacionalidade desta alternativa, tal como questionar se esta decisão não será o início de um processo de encerramento de vários serviços públicos nas ilhas de menor população.

Se os condicionamentos geográficos são um fator relevante a ter em conta na análise desta decisão, a consciência que temos nestas ilhas uma elevada percentagem de pessoas idosas cujo acesso às novas tecnologias de comunicação é impraticável deve também ser considerado como de grande importância.

Todos os aspetos referidos ganham maior proporção e impacto nas ilhas das Fores e do Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostam muito do Corvo! Os florentinos gostam muito da ilha do Corvo!

A Oradora: ... ilhas com o menor índice de população dos Açores, ilhas onde a terceira idade é uma faixa etária considerável; ilhas onde o isolamento é maior; e ilhas onde o encerramento de serviços públicos contribuirá para a sua estagnação, senão retrocesso e consequentemente contribuir para um possível encerramento de outros serviços públicos.

O Grupo Parlamentar do PS-Açores considera que há fatos, valores e realidades que tem necessariamente que ser tidos em conta, sendo neste caso, fundamental

assegurar a existência e funcionamento de serviços de finanças em todas ilhas dos Açores.

Esta é a nossa legítima reivindicação.

Muito obrigada.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais:

É com certeza sem nenhum tipo de dúvidas que a Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu apoio a este Projeto de Resolução, até porque como o Deputado Artur Lima referiu aqui num aparte antes de eu iniciar a minha intervenção, efetivamente, em junho do ano passado, na sequência de um voto de protesto apresentado, salvo erro pelo CDS-PP, lido pelo Deputado Luís Silveira, não só manifestei o apoio a esse voto, como na altura li aqui para a câmara a lista de repartições de finanças que o Governo da República tinha intenção de encerrar na Região.

A verdade é que esta intenção que já vem de longe, já tem mais de um ano, ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Mais de 6 anos!

O Orador: ... vai concretizar-se.

É evidente que poder-se-á dizer que este é o momento próprio para esta câmara tomar esta iniciativa e procurar defender aquilo que são os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Todos percebemos quais são os efeitos que tem o afastamento dos serviços públicos, quer eles sejam do Estado, quer sejam da Região, da proximidade dos cidadãos. Portanto, temos efetivamente que nos unir na defesa dos interesses da Região.

Aliás, não podemos ficar-nos apenas pela constatação que na altura o Deputado Mark Marques aqui fez, quando, sobre o encerramento da Repartição de Finanças da Calheta, nos dizia:

“A Repartição de Finanças não está encerrada. A porta é que está fechada”.

Bem... A porta não está fechada, está só com uma pequena abertura. Realmente não está a funcionar no concelho da Calheta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um dia por semana!

O Orador: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um dia por semana!

O Orador: Um dia por semana, mas como sabe nem todos os serviços, designadamente a tesouraria não funciona, e obriga os calhetenses a ir às Velas. É verdade ou não é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E nós no Corvo?

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Esse é um problema que V. Exa. tem que resolver, porque na altura aquilo que se comprometeu com os açorianos, designadamente com os jorgenses e muito em particular com os calhetenses, foi que a tal porta que estava fechada ia abrir, mas ela não abriu. Tem só assim uma nesguita.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Metam mais um tesoureiro!

O Orador: De facto, nós não podemos ficar à espera que as portas das repartições de finanças da Região Autónoma dos Açores encerrem. Isso era um duro golpe para os nossos conterrâneos que vivem nas ilhas onde vai haver o encerramento das repartições de finanças.

Isto representa um retrocesso para uma divisão administrativa do tempo do fascismo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo.

Aproveito para responder aqui às intervenções do PSD e do Sr. Paulo Estêvão,
...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado!

O Orador: ... que é uma extensão do PSD. É filial do Corvo.

Para vos dizer que há aqui uma grande diferença.

Sr. Deputado do PSD, manobras de diversão deve ser aquilo que o senhor tenta fazer com um ar muito sério e de quem está a dar uma lição de catequese.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais um momento Rogério Veiros! Já estamos habituados a momentos “Rogério Veiros”!

O Orador: Manobras de diversão não são o que o PS faz nesta casa.

Sr. Deputado, queria dizer-lhe o seguinte:

Aquilo que o PS votou e as palavras que aqui foram proferidas pelo Líder Parlamentar Francisco Coelho, têm toda a razão e toda a justificação de o ser, porque os senhores, em 2008, o que tinham era notícias com base num estudo técnico e também notícias das afirmações do Sr. Ministro a dizer que uma coisa eram estudos técnicos outra coisa era a decisão política.

Eram essas as notícias que tínhamos então.

Hoje, as notícias e os factos, infelizmente, são outros.

Nós temos, efetivamente, um serviço de finanças encerrado nos Açores e temos, além disso, além do PREMAC, que é um estudo técnico que já havia na altura, a Lei Orgânica do Ministério das Finanças aprovada por este Governo da República, o despacho da Sra. Secretária de Estado e a publicação no *site* oficial do Governo da República.

Estas notícias, Sr. Deputado, são muito diferentes das notícias que os senhores utilizaram para fazer um voto de protesto e colocar em causa aquilo que estavam a colocar naquela altura.

Por isso, a coerência do PS é esta e é com estes factos que estamos aqui. Não temos problema nenhum em assumir o nosso passado e o nosso presente em relação a esta matéria.

O PSD, para fugir à verdade destes argumentos, anda a levantar questões de há cinco anos atrás.

Os senhores estão mais preocupados em atacar o Governo do Partido Socialista de José Sócrates do que em defender agora aquilo que é para defender.

Deputados Berto Messias e António Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto merecia umas palminhas!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! Esqueceram-se de bater palmas?!

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução do Partido Socialista nos seus seis pontos e em cada um deles, convictamente, sem a mínima dúvida, Projeto de Resolução que convida esta Assembleia a “pronunciar-se, por iniciativa própria, contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores” e consequentemente (isto já não faz parte do título do Projeto de Resolução, sou eu que acrescento, mas acho que também com alguma legitimidade) quando nos pronunciamos contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores, temos que, obviamente e em consequência, nos pronunciarmos contra um Governo que decreta este encerramento, cegamente, insensivelmente e, sobretudo, ignorantemente.

Por que é que digo isto?

O encerramento das repartições de finanças nas ilhas que estão à partida identificadas, nos concelhos que estão à partida identificados, além de ser um desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, além de ser um branqueamento feito pelo Estado ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, além de ser o resultado de um desconhecimento total da realidade arquipelágica da nossa Região, além de ser a marca do desprezo pelos direitos de todos e de todas as portuguesas, além de ser tudo isto, pode ser que seja, Sras. e Srs. Deputados, uma luz ao fundo do túnel, uma janela de esperança em que a Sra. Ministra das Finanças, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Uma simpatia de pessoa! Muito minha amiga!

A Oradora: ... num rebate de consciência, se vira para o Sr. Ministro da Economia, e lhe diz assim: por favor, arranja lá um aviãozinho que todos os dias, de forma gratuita, faça escalas em todas as ilhas e leve os açorianos da Graciosa, de São Jorge, de Santa Maria, das Flores e do Corvo, às repartições de finanças que necessitarem.

Se esta for a notícia que aí vem, nós aplaudiremos, mas agora temos muitas dúvidas que isso aconteça.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

Estava a ouvir este debate e a lembrar-me que às vezes as pessoas ouvem estes debates e dizem: eles falam, falam, e não dizem...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Nada!

O Orador: Ou dizem pouco.

Quem ouvisse este debate estaria a pensar que havia aqui uma enorme divergência.

Acho que se há matéria onde as pessoas se devem concentrar naquilo que lhes une e não tentar encontrar justificações de há vários anos, é nesta matéria.

O que aqui está em causa é algo de extrema gravidade. Pode acontecer, se esta reforma for efetivamente implementada, que nos Açores passe a haver portugueses que deixem de ter acesso a um serviço público essencial.

O Sr. Deputado Costa Pereira fez uma referência ao processo de 2008. Em vez de se concentrar no sentido de votação, que fica nos arquivos desta Assembleia, devia concentrar-se no essencial para os açorianos.

Em 2008 houve um estudo para fechar repartições de finanças nos Açores? Houve!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aqui!

O Orador: Mas em consequência desse estudo, o que é que houve? Houve um enorme trabalho de demonstrar que isso não fazia sentido e o resultado desse processo de 2008 é que não fechou nenhuma repartição de finanças.

O desafio que agora se coloca é exatamente este.

Referiu muito bem, em 2008 o Governo da República era do Partido Socialista e esta maioria conseguiu, em 2008, que não se fechasse nenhuma repartição de finanças.

Agora o vosso desafio é se efetivamente o vosso Governo da República mantém esta posição. É um momento crucial para saber se os senhores falam, falam e não decidem nada ou se têm alguma influência sobre o Governo da República do vosso partido,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas quem é governo nos Açores?

O Orador: ... se têm alguma capacidade de influência, ou se têm algum poder.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Se assim não acontecer, chegam os açorianos à conclusão que os senhores podem falar o que falar, que entra-lhes por um ouvido e sai pelo outro, ou seja, os senhores não têm nenhum poder, nenhuma influência e nenhuma capacidade de decisão no Governo do seu próprio partido.

É isto que interessa efetivamente aos açorianos, porque em 2011 a maioria dos açorianos confiou no vosso partido para liderar os destinos do país.

Chega também a altura dos senhores justificarem o pedido de confiança que os açorianos vos deram.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, tudo isto faz-me lembrar quando se colocou o primeiro multibanco no Corvo. Quando avariava dizia: “dirija-se ao multibanco mais próximo”, que ficava nas Flores.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Faço aqui esta intervenção como testemunha daquilo que acontecerá se eventualmente esta medida for avante por parte do Governo da República.

Já neste momento a Ilha do Corvo tem uma repartição de finanças que praticamente funciona três dias por mês. Um funcionário das finanças da ilha vizinha desloca-se ao Corvo uma vez por mês, chegando lá na segunda-feira, de tarde, e partindo para as Flores na sexta-feira à hora de almoço.

Isto tem gerado enormes dificuldades e constrangimentos aos corvinos que por variadíssimas vezes pagam coimas desnecessárias pelo facto da Repartição estar quase sempre fechada.

Agora deixo aqui apenas esta questão:

Se numa ilha de quatrocentas pessoas isso acontece, o que acontecerá em ilhas com mais de cinco mil habitantes?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Eu não era para intervir neste debate, mas a intervenção do Sr. Vice-Presidente obriga-me a que se esclareça um pouco a verdade dos factos.

Naturalmente, como já foi dito e estamos todos de acordo, é uma grande insensibilidade e não aceitaremos o encerramento de serviços de finanças nos Açores, em particular, da forma como tem sido divulgado.

Mas se o Sr. Vice-Presidente vem a esta casa afirmar que a sua intervenção, a sua grande influência, a grande influência do Governo Regional, impediu que em 2008, até pelo menos 2011, não tenham encerrado os serviços de finanças, como é que o senhor explica que no Memorando sobre as Políticas Económicas e Sociais, assinado pelo Governo de que V. Exa. tanto apoiava e tanto influenciava, tenha ficado escrito assim:

“A segunda fase do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – o PRACE 2007 – irá ser implementada, para a Administração Central, até ao final de 2011. Será lançada em abril de 2012 um programa semelhante para a Administração Local.”

Foi o Governo do Partido Socialista que negociou e acertou estas medidas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está aí escrita as repartições dos Açores?

O Orador: Foi o senhor que, com a sua influência, não conseguiu que não ficasse no Memorando de Entendimento que em 2011 e em 2012 iriam ser encerrados serviços de finanças a uma média de 20% ao ano.

Concordamos todos e temos que estar todos unidos para que não se venha a verificar o encerramento de serviços de finanças nas nossas ilhas.

Por isso o que lhe pedimos, Sr. Vice-Presidente, é que o Governo dos Açores não se fique também só por essas palavras,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a vossa influência!

O Orador: ... que atue em defesa dos açorianos tal como este Parlamento irá atuar dentro de momentos.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Peçam à Secretária de Estado da Defesa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o PPM em 2011 apresentou um Projeto de Resolução contra o encerramento dos serviços de finanças do Corvo já então o serviço de finanças no Corvo tinha deixado de funcionar diariamente. Deixou de funcionar diariamente ainda durante o Governo do Partido Socialista. Por isso é que nós apresentámos este Projeto de Resolução.

Esta questão não pode ser apresentada, tal como ficou evidente, através da estratégia do Partido Socialista neste debate, como da exclusiva

responsabilidade deste Governo da República. Já se tinha iniciado. E o desmantelamento do Serviço de finanças do Corvo já se tinha iniciado com o Governo da República do Partido Socialista.

O Memorando foi assinado tendo como Primeiro-Ministro, o Presidente do Partido Socialista a nível nacional, da altura, José Sócrates.

Deputado Berto Messias (PS): Secretário-Geral!

O Orador: O Partido Socialista tem graves responsabilidades nesta matéria...

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... e aceitou, no Memorando de Entendimento, que se viesse a fazer reduções dos serviços de finanças, no quadro nacional.

Portanto, o Partido Socialista apresentou aqui uma estratégia de debate parlamentar parecendo que isto é novo, que o Partido Socialista, enquanto instituição, não tem nenhuma responsabilidade quando tem. Assinou o Memorando de Entendimento e estes estudos técnicos são anteriores.

Desde há muito que se estavam a implementar estas medidas e, inclusivamente, na Ilha do Corvo, estas medidas começaram a ser implementadas ainda durante o Governo do PS.

Portanto, esta questão é necessária, é uma questão autonómica. Não podemos tentar instrumentalizá-la, como o Partido Socialista está a fazer, politicamente.

Estamos todos aqui para defender a Autonomia e a continuidade destes serviços.

Podem contar com o PPM em relação a esta postura.

Para guerrinhas e instrumentalização política, não estou disponível.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é que vai fazer?

O Orador: Eu estou disponível, única e exclusivamente, para defender a Autonomia dos Açores e não faço guerrilhas partidárias.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Rogério Veiros, a deselegância das suas afirmações e daquilo que disse sobre mim ficam consigo, porque nesse nível fica sozinho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Qual nível?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, ao estarmos de acordo não significa esquecer nem apagar a memória e, para isso, disfarçar aquilo que neste caso é uma objetiva, uma intolerável falta de coerência do Partido Socialista.

As razões que levaram, no passado, o Partido Socialista a impedir que esta casa tomasse posição sobre o encerramento de serviços de finanças são as mesmas razões que o Partido Socialista hoje invoca para apresentar esta iniciativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Suprema incoerência não há igual!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: A verdade é que não sou capaz...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, o senhor já foi desmentido várias vezes, não insista! Pelo amor de Deus!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desmentido?!

O Orador: ... de resistir aos sinceros e veementes apelos que ouvi aqui de vários Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Vamo-nos unir contra a decisão deste Governo da República?

Vamos sim senhor!

Vamos defender os Açores e os açorianos contra esta anunciada decisão?

Vamos sim senhor!

Mas pela nossa parte já podíamos ter ido desde 2008.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Os senhores é que não quiseram estar deste lado, em 2008, porque era mais forte defender o Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e o PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Quantas repartições de finanças fecharam desde 2008

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Rogério Veiros está no uso da palavra!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rogério Veiros está no uso da palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado Costa Pereira, em primeiro lugar, se da minha parte tive alguma deselegância para com V. Exa. fica aqui registado o meu pedido de desculpas. Não era minha intenção ser deselegante com V. Exa.

Deputado José Ávila (PS): Ao contrário de outros!

O Orador: Não era essa a intenção.

Sr. Deputado Costa Pereira, sei que às vezes, no calor do debate, fico extremamente nervoso. É natural que fique, Sr. Deputado, porque estamos aqui com factos, com diplomas aprovados, com anúncios feitos no *site* do Governo e com despachos da Sra. Secretária de Estado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Há cinco anos o senhor tinha o Sr. Ministro a declarar que não havia decisão política e de facto não se encerraram repartições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é o despacho?

O Orador: A verdade, Sr. Deputado Costa Pereira, é que em 2008 os senhores apresentaram um voto – estamos a falar de há cinco anos – que o PS não aprovou, porque o PS sabia que tinha a assunção, por parte do Sr. Ministro das Finanças, de que não ia encerrar repartições de finanças nos Açores.

O facto é que não encerraram repartições de finanças nos Açores.

Comparar aquilo que acontece no Corvo com aquilo que acontece na Calheta não é comparável, Sr. Deputado.

O que aconteceu na Calheta foi que o principal mobiliário, o equipamento informático, foi transportado para a repartição de finanças mais próxima, nomeadamente o concelho das Velas.

Toda a documentação e arquivo mais recente foram transportados para Velas.

Dizem que está aberto um dia por semana, mas isso não resolve o problema dos calhetenses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nós temos 3 dias por mês!

O Orador: Os calhetenses sabem muito bem o que sofrem sobre essa matéria.

Por isso, Sr. Deputado Costa Pereira, os senhores para tentarem culpar o Partido Socialista nesta matéria estão a desenterrar a história de há cinco anos para se safarem politicamente neste assunto.

Ainda bem que estamos todos de acordo e que vamos votar sobre esta matéria contra uma atitude do Governo da República que prejudica verdadeiramente os açorianos e em matéria de defender a Autonomia e de defender os Açores o Partido Socialista tem um património que se orgulha dele, continuará a orgulhar-se e estará sempre a favor dos açorianos seja qual for o Governo da República.

Os açorianos têm sabido reconhecer isso ao Partido Socialista. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para centralizar naquilo que penso que interessa a todos os açorianos.

Factos são factos!

Até hoje as repartições de finanças mantiveram-se na nossa Região respeitando a nossa realidade arquipelágica. Foi efetivamente uma decisão e um mérito de todos os governos da república e o trabalho de todos aqueles que ao longo de todo este período autonómico e antes da própria Autonomia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Boca santa! Exatamente!

O Orador: ... assim organizaram o nosso Estado.

Só há aqui um facto e só há aqui uma coisa que interessa aos açorianos, é saber se esse património que é secular se mantém ou não.

O que aconteceu em 2008, mais declaração menos declaração, foi que se manteve esse património secular que é fundamental nos Açores.

O que está aqui em questão é saber se se mantém.

A única coisa que aqui interessa aos açorianos é saber se este Governo da República mantém este património secular que é fundamental na vida dos Açores. É só isto que interessa aos açorianos. O resto é mera retórica que podem andar aqui a discutir, mas não interessa absolutamente nada aos açorianos.

O que interessa aos açorianos é saber se aquilo que conseguimos no passado este Governo da República respeita e mantém e saber se os senhores têm alguma influência sobre o Governo da República além de terem uma Secretária de Estado da Defesa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores é que são Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Vou pegar numa expressão que já se usou ontem, esta semana e hoje também já foi aqui usada que é afirmar a Autonomia.

Vou também socorrer-me das afirmações do Sr. Vice-Presidente, o património secular que temos.

Acho que o problema é exatamente esse, Sr. Vice-Presidente.

Vou dizer-lhe uma coisa: o problema é que a organização administrativa dos Açores continua a ter a mesma matriz secular. Ela nunca foi alterada.

Eu, pecador, me confesso na minha quota-parte de culpa. Acho que todos nós, pecadores, nos confessamos de nunca termos exigido à República e ao Governo de Portugal que alterasse a organização administrativa baseada em ex-distritos.

Aí é que está o erro, de quando fizeram a Autonomia – e aí maiores responsabilidades tem o “pai”, a “mãe” e o “avô” da Autonomia, os pais tão

exaltados que já foram nesta semana mencionados – não souberam fazer a arquitetura administrativa dos Açores.

Quando se olha para o PREMAC 2013 diz: “serviços de finanças que se prevê encerrar”.

O que é que vemos por aqui abaixo?

Os distritos de Portugal Continental e os distritos da Região Autónoma dos Açores: Açores – Ponta Delgada; Açores – Horta; Açores – Angra do Heroísmo.

O que se devia ter alterado era isto, porque quem está a fazer isto no Terreiro do Paço (os funcionários!) sabe lá o que é os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As passagens são muito caras!

O Orador: Sabem lá quantas ilhas tem.

Sabem? Não sabem, Sr. Vice-Presidente.

Há gente de Lisboa que não sabe onde fica Bragança que fará onde fica Corvo!

A prova foi o exemplo feliz que o Sr. Deputado do Corvo deu aqui, que centralmente os serviços administrativos da UNIC ou dos multibancos põem “dirija-se ao multibanco mais próximo”, no multibanco do Corvo. O multibanco mais próximo fica nas Flores.

Foi aí que a Autonomia falhou, em não afirmar a nossa realidade administrativa e explicar a estes senhores que o serviço de finanças da Terceira, que engloba São Jorge e a Graciosa, há uma diferença muito grande para o serviço de finanças de Aveiro ou de Beja que engloba Almodôvar, Alvito, Barrancos, Castro Verde, Cuba, por aí fora. Há uma diferença, é que há mar no meio.

É essa diferença que nunca soubemos afirmar, um erro dos sucessivos Governos Regionais dos Açores e também desta casa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não leu a minha carta à Sra. Ministra das Finanças!

O Orador: Aliás, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, ainda hoje, a Praia da Vitória, nas Finanças, é Vila da Praia da Vitória. Basta ir ver.

Portanto, acho que há um trabalho que compete a todos nós alterar.

Não me admira nada que algumas destas coisas tenham sido feitas a régua e esquadro, esquecendo-se que tinham quilómetros de água, pelo meio, a separar ilhas, que é o que nós somos.

Portanto, um falhanço estrutural da Autonomia foi este. Ao “pai” e à “mãe” da Autonomia, se calhar aos netos, onde a gente se inclui, a nossa responsabilidade, mas sobretudo a quem aqui exaltou o “pai” e a “mãe” da Autonomia, que o responsabilize agora por estas situações que acontecem.

Ex-distritos, é como somos tratados, como somos tratados todos os dias na RDP-Antena 1. Dá a temperatura em Aveiro, em Faro, no Funchal e em Ponta Delgada, esquecendo todos os dias que os Açores são uma região arquipelágica com 9 ilhas.

Na rádio pública de Portugal, o tempo é sempre para o Funchal e Ponta Delgada. Isto acontece hoje em dia, Sr. Vice-Presidente.

A responsabilidade é sua...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, é?!

O Orador: ... é nossa...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É nossa!

O Orador: ... é de todos nós. Cabe-nos alterar isso. Compete naturalmente ao Governo Regional dos Açores ter um papel determinante nessa matéria, e a esta casa, Sr. Vice-Presidente. Não estou a acusar ninguém. Estou aqui a fazer uma reflexão para todos podermos, no futuro, até com pequenos passos, com pequenas alterações, alterar um grande estado de coisas.

Já agora, Sr. Vice-Presidente, permita-me também para terminar, e em jeito de sugestão, reconhecer aqui um passo muito positivo que a Região Autónoma dos Açores deu, também em matéria de serviços de proximidade. É preciso reconhecê-lo. Se criticámos há bocado porque foram chegados, temos que elogiar agora os que foram abertos, que foi a RIAC, os postos da RIAC nas freguesias.

Era interessante que se tivéssemos regionalizado os serviços de finanças, não tínhamos este problema hoje nos Açores como a Madeira não tem.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem outros!

O Orador: A solução poderia passar por uma estudada, refletida e ponderada regionalização dos serviços de finanças, porque até temos condições, Sr. Vice-Presidente, com a tal rede RIAC, de a levar mais perto do cidadão.

Acho que vale a pena refletir, acho que vale a pena ponderar e acho que vale a pena afirmar sempre todos os dias e a todas as horas a Autonomia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre a matéria da não perceção nacional da nossa realidade arquipelágica, que é refletida nesta proposta de redução dos serviços de finanças, o que o Sr. Deputado Artur Lima disse corresponde exatamente àquilo que eu tive oportunidade de escrever à Sra. Ministra das Finanças, no sentido de alertar precisamente para essa realidade arquipelágica e para o facto de, independentemente a redução do serviço de finanças, os Açores seria a única região do país em que havia portugueses que não poderiam passar a deslocar-se para um serviço de finanças precisamente porque existe uma restrição de carácter geográfico e, por isso mesmo, as pessoas não podiam deslocar-se de uma ilha para a outra.

Esse argumento que referiu foi exatamente o mesmo argumento que eu referi em relação à carta que tivemos oportunidade de enviar à Sra. Ministra das Finanças, no sentido de perguntar se efetivamente aquilo que eram as notícias corresponderia à intenção concreta e prática para se concretizar, dizendo mesmo que nós não acreditaríamos que era possível o Estado considerar que podia fechar numa ilha um serviço seu e que representava o próprio Estado, fazendo com que passasse a haver, pela primeira vez na nossa história, portugueses que deixariam de ter acesso a esse mesmo serviço.

Deputada Zuraida Soares (BE): E já teve resposta Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Sobre essa matéria estamos não só de acordo, como o que referi foi aquilo que tivemos oportunidade de fazer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Teve ou não?

O Orador: Em relação à outra matéria eu gostaria de o questionar como líder do CDS-PP.

Tivemos conhecimento que um prestigiado dirigente regional do CDS-PP Açores tinha sugerido a esta mesma Assembleia que fizesse uma resolução no sentido de que nas ilhas onde não houvesse serviços de finanças esta Assembleia tivesse como resolução que as pessoas não pagariam esses mesmos impostos.

Penso que essa matéria se enquadrava na competência da Região, que é no fundo a questão que levantou sobre se a Região devia assumir estes serviços.

Quero dizer-lhe que no caso da Madeira a Região não assumiu o serviço de finanças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, assumiu, assumiu!

O Orador: Não, não. Desculpe.

O que a região fez...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está regionalizada!

O Orador: Não está.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai encerrar alguma na Madeira?

O Orador: ... no âmbito de uma reforma, de um acordo feito com a então Ministra das Finanças, a Dra. Manuela Ferreira Leite...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

O Orador: ... foi uma autonomização da gestão de algumas componentes dos serviços, mas nunca a regionalização dos serviços. Sabe porquê? Eu vou explicar-lhe porquê, e é uma questão que devemos refletir todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vai fechar alguma repartição de finanças na Madeira?

O Orador: A Autoridade Tributária considera que o sigilo fiscal é uma matéria que não pode ser violada pelos órgãos de governo próprio das próprias regiões e conseqüentemente o impedimento de acesso a matéria tributária.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O segredo de justiça também não é violado todos os dias!

O Orador: Portanto, é esse o entendimento da Autoridade Tributária e esse entendimento da Autoridade Tributária, enquanto existir, impede a eficácia desta mesma proposta.

Para concluir, quero dizer que não é por argumentos financeiros que o Estado não mantém os serviços de finanças, porque o Estado – é bom saber – cobra uma percentagem da receita fiscal da Região para aquilo que chamam custos administrativos e o seu montante é extremamente significativo, ao qual acresce (é bom os açorianos saberem) um apoio que, mesmo sem ser da competência da Região, a Região dá não só em recursos humanos, como também em equipamento informática e outro material, aos próprios serviços de finanças quando eles estão carenciados.

A Região mesmo não tendo competência sobre essa matéria, não sendo da sua responsabilidade, tem, no âmbito dos seus recursos, feito todos os possíveis para apoiar esses mesmos serviços.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Acabou de dar a solução para o problema, Sr. Vice-Presidente. Já que a Região dá computadores, mantenha as repartições abertas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode!

O Orador: Pode, sim senhor.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode!

O Orador: Aliás, num dos comunicados que vem aqui do Ministério das Finanças, diz que nenhum concelho ficará sem um posto de atendimento de finanças, até nas câmaras municipais.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas isso não é uma repartição!

Um posto de finanças não é uma repartição!

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente, o senhor deu a solução: os postos RIAC mais ampliados. O senhor acabou de dar a solução.

Já que colabora tanto com as finanças, está na sua mão resolver o assunto.

Sr. Vice-Presidente, vou dizer-lhe uma coisa:

Agradeço a referência ao termo prestigiado. De facto, é uma pessoa prestigiada, com prestígio na Região Autónoma dos Açores, que se chama Nuno Melo Alves, é Vice-Presidente do CDS-PP com muito gosto, e que participa como cidadão – não é indicado pelo CDS –, livre e democraticamente, num programa de rádio onde ele exprime a sua opinião.

Registo a sua elegância de trazer o tema, porque vai permitir-me – socorrendo-me ali do Deputado Lúcio – que daqui para a frente, (o senhor também tem ilustres comentaristas de rádio e radialistas), quando eu trazer cá as suas opiniões, o senhor não se vai ofender que eu, antecipadamente, já tenha no meu crédito esta sua elegante intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima, permita-me que lhe diga que quando o senhor refere que a Região podia assumir...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor é que disse, não fui eu!

O Orador: ... os serviços, o senhor não percebeu absolutamente nada da minha intervenção.

O que eu acabei de dizer na minha intervenção é que tal não era possível, porque, como referi, existe uma autoridade tributária que é nacional e os funcionários das finanças têm, por essas vias, um poder...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor está a falar em nome do Governo Regional ou em nome da Autoridade Tributária?

O Orador: ... que lhe é conferido por essa Autoridade Tributária.

A Autoridade Tributária considera que esse poder não pode ser delegado na Administração Regional.

Ora bem, se esse poder não pode ser delegado na Administração Regional, não pode a Administração Regional exercer, em substituição, essa competência e manter serviços de finanças.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é recente?

O Orador: Esse é que é o cerne da questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: Por isso mesmo, a intervenção que fiz demonstrou exatamente que a Região não pode, mesmo que queira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque não quer!

O Orador: ... substituir-se a essa Autoridade Tributária, precisamente porque a Autoridade Tributária não delega essa competência em pessoas que não sejam funcionários da própria Autoridade Tributária.

É esta a verdade e este é o argumento para que infelizmente (infelizmente, digo eu!) se possa efetivamente fazer essa eventual utilização ou gestão, por parte da Administração Regional, dos próprios serviços de finanças e assim, também nessa matéria, a Região poder eventualmente fazer uma intervenção que substitua a falta de solidariedade nacional nesta matéria.

Não o pode fazer precisamente porque a Autoridade Tributária, enquanto tal, não delega essa competência para o exercício dessas funções a ninguém que não seja efetivamente funcionário, ou por outra, dirigente da própria Autoridade Tributária. Essa matéria não é delegável.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para dizer que mais uma vez se “atira a toalha” da Autonomia ao chão. Foi isso que o Sr. Vice-Presidente acabou de fazer.

O Sr. Vice-Presidente diz – e isto fica no Diário das Sessões, felizmente – que é impossível regionalizar, entendendo regionalizar como dando mais autonomia (autonomizar) os serviços de finanças na Região Autónoma dos Açores.

Isso é redondamente falso.

É permitido avançar-se nessa área. Aliás, a opinião de que é possível avançar-se no sentido de uma regionalização, tem os sindicatos do setor.

O ano passado, na campanha eleitoral, eu fiz essa proposta (o CDS!) e reunimos com diversas entidades.

Sr. Vice-Presidente, o senhor não quer, mas é possível!

Agora vou dizer-lhe uma coisa com toda a frontalidade:

O sigilo fiscal deve estar nas mãos de gente séria.

Se o senhor acha que ele vindo para os Açores não fica mão de gente séria, o senhor é que está a dizer. Estamos conversados.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não foi nada disso!

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É a minha última intervenção sobre esta matéria.

Esta é uma matéria de responsabilidade, é uma matéria extremamente séria, é uma matéria que deve ser tratada com o rigor que a mesma é devida.

Sr. Deputado, o que eu referi exatamente, foi que é a Autoridade Tributária (não é o Governo Regional que não pretende qualquer desenvolvimento de competências autonómicas!), que é um órgão do Governo da República, que considera que essa matéria não é passível de ser delegada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lá está ele a falar em nome dos outros!

O Orador: Portanto, não é uma questão do Governo Regional não querer. É uma questão do Governo da República assim entender que deve ser.

Portanto, ficamos esclarecidos sobre esta matéria.

Quanto ao resto permita-me que não lhe responda.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas e 55 minutos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 01 minutos.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, estou inscrito mas era para um esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente.

Eu não sei se o Sr. Vice-Presidente não voltará à sala.

De qualquer modo, não estando o Sr. Vice-Presidente, eu farei o esclarecimento à bancada do Partido Socialista, que espero que me possa responder sobre a regionalização dos serviços de finanças.

Tenho aqui o Decreto-Lei 18/2005, do Ministério das Finanças, da Administração Pública, do Governo da República, onde esclarece exatamente que o regime político administrativo próprio das Regiões Autónomas, consagrado no artigo 225º da Constituição, determina “a transferência para as Regiões Autónomas de todas – sublinho, de todas – as funções e correspondentes serviços cuja descentralização permita responder melhor aos interesses das respetivas populações sem contender, no entanto, com o princípio da unidade e com a soberania do Estado”.

Isto é a transferência da regionalização do serviço de finanças da Madeira, onde diz depois no seu artigo 1º:

“São transferidas para a Região Autónoma da Madeira as atribuições e competências fiscais que no âmbito da Direção de Finanças da Região Autónoma da Madeira e de todos os serviços dela dependentes vinham sendo exercidas no território da Região pelo Governo da República...”

Julgo que isto é claríssimo.

Depois:

“2 - Compete ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira exercer a plenitude das competências previstas na Constituição e na lei em relação às receitas fiscais próprias, praticando todos os atos necessários à sua administração e gestão”.

Presumo que isto esclarece a minha certeza e a dúvida do Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos com a Agenda, para o ponto 21: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 45/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores"**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Bloco de Esquerda apresenta esta proposta de pronúncia por iniciativa própria da nossa Assembleia, sobre o futuro da RTP/Açores, recomendando também que esta Assembleia solicite uma audiência ao Sr. Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional com a maior brevidade e que esta audiência seja concedida a uma representação desta Assembleia.

Consideramos que deverá ser feita pela Subcomissão Parlamentar em razão da matéria, neste caso da RTP-Açores, que é como sabemos a CAPAT – a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, e que esta Subcomissão integre, para essa audiência, um representante dos partidos sem assento na CAPAT, portanto.

Por que é que o fazemos, Sras. e Srs. Deputados?

O Bloco de Esquerda considera que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não é uma instituição de somenos importância. É tão só o primeiro órgão da Autonomia, que tem que se assumir como tal e que deve exigir ser tratada como tal.

Esta verdade para nós insofismável é, por vezes, “esquecida” – e ponho aspas no *esquecida* – seja por lógicas centralistas, seja por lógicas negociais estranhas à Autonomia.

Lutar contra este estado de coisas é uma das missões de cada um dos Deputados e das Deputadas desta casa, na nossa humilde opinião.

Portanto, num assunto de tão relevante importância para a Região, como é o futuro periclitante da RTP-Açores, que se junta, aliás, a um momento de turbulência, de incerteza, de insegurança, de desconhecimento que é vivida em toda a casa-mãe da RTP, nós consideramos que este Parlamento deve assumir o seu papel e não mendigar a outros órgãos a primazia de um debate deste relevo, cara a cara, no caso concreto, com o Sr. Ministro que tutela.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, avançamos para o ponto 22:

Projeto de Resolução n.º 45/X - "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores".

Para apresentação do diploma tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que a apresentação foi feita no sentido de justificar a urgência, até porque sabemos, pelo menos pela comunicação social, que o Sr. Ministro em questão se deslocará em breve, sendo que este breve é por nós desconhecido o que quer dizer, mas terá uma deslocação à nossa Região.

Quiçá, nessa altura possamos aproveitar a oportunidade para que ele nos conceda esta audiência, se for o entendimento desta Assembleia e da maioria, ou então marcá-la para uma outra oportunidade em que o Sr. Ministro esteja disponível.

De uma maneira ou de outra, consideramos que esta casa tem um papel a desempenhar, tem o direito a exigir explicações e informações, até no sentido de tomar as iniciativas e as atitudes que entender por bem cada um dos grupos parlamentares que a compõem.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Duas palavras para apresentar a posição do Grupo Parlamentar do PSD sobre este Projeto de Resolução proposto pelo Bloco de Esquerda.

A primeira palavra, sobre os considerandos:

Considera o Projeto de Resolução que “neste processo de tão grande relevância para a nossa Região tem a Assembleia Legislativa sido constantemente desconsiderada pelo Governo da República”; que “compete à Assembleia Legislativa dos Açores representar os açorianos segundo a Constituição da República e o Estatuto da Região”; que “o futuro da RTP/Açores e a sua importância estratégica para a Região tornam inaceitável o desprezo que o Governo da República tem mostrado pelo principal Órgão da Autonomia açoriana”.

Mas a verdade é que, em vez disso – ou, pelo menos, antes disso –, importa recordar que neste processo de tão grande relevância para a nossa Região tem a

Assembleia Legislativa sido constantemente desconsiderada pelo Governo Regional; que compete à Assembleia Legislativa, e não ao Governo Regional, representar a vontade plural do povo açoriano; que o futuro da RTP/Açores e a sua importância estratégica para a Região tornam inaceitável o desprezo que o Governo Regional tem mostrado pelo principal Órgão da Autonomia açoriana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Basta recordar que o Governo Regional não incluiu uma única palavra sobre a RTP/Açores na proposta do seu Programa para este mandato que submeteu à aprovação do Parlamento dos Açores!

Basta recordar que o Governo Regional desencadeou um processo negocial com o Governo da República sobre o futuro da televisão açoriana sem sequer dar disso conhecimento ao Parlamento dos Açores!

Basta recordar, também, que o Governo Regional constituiu um grupo de trabalho com a RTP SA em 22 de fevereiro e que só em 31 de julho se apresentou a prestar contas à comissão parlamentar competente, porque a isso foi obrigado por requerimento do Bloco de Esquerda!

Basta recordar, ainda, que o Governo Regional só em 13 de setembro se dignou enviar a sua proposta de 19 de março sobre o futuro da televisão açoriana para conhecimento do Parlamento dos Açores, porque a isso foi obrigado por requerimento do PSD!

Portanto, em matéria de desrespeito pelo Parlamento dos Açores, estamos conversados.

Antes do Governo da República ter que respeitar a nossa Assembleia, como se impõe, deve ser o Governo Regional o primeiro a dar o exemplo de saber respeitar o Parlamento dos Açores, como lhe compete.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: “Quem tem telhados de vidro” – como temos, infelizmente, nesta matéria, nos Açores – “não atira pedras ao vizinho”...

Uma segunda palavra, sobre o objeto da Resolução:

O que aqui se pretende é, tão-somente, promover um encontro formal – e, de preferência, esclarecedor – do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento

Regional com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através da sua subcomissão competente em matéria de comunicação social, para ouvir a parte que falta, o Governo da República, sobre o futuro da RTP/Açores. Ora, um Partido como o PSD/Açores, que acha que o Governo Regional tem a obrigação política de submeter ao Parlamento dos Açores – antes, durante e depois – as suas negociações com o Governo da República, só pode concordar com a possibilidade do órgão máximo da nossa Autonomia ouvir o Ministro que tutela a RTP sobre o futuro da nossa Televisão.

Portanto, “sem prescindir quanto ao teor dos considerandos” – como costuma escrever o Governo Regional na sua resposta aos nossos requerimentos – sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente o objeto concreto deste Projeto de Resolução.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A Representação Parlamentar do PCP obviamente irá dar o seu voto favorável a este Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

O histórico da participação da Assembleia e todos os esforços que temos feito para que haja um entendimento correto daquilo que deve ser o entendimento da República e da RTP SA, em relação à Região Autónoma dos Açores, tem um longo histórico. Tem sido feito um grande esforço para que esta situação seja entendida como uma situação diferente daquela que se passa no continente, relativamente às delegações distritais.

A verdade é que nunca se conseguiu, junto do Governo da República, independentemente de quem está no poder, ir mais além desta situação que se mantém há muito tempo e que é uma dependência umbilical da RTP SA. Isto é,

nos diferentes serviços conseguiram-se ganhos de autonomia importantes, coisa que nunca aconteceu com a RTP.

A RTP/Açores continuou sempre a depender de uma cultura centralista da própria RTP SA, aliás, como em determinado momento, numa reunião com o Presidente do Conselho de Administração, ele próprio reconheceu que a empresa RTP SA tem uma cultura centralista.

Nunca se conseguiu este entendimento, nem nunca se conseguiu a unanimidade suficiente para que se produzisse alguma alteração legislativa que conferisse à RTP/Açores a desejada autonomia administrativa e financeira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para quê, Sr. Deputado?

O Orador: ... o que corresponderia com certeza a uma desejada autonomia editorial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A verdade é que isso não foi possível. A verdade é que estamos numa situação em que assistimos ao declínio da RTP/ Açores.

Durante esta semana podemos constatar, se ainda houvesse necessidade disso, as dificuldades, por exemplo, que tem esta delegação existente no Faial em cobrir os trabalhos do Parlamento e em fazer o Programa Parlamento. Isto é visível, é óbvio. Todos temos essa sensação.

Mas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há mais!

O Orador: ... não é só, infelizmente em relação à Delegação do Faial que a RTP apresenta estas fragilidades e estas debilidades. Independentemente da decisão que o Governo da República vier a tomar, ela está efetivamente a definhar.

Até podemos ter alguma responsabilidade, mas não somos só nós que temos esta responsabilidade. Eu não posso deixar de dizer aqui e agora que a atual direção da RTP/Açores está a ser um cúmplice ativo do definhamento da RTP/Açores.

A atual direção da RTP/Açores está a ser um cúmplice ativo naquilo que se está a desenhar para a RTP/Açores.

Este Parlamento irá certamente fazer mais esta tentativa e vamos com certeza empenharmo-nos para que as coisas possam tomar um outro rumo, mas é necessário também que a direção da RTP/Açores se ponha do lado dos Açores, se coloque do lado do/as açoriano/as ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e não sejam meros executores de uma comissão liquidatária da RTP nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O Partido Socialista e o Governo Regional vêm de há muito tempo a esta parte a acompanhar com atenção e preocupação a situação e o futuro da RTP/Açores.

Pensamos inclusive que este Parlamento já estabeleceu, acerca do essencial, um largo consenso nesta matéria.

Face, porém, ao relativo impasse que nos foi transmitido pelo Governo dos Açores, na Comissão competente, e tendo em conta igualmente a generalidade e mesmo alguma vacuidade das recentes declarações sobre a RTP por parte do Ministro Poiares Maduro, pensamos ser de toda a utilidade a audição deste Membro do Governo da República, isto sem prejuízo do trabalho que o Governo Regional vem desenvolvendo através de um grupo de trabalho criado para o efeito que tem vindo a negociar com o Governo português o futuro da RTP/Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Bom! O Governo Regional é que tem que negociar!

O Orador: Em conformidade votaremos favoravelmente esta Resolução, até porque as declarações de Poiares Maduro, além de vagas, apontam para uma redução de custos nos Açores proporcional à que se verificará a nível nacional, o que não é nada tranquilizador, pois na Região já se reduziu muito para além do que seria razoável.

Há pouco o Sr. Deputado José Andrade falou de um desrespeito do Governo Regional por esta Assembleia, em relação à RTP. Como ele próprio referiu nós, na Comissão competente, já ouvimos um representante da administração da RTP e um representante do Governo Regional sobre a matéria. Ficámos elucidados, de resto, do impasse em que as negociações estão e da falta de resposta que tem havido do Governo da República às propostas do Governo Regional.

Esta questão do desrespeito do Governo Regional em relação à Assembleia Regional é uma opinião do Sr. Deputado José Andrade, e as opiniões a gente respeita. Mas o facto é que o único responsável pela situação em que a RTP/Açores se encontra é o Governo da República do PSD,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... primeiro através do Ministro Miguel Relvas, depois através dos ministros que lhe sucederam.

Até mesmo é da responsabilidade da antiga dirigente do PSD, Berta Cabral, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Que desgraça!

O Orador: ... a nomeação da atual direção da RTP/Açores que muito tem contribuído para o descalabro que se verifica na televisão açoriana.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nestes últimos cinco anos em que tenho estado no Parlamento, o PPM tem apresentado várias soluções para a decadência da RTP/ Açores.

Deve-se dizer aqui que esta decadência não é culpa apenas deste Governo da República, mas também de todos os outros que o antecederam nos últimos anos.

Não quero desculpabilizar as responsabilidades graves que tem este Governo da República, mas não é possível passar um pano sobre o passado, sobre o completo abandono em que esteve submetida a RTP/Açores ao longo dos últimos anos, e não apenas durante a vigência do atual Governo da República.

O que é importante referenciar é que deste lado – e nós temos insistido ao longo destes cinco anos – tinha que existir outra capacidade de resposta, outra iniciativa.

Lembro-me bem que demorou três anos ao longo da anterior legislatura. Só no último ano é que o Governo Regional aceitou uma participação efetiva nos destinos e na gestão da RTP/Açores.

A resistência durante três anos foi total, um desinteresse absoluto.

O Governo em relação a essa matéria tinha um dogma: é da responsabilidade do Governo da República e nós não temos nada que fazer aqui.

Portanto, essa postura, essa passividade, é responsável pela situação em que estamos neste momento.

Em relação a esta questão que fique bem claro que aqui o que tem que existir é uma decisão enérgica do Governo dos Açores em relação a esta matéria.

Dizem-me: as negociações estão num impasse.

Mas eu próprio já aqui pedi que me descrevessem que tipo de negociações estão a ser desenvolvidas e qual é a postura do Governo Regional em relação a esta matéria.

Eu não sei.

De quem é a responsabilidade em relação ao impasse em que se está?

O que é que se está a negociar e em que zonas não é possível avançar?

Quais são as propostas e as contrapostas?

Nesse sentido não temos informação nenhuma.

Aqui, tendo o Governo da República e este Governo graves responsabilidades – e não quero que fique em relação a esta matéria nenhuma dúvida! –, inclusivamente em relação à lentidão de todo este processo (são precisos meses, anos, para tomar uma decisão seja sobre o que for, uma lentidão tremenda), eu

considero que é um processo conduzido por parte do Governo da República com total incompetência.

Quantos modelos é que já tivemos para a RTP?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Agora é este, depois é outro completamente diferente.

Portanto, em relação ao Governo da República estamos conversados: responsabilidade total, incompetência e uma falta de interesse em resolver este problema.

Em relação ao Governo Regional está vista a situação, uma situação de desagregação da empresa que já atingiu níveis mínimos e nada se fez.

Da parte do Governo Regional não vejo impulso, dinâmica para resolver esta questão.

Em relação à proposta que aqui nos é apresentada pelo Bloco de Esquerda, estou de acordo.

Gostava de confrontar o Sr. Ministro com as responsabilidades que ele tem e gostava de informar-me um pouco mais em relação a este processo negocial.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Começo exatamente pela proposta do Bloco de Esquerda. Dizer que ela merece o nosso voto favorável. Votaremos favoravelmente esta proposta, porque consideramos útil ouvir o Sr. Ministro sobre esta matéria, até pode ser que ele nos esclareça quais as propostas que o Governo Regional fez e que o Governo Regional nunca esclareceu esta casa.

Temos esperança que, pela voz do Sr. Ministro, sejamos esclarecidos naquilo que o Governo Regional nunca nos esclareceu. Temos essa esperança. Também por isso votaremos favoravelmente este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Agora é preciso lembrar que quando se diz aqui *Governo da República* deve dizer-se, ou deve ler-se, como se costuma dizer, *Governos da República*, porque

nessa matéria, até quanto a memória me alcança, têm sido todos iguais ou muito parecidos.

Há bocado falava aqui com a Deputada Zuraida Soares. Lembram-se ainda da expressão *ilhas adjacentes*, presumo de um senhor socialista chamado Guilherme Costa.

Deputado Berto Messias (PS): Grande Socialista!

O Orador: Que eu saiba, até é filiado no PS.

Ficou de resolver o problema das instalações da RTP/Açores na delegação da Terceira e na delegação da Horta, e de fazer obras ou eventualmente uma nova delegação em Ponta Delgada.

Fez reuniões com câmaras municipais.

Cederam-se espaços, aqui, na Horta.

O Sr. Guilherme Costa, presumo, nomeado pelo Partido Socialista, veio cá, foi à Terceira, anunciou verba. Para a Terceira eram 225 mil euros, para a Horta não me lembro.

As câmaras municipais cederam as instalações e até hoje nada foi feito. Rigorosamente, nada foi feito.

Iniciei uma visita às três delegações da RTP/Açores. Comecei pela Terceira e vou ir às outras duas.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é para compensar a derrota eleitoral!

O Orador: Devo dizer o seguinte:

Quem precisa dar-se ao respeito são também os profissionais da RTP/Açores. Precisam ser eles próprios a defender a sua casa, a defender os Açores e a dar o exemplo.

Também lembro que o ano passado fui vítima de queixa para a Entidade Reguladora por dar aqui, livre e frontalmente, a minha opinião.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que fez queixa?

O Orador: Os senhores jornalistas e o conselho de redação da RTP/Açores.

A Entidade Reguladora deu-me toda a razão e sobre os impropérios de que fui vítima no tal comunicado, apenas poderia avançar com um processo-crime contra os ditos senhores. Aí, a Entidade Reguladora já não tinha competência.

Apesar de tudo, temos dado (pela nossa parte, CDS) o melhor na defesa, porque colocamos acima de alguma mesquinhez os interesses dos açorianos e colocamos o bem maior que é a RTP/Açores.

Agora, quando nós por fora protegemos e ela é “comida” por dentro, parece-me que não há ninguém que a salve. Não há ninguém que a consiga salvar!

Temos que ter consciência – isso já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Aníbal Pires quando falou-se na autonomia administrativa e financeira, e é verdade – que é preciso dar-lhe mais autonomia administrativa e financeira, mas é necessário que a esta autonomia administrativa e financeira seja dada autonomia editorial.

Mas é verdade que a autonomia editorial não pode ser centralizada. É verdade que as delegações da Terceira e a da Horta, da RTP e da RDP, têm que ter autonomia editorial, porque senão tiverem nunca teremos um verdadeiro serviço público de rádio e televisão nos Açores. Isto denuncia-se há anos; isto era o que alguns órgãos dos trabalhadores deviam fazer e não fazem; isto era sobretudo o que administração (ou lá como é que se chama) regional, que é responsável pelo Centro Regional da RTP/Açores devia fazer e não faz.

Isto tudo contribui para a degradação do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores.

Os primeiros culpados não são os açorianos. Os segundos culpados não são os deputados, não são os políticos, neste caso. É quem administra e administrou até hoje a RTP/Açores e alguns dos seus profissionais. Digo isto com toda a clareza e com a toda a frontalidade. Por isso sou vítima, e o meu partido, daquilo que sou, à vista de todos e com clareza para todos.

Ainda esta semana se viu aqui critérios editoriais. Não precisamos sequer sair desta semana de plenário para perceber quem é quem e como a notícia é feita. Foi esta semana que vimos e de olhos fechados, ou de ouvidos tapados, consegue-se perceber quem fez a notícia.

Mas não é com isso que me vão calar, nem a mim, nem ao CDS.

Continuarei a pugnar por uma informação isenta, rigorosa, que sirva todos os açorianos de Santa Maria ao Corvo e que trate todos os açorianos em pé de igualdade.

Não quero uma delegação da RTP em cada ilha, mas quero um correspondente, um jornalista da RTP, com condições de trabalho, em cada ilha.

Já o propusemos, aliás num extraordinário trabalho feito por esta casa e por gente de fora, onde participou a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues. Produziu um extraordinário relatório que, infelizmente, quer a administração de cá, a administração de lá, quer o Governo da República, ninguém fez nada.

Não digo que fosse o relatório perfeito. Nem o Governo Regional sequer, prometendo aqui que ia fazer caso do dito relatório, o tomou em devida conta, apresentando depois nas negociações com o Governo da República (não sei se eram 5 ou 6 folhinhas que veio) a assunção de uma empresa regional. Definam se é 51, se é 49; se é 49 ou se é 51; quem é o dono. Definam!

Agora, enquanto a televisão pública estiver assim... Os senhores por acaso sabem que projeto tem a Direção Regional para os Açores? É uma pergunta que vos irei fazer um dia destes.

Eles sabem o que é que nós queremos?

Era interessante também que quem decide percebesse o que é que os senhores querem. Eles também não sabem o que é que nós queremos, porque veem um relatório da Assembleia, veem negociações secretas do Governo Regional com a administração, depois veem umas reuniões de cá com a administração de lá, depois veem uma autonomia dividida para reinar, autonomia editorial cada vez mais centralizada, os jornalistas com dez microfones na mão porque agora trabalham para a RTP, para a RDP e para mais o que lhes derem para eles trabalharem.

Portanto, andam de “ramalhete” na mão (já não têm é ramalhete!). Agora andam de ramalhete azul e vermelho, parece-me. Alguns! Porque outros levam cada um a sua “rosa” ou o seu “cravo”. Mas quando é para outros, vai um e leva o ramalhete.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Tudo isto, meus senhores, degrada o serviço público.

Tudo isto, com certeza é culpa de todos nós, mas há uns que têm mais culpa do que outros e esses que têm mais culpa do que outros às vezes põe-se de “palanque” para não lhes chegar nada à “saia”, mais vai chegar. Pela voz do CDS vai chegar! Denunciaremos sempre, como já foi aqui dito.

Basta ver! Estejam com atenção à cobertura que é feita nesta casa. E não só nesta casa! Como é feita e por quem é feita.

É ter um bocadinho de atenção e percebe-se quem é quem. Percebe-se que a RTP/Açores tal como está não pode ficar. Isto é uma certeza absoluta.

A RTP/Açores da maneira que existe e como está não pode existir, nem deve existir. Já disse isto há um ano, já disse isto há dois anos, digo isto agora e espero não ter que o dizer no futuro. Espero que ela seja reestruturada de dentro para fora e não de fora para dentro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falemos então de opiniões e de factos.

O Sr. Deputado Pedro Moura referiu há pouco que são opiniões, que não são factos, o facto do Governo Regional demonstrar sistematicamente um desrespeito inadmissível pelo Parlamento dos Açores, de que depende, em matéria de definição do futuro da televisão açoriana.

O que eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Pedro Moura é se é um facto ou é uma opinião, o facto do Governo Regional não ter incluído uma única linha sobre o futuro da RTP/Açores no Programa do Governo, para a Legislatura 2012/2016, que submeteu à superior consideração do Parlamento dos Açores?

Se é uma opinião ou se é um facto, o facto do Governo Regional ter constituído um grupo de trabalho com o Conselho de Administração da RTP SA para, em

conjunto, definir o futuro da RTP/Açores, sem sequer dar conhecimento disso ao Parlamento dos Açores?

Se é uma opinião ou se é um facto, o facto do Governo Regional só ter ido à Comissão Parlamentar dar conta do processo de negociações, quando a isso foi manifestamente obrigado, por requerimento, neste caso, do Bloco de Esquerda?

E se é uma opinião ou se é um facto, o facto do Governo Regional só ter enviado ao Parlamento dos Açores a proposta que apresentou na República para o futuro da televisão açoriana, quando a isso foi, moral e politicamente, obrigado por requerimento do PSD, seis meses depois de o ter apresentado em Lisboa?

Deputado Berto Messias (PS): Os requerimentos não são factos, Sr. Deputado!

O Orador: Trata-se, portanto, de avaliar se estamos perante opiniões ou se estamos perante factos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Pelos vistos, em matéria de opiniões e de factos, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades!”.

Na sua opinião, Sr. Deputado Pedro Moura, parece que a RTP/Açores só piorou pelo facto de ter acabado o Programa “Bom Dia”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tão baixinho!

Deputado Berto Messias (PS): Há aí algumas coisas mal geridas, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Andrade, de facto a RTP/Açores piorou bastante, não desde que acabou o Programa “Bom Dia”, mas desde que o horário de emissão foi limitado por determinação do Ministro Miguel Relvas e com a conivência da actual direcção.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): A tal janela de transmissão do Ministro Miguel Relvas!

O Orador: De resto, devo dizer que estou de acordo com muitas das coisas que o Sr. Deputado Artur Lima aqui disse. É preciso responsabilizar toda a gente em relação ao futuro da RTP.

É evidente que os governos de Lisboa, quase todos eles, têm tido algum desrespeito para com a Região Autónoma dos Açores, não só no caso da RTP/Açores, mas com os serviços da República em geral.

Mas como disse o Sr. Deputado Artur Lima, os governos são todos mais ou menos iguais, mas com algumas diferenças, que podem ser pequeninas ou grandes, depende outra vez de ser uma opinião ou um facto.

Para não ir muito, muito longe, por exemplo, em relação ao Centro de Controlo Aéreo de Santa Maria, quem é que decidiu tudo e depois não foi o Ministro Guterres que resolveu, entre outras coisas que não vale a pena aqui recordar.

Faço minhas as palavras do Sr. Deputado Costa Pereira, porque o que me entristece, de facto, é, em matérias onde há um amplo consenso, nós percamos tanto tempo. Não vale a pena!

Temos que unir esforços e neste caso da RTP/Açores podíamos todos juntos, de facto, construir uma RTP/Açores melhor, mas o PSD a nível nacional assim não tem querido.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Gostaria apenas, uma vez que este debate se aproxima seguramente do fim, de dizer duas ou três coisas.

A primeira é que todos nós temos memória. E as observações que aqui foram feitas relativamente ao pequeno corpo, ou à pequena exposição de motivos

desta recomendação de pronúncia por iniciativa própria da Assembleia, falam objetivamente no Governo da República, nas responsabilidades do Governo da República, no desprezo do Governo da República e na indiferença do Governo da República pela eminência do fim do Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores.

Mas, Sras. e Srs. Deputados façam-me o favor de recordar que ao longo destes cinco anos que o povo açoriano me tem dado o privilégio de estar aqui, não foram poucas as vezes que eu falei noutros governos da república e inclusive noutras administrações da RTP/Açores.

Na altura em que muitos Sr/as Deputado/as desta casa diziam que, com a outra direção, havia um projeto (aliás, era assim que era chamado, era o projeto) quantas vezes eu questionei diretamente o diretor no sentido de lhe dizer que nunca percebi qual era o projeto e assim fiquei até hoje.

Portanto, não aceito (e o Bloco de Esquerda não aceita) essa tentativa de dizer ou de insinuar que poupamos, nesta exposição de motivos, as responsabilidades de uns para incidir nas responsabilidades de outros.

Ao longo dos tempos as responsabilidades têm sido chamadas, todas a esta casa, pelo Bloco de Esquerda, em sucessivas iniciativas.

Chegou a hora da responsabilidade ser assacada diretamente ao Governo da República. Esta é a primeira coisa.

Sras. e Srs. Deputados, eu não sou ingénua e também estou longe de ser inocente.

Lembro-me bem, talvez há uns dois anos, que houve aqui uma intervenção (penso que numa proposta também feita pelo Bloco de Esquerda) em que eu acabei a pedir às Sras. e aos Srs. Deputados para pormos de lado todas as divergências que temos sobre esta matéria, desde logo como é que idealizamos o futuro da RTP em termos de modelo.

São divergências que cada um de nós, aqui dentro desta casa, assumimos.

Que ponhamos de lado essas divergências, a guerrilha política, a tática política, que é legítima, que todos nós fazemos, mas neste momento o que está em causa é um bem maior, é exatamente a RTP/Açores, o serviço inestimável que ela

presta a esta Região, os seus profissionais que muitos têm defeitos, muitos têm qualidades e outros não têm, como em qualquer outra profissão (e lembro-me que já disse isto aqui também nesta casa).

Se aquilo que está em causa é não admitirmos que seja tirado aos açorianos um direito que se chama Serviço Público de Rádio e Televisão e que é assegurado a todo o país, Sras. e Srs. Deputados, vamos esquecer o PSD, o PS, o Bloco de Esquerda, o PPM, o CDS e o PCP e vamos dizer assim: estamos contra os governos da república, contra a indiferença, o silenciamento, o sucessivo adiamento, o branqueamento, aquilo que quiserem, da República e muitas vezes também do Governo Regional.

Contra isso tudo e em nome do/as açorianos/as e do direito constitucional que têm vamos, por uma vez, dizer assim: estamos presentes e as nossas divergências resolvemo-las imediatamente a seguir (imediatamente a seguir!).

Mas neste momento vamos perguntar ao Sr. Ministro o que é que ele tem a dizer sobre uma responsabilidade que é dele, um país que ele governa também, de que ele é responsável, e um serviço público que ele tem a obrigação de garantir a cada português e a cada portuguesa. Portanto, a cada açoriano e a cada açoriana.

Acabamos a reunião e depois discutimos tudo. Cada um lerá certamente a reunião de maneira diferente, tirará conclusões diferentes, trará propostas diferentes e isso é que é a democracia e isso é que é a pluralidade.

Agora, trata-se de defender um serviço público, com bons profissionais, com maus profissionais, mas com trabalhadores que merecem respeito por aquilo que têm dado a esta casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para referenciar e para responder a este desafio da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso não era para ter resposta!

O Orador: Nós estamos unidos no âmbito da defesa dos interesses da RTP/Açores e do interesse que tem para a Região. Consideramos que é um serviço absolutamente estratégico a manutenção e a sobrevivência da RTP/Açores.

Mas é preciso que se diga o seguinte:

Nós não aceitamos tudo em nome desta negociação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

O Orador: É preciso que se defina o seguinte:

Queremos que a futura empresa tenha uma cotutela, é verdade, com o Governo Regional e o Governo da República, mas queremos que a decisão em relação à gestão fique nos Açores.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é uma questão que já está fora do âmbito da discussão!

O Orador: Ou seja, eu não vou para nenhuma negociação, Sra. Deputada Zuraida Soares, com uma folha em branco. O que estou pronto a aceitar é uma televisão, uma RTP/Açores, em que a decisão fique nos Açores, porque a experiência destes últimos anos, é que é o Governo da República, e a RTP/Açores não existe em termos de poder de decisão.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Deputado isso é outra discussão, não tem nada a ver com a resolução!

O Orador: Mas que RTP/Açores?!

Não tem tido qualquer tipo de autonomia, não tem tido qualquer tipo de política estratégica, porque não é nenhuma empresa própria, não tem qualquer capacidade de gestão própria e não tem qualquer projeto próprio. Não tem nada! Este modelo de domínio do Estado, em que o Estado é que manda, acabou a 100% e, se fizermos a divisão, os Açores, na futura empresa, tem que ficar com a maioria, com os 51%.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente para dizer que esta discussão, estas inquietações partilhadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, como por todos nós, é uma outra discussão...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É da hora!

A Oradora: ... na qual o Bloco de Esquerda terá todo o prazer e a obrigação de participar e de defender provavelmente caminhos e propostas diferentes da do Partido Popular Monárquico.

Mas este não é o momento de o fazer.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

A Oradora: Este é o momento de assegurarmos o presente. Não podemos estar a pensar no futuro quando ainda não assegurámos um presente e não o temos assegurado, Sr. Deputado.

Trata-se de defender o presente. No momento seguinte falaremos do futuro.

Porque penso que mais ninguém intervirá, porque acho que o cansaço já se deve ter apoderado de toda a gente...

Vozes dos Deputados das diversas bancadas: Não!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! A Sra. Deputada fale por si!

A Oradora: Não?! Ainda bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas a Sra. Deputada está a pressupor o quê?

A Oradora: Eu ia dizer alguma coisa de divertido para nos rirmos um bocadinho no fim, mas dispenso porque já sei que vamos ficar muito sérios novamente.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado, eu ainda não lhe dei a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sente-se, Sr. Deputado. Respeite a Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, ao serviço do povo dos Açores, nunca me canso!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Cansar não se cansa, mas dizer disparates são seguidos!

Deputado Berto Messias (PS): Mas o povo dos Açores está cansado de si!

O Orador: Meus senhores, o meu tempo regimental são 10 minutos. O PPM tem para aí 7 minutos para a discussão.

Presidente: Já não tem 7 minutos, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, o que eu tenho a dizer é o seguinte:

Sra. Deputada, vamos todos, tipo “meninos da catequese”, em filinha, dizer ao Sr. Ministro o quê?

Deputado Lizuarte Machado (PS): O Sr. Deputado tem mais cara de sacristão!

O Orador: Eu quero que se diga algo: que nós concordamos ou não concordamos!

Vamos fazer o quê em relação a esta negociação?

O que eu tenho para dizer é que nós defendemos uma estratégia para a RTP/Açores.

A estratégia para a RTP/Açores é claramente uma e é isso que se tem que apresentar ao Ministro.

Deputada Zuraida Soares (BE): A discussão não é essa Sr. Deputado!

O Orador: Meus senhores, vou já terminar.

Mas que negociação é possível?

Eu vou lá estar, sento-me ali ao pé do Ministro.

- Então, Poiares Maduro, como está?

- Muito bem!

- Então o que é que o senhor defende?

- Olhe, a RTP está mal. É preciso fazer alguma coisa!

Mas que conversa é esta?

Há um projeto que se apresenta ao Ministro.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tinha sorte se fosse assim, porque o anterior Ministro não fez assim!

O Orador: Há um projeto político.

Sra. Deputada, então o que lhe proponho é que se faça uma reunião entre os diversos grupos parlamentares, que se defina um conjunto de posições em que concordamos e não vamos fazer conversa de circunstância.

Em relação ao PPM o que defendemos é muito claro: queremos a criação de uma empresa própria em que exista cotutela, em que o Governo da República mantenha as suas responsabilidades em termos de financiamento. É isso que pretendemos!

Mas queremos uma mudança estratégica absolutamente fundamental. Qual é? É que, a partir de agora, se decida nos Açores, porque o que se decide nos Açores decide-se melhor do que se decide no continente.

O grande problema que tem existido é que a decisão tem estado em Lisboa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: A decisão tem sido sempre má, é o abandono desta empresa.

Nessa perspetiva o que queremos é que aqui se decida de forma autónoma. É isto que é preciso definir, Sra. Deputada.

Não posso estar de acordo com essa postura que propõe.

Presidente: Srs. Deputados, vamos pôr um ponto de ordem na discussão.

Naturalmente a mesa deu liberdade a todos os grupos e representações parlamentares para elencarem as razões e a forma que os levariam a votar este Projeto de Resolução, mas hoje não vamos fazer o debate da solução que se irá apresentar ao Sr. Ministro.

Permiti a todos, como permiti quer ao Sr. Deputado Artur Lima, quer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Agradecia que não nos alongássemos neste debate.

Permiti a todos que já de alguma forma quiseram dar a sua visão sobre o futuro da RTP/Açores, mas naturalmente não é hoje que se vai fazer esse debate em particular.

Permiti a todos que o pudessem fazer, mas não posso deixar de recordar que hoje estamos apenas a debater o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sra. Presidente, a minha intervenção não vai desviar-se um milímetro depois da intervenção de V. Exa., porque o objetivo da minha intervenção é apenas um:

Nenhum de nós certamente estará cansado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu estou cansada!

O Orador: Nenhum de nós se cansa pelo serviço que presta ao povo açoriano.

Portanto, não é um problema de cansaço, mas é certamente um problema, designadamente do Deputado Paulo Estêvão, de quem não leu o Projeto de Resolução.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: O Projeto de Resolução que o senhor disse que ia votar, diz:

“Assim, ao abrigo da alínea i) do artigo 34.º da Lei 2/2009 de 12 de janeiro, que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve solicitar uma audiência ao Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional com a maior brevidade.

2 – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores far-se-á representar pela subcomissão competente em razão da matéria – Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (CAPAT) – a qual integrará um representante dos partidos sem assento na referida comissão.”

O Sr. Deputado e todos nós quando anunciámos o sentido de voto foi sobre isto, não foi sobre mais coisa nenhuma.

Portanto, ou o senhor vota a favor disto, ou terá uma outra posição de votar contra e de propor a esta Assembleia um outro Projeto de Resolução.

Portanto, não é um problema de cansaço. É que V. Exa. com certeza não leu os dois pontos do Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Uma intervenção muito breve apenas para discordar com aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de afirmar, que a decisão é de Lisboa. Não é verdade!

Lisboa transfere o dinheiro para os Açores e as decisões de investimento no Programa A, no Programa B, na descentralização, na capacidade editorial, etc., etc., são decisões locais dos Açores, da nossa administração.

Portanto, não vale a pena atirar para os outros as decisões que são do chefe da Terceira, do chefe da Horta, do chefe de São Miguel.

São decisões locais que usam os recursos financeiros. Podem ser insuficientes, reconheço, os recursos financeiros que Lisboa transfere.

Agora, Lisboa não gere o dia-a-dia da RTP/Açores. Isto tem que ser dito com toda a clareza e frontalidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já só tenho dois minutos. É com certeza a última intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda tem 2 minutos?!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: De qualquer forma sinto-me na obrigação, porque fui diretamente interpelado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu leio sempre todas as propostas.

Em relação às posições que o PPM apresenta, ninguém, absolutamente ninguém, nenhum partido, muito menos o PCP, define quais são as posições

políticas do PPM em relação àquilo que temos a defender no âmbito da estratégia de televisão ou em relação a qualquer tipo de audição.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Tem é que as apresentar no momento certo!

O Orador: Fica o Sr. Deputado a saber que isso pertence exclusivamente ao partido e em relação a essa autonomia de posição política o senhor e o seu partido nada têm a acrescentar.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Tem é que apresentar as propostas no momento certo!

Presidente: A mesa já não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente.

Apenas para um esclarecimento, porque penso que o Deputado Paulo Estêvão não terá percebido a minha intervenção.

Eu não pus em causa e respeito todas as posições políticas que o PPM tem sobre esta matéria.

A questão é a seguinte, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Aquilo que estamos aqui a fazer é a aprovar, ou não, um Projeto de Resolução, que V. Exa., no início da sua primeira intervenção, declarou qual era o seu sentido de voto, que ia aprovar.

Portanto, se ia aprovar, ia aprovar isto. Não ia aprovar outra coisa qualquer.

Agora, as posições que V. Exa. tem sobre a RTP/Açores são eventualmente divergentes das que tem o PCP, mas merecem todo o respeito, Sr. Deputado.

Agora não percebo a sua alteração quando eu apenas lhe chamei a atenção para que aquilo que estávamos a votar era apenas aqueles dois pontos.

Não podemos fazer mais nada. Ou concordamos com eles ou não concordamos com eles.

Se concordamos, votamos a favor. Se não concordamos votamos contra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não digas mais nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Até agora não exige nenhuma explicação!

O Orador: Eu julgo, Sr. Deputado, que o senhor teve essa pequena alteração sem motivo nenhuma.

Como sabe, eu respeito (tenho todo o respeito) pelas propostas do PPM, concordando ou não com elas.

Portanto, acho que essa sua alteração foi perfeitamente injustificada, mas eu aceito que V. Exa. tenha tomado essa posição de forma tão exuberante como o fez, por vários motivos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, não há mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, se me permite, mesmo fugindo um pouco ao Regimento, eu gostava de deixar aqui duas palavras.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Simplesmente duas palavras de agradecimento.

Primeiro, agradecer aos açorianos pela oportunidade que me deram de, durante cinco anos, poder trabalhar em prol dos Açores, de forma humilde, com a máxima dedicação e com a convicção de que achava que estava a fazer o meu melhor pelos Açores, pela minha terra, pela nossa terra, no meu percurso.

Durante este percurso arranjei amigos, aprendi muito como cidadão, mas acima de tudo aprendi muito como açoriano.

Nas minhas novas funções quero disponibilizar-me, da mesma forma como o fiz durante cinco anos, para trabalhar com a mesma intensidade por açorianos específicos, mais precisamente pelos açorianos que residem no Nordeste e pelos açorianos que visitem o Nordeste.

Queria também agradecer a todos os Deputados, de todos os quadrantes políticos, por tudo o que fazem aqui, nesta casa da Democracia, em prol de uns Açores melhor.

Aprendi, ao longo destes cinco anos, a amar ainda mais os Açores, como nunca antes e gostava de deixar aqui um pedido a todos vós, Deputados e Membros do Governo:

Atendendo à conjuntura em que nos encontramos, atendendo à situação em que nos encontramos no país e a nível internacional, pedia a todos vós que vivam e sintam a palavra AÇORES como nunca.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo; aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, BE, PCP e PPM)

Presidente: Aproveito este momento também para, em nome desta Assembleia, saudar todas as Sras. e Srs. Deputados que irão assumir funções autárquicas, para as quais foram eleitos, num elevado ato de cidadania e a si em particular, Sr. Deputado Carlos Mendonça, desejar-lhe as maiores felicidades nas suas novas funções, o maior sucesso e agradecer também pela colaboração e pela forma que dignificou este Parlamento e todos nós.

Muito obrigada.

Passo a ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito boa noite a todos.

Obrigada e até segunda-feira.

Bom fim-de-semana.

Eram 20:00 horas.

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Luís Maurício Mendonça Santos

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Duarte Manuel Braga Moreira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece os princípios e as regras de intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias praticadas com utilização de veículo matriculado num Estado-Membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária - n.º 59/X - n.º 172/XII

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 10– 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 10– 31.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova um regime excepcional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social - MF - (Reg. DL 379/2013 – n.º 68/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 10– 09

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 10– 21;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de setembro, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos - ME - (Reg. DL 384/2013). – n.º 69/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 10– 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 10– 25.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes – n.º 43/X](#)

Autor: BE

Entrada: 2013 – 10– 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 11 – 15;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores - n.º 44](#)

Autor: PS

Entrada: 2013 – 10– 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Assunto ["Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores - n.º 45](#)

Autor: BE

Entrada: 2013 – 10– 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

4 – Petição:

Assunto: Colocação em venda nas lotas do pescado capturado na pesca desportiva

- n.º 15/X

Autor: José Eduardo Gonçalves

Entrada: 2013 – 09– 23

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Plano de Investimentos da ANA Aeroportos](#)

Autor: Anibal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2013.10.11

Referência: 54.04.00 – N.º 156/X;

Assunto: [Situação dos Projetos de Investimento no setor Agrícola](#)

Autores: Renato Cordeiro, Bruno Belo e Cláudio Lopes

Data de Entrada: 2013.10.16

Referência: 54.03.00 – N.º 158/X.

6 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Dívidas da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.03.00 – N.º 72/X;

Assunto: [Património imóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.07.00 – N.º 103/X;

Assunto: [Atrasos do Governo Regional no pagamento de apoios aos Bombeiros.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.03.00 – N.º 143/X;

Assunto: [Instalação Rede Fibra Ótica Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.03.04 – N.º 145/X;

Assunto: [Apoios ao Combate às Térmitas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.01.00 – N.º 146/X;

Assunto: [Equipa de peritos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.10.14

Referência: 54.03.00 – N.º 149/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Envio de Carta Aberta em defesa da Escola Pública

Autor: O Secretariado Nacional da FENPROF – Federação Nacional dos Professores

Entrada: 2013 – 10– 15;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores - n.º 44

Autor: PS

Entrada: 2013 – 10– 16

Assunto Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o futuro da RTP/Açores - n.º 45

Autor: BE

Entrada: 2013 – 10– 16;

Assunto Ofício a solicitar a suspensão de mandato de Deputado, com efeitos a 21 de outubro de 2013, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Autor: Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Entrada: 2013 – 10– 16;

Assunto Ofício a solicitar a suspensão de mandato de Deputado, com efeitos a partir de 19 de outubro de 2013, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Autor: Luís Carlos Martins Maciel

Entrada: 2013 – 10– 16;

Assunto Ofício a solicitar a suspensão de mandato de Deputado, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2013, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Autor: Luís Silveira

Entrada: 2013 – 10– 17;

Assunto Ofício a comunicar que na sequência da suspensão de mandato do Deputado, Carlos Alberto Medeiros Mendonça, por motivo de incompatibilidade prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, essa vaga será preenchida, com efeitos a 21 de

outubro, pela candidata Cecília do Rosário Farias Pavão. Mais informa que a candidata Cecília do Rosário Farias Pavão já tem os poderes verificados

Autor: O Presidente do Partido Socialista, Berto Messias

Entrada: 2013 – 10– 16;

Assunto Ofício a comunicar que na sequência da suspensão de mandato do Deputado Luís Carlos Martins Maciel, por motivo de incompatibilidade prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, essa vaga será preenchida, com efeitos a 19 de outubro, pelo candidato Ricardo Bettencourt Ramalho. Mais informa que o candidato Ricardo Bettencourt Ramalho já tem os poderes verificados

Autor: O Presidente do Partido Socialista, Berto Messias

Entrada: 2013 – 10– 16.

8 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de lei 171/XII/2 que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei nº 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei nº 498/72, de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.10.16;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.10.15;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.10.14.

9 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 33, 34 e 35, bem como a Separata n.º 14/X.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

